UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

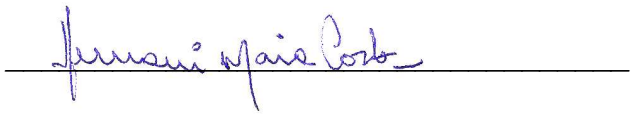
Vida urbana, mercado interno e tributação na Região Mogiana (1898-1913). Um estudo comparativo da evolução dos municípios Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Franca e Ribeirão Preto

CAIO CESAR ASSENÇO HAFFNER

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento Econômico,** área de concentração: **História Econômica**, sob a orientação do **Prof. Dr. Hernani Maia Costa.**

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Caio Cesar Assenço Haffner,** em **21/12/2009** e orientado pelo **Prof. Dr. Hernani Maia Costa.***

CPG, 21/12/2009.



Campinas, 2009

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Economia/UNICAMP

H119v

Haffner,Caio Cesar Assenço.
Vida urbana, mercado interno e tributação na região Mogiana (1898-1913). um estudo comparativo da evolução dos municípios Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Franca e Ribeirão Preto / Caio César Assenço Haffner. – Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador: Hernani Maia Costa
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Economia cafeeira. 2. Impostos. I. Costa, Hernani Maia. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

10-008-BIE

Urban life, domestic market and taxation in the Mogiana Region (1898-1913): a comparative study from the evolution of the cities of Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Franca and Ribeirão Preto.
Keywords: Coffee economy; Domestic market; taxation
Area de Concentração: História Econômica
Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico
Banca examinadora: Prof. Dr. Hernani Maia Costa
Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti
Prof. Dr. Sérgio Gertel
Data da defesa: 21-12-2009
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aluno: **CAIO CESAR ASSENÇO HAFFNER**

"Vida urbana, mercado interno e tributação na Região Mogiana (1898-1913). Um estudo comparativo da evolução dos municípios Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Franca e Ribeirão Preto"

Defendida em 21/ 12 / 2009

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Hernani Maia Costa
Orientador – Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. Sérgio Gertel
UNESP / Araraquara

Dedico o presente trabalho à memória de meu pai, Odilon Caio Haffner, de meu tio e padrinho, Vicente Ludovico Assenço, de meu primo-irmão, Juan Carlos Assenço Navarro e de meus avós paternos, Odilon e Alice e maternos, Tarcília e Vicente.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer àquelas pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram do processo de confecção do mesmo. Sua participação foi muito nobre e de extrema importância para a consecução desta dissertação de mestrado.

Em primeiro lugar, a Maria Cecília e Fabíola Assenço Haffner, pelo fornecimento da infraestrutura necessária e pela paciência! Agradecer também o auxílio de Maria Ignês e Sandra Assenço Navarro.

A todos os amigos e irmãos da República P.N.B. e, principalmente, a Vivian e Sérgio Gertel, pela ajuda inenarrável.

A Max Brandão, por assinar comigo a poesia "A gênese da região" e pelas dicas sobre redação.

A todos os meus alunos (vocês sabem quem são!) e os outros integrantes da Máquina do Tempo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Hernani Maia Costa e ao Prof. Dr. Eduardo Mariutti, pela dedicação e orientações.

.

Resumo

Esta dissertação trata do processo de desenvolvimento econômico de uma região localizada no nordeste do Estado de São Paulo, tributária da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, desde a sua gênese, no século XVII (1655), até o ano de 1913, enfatizando-se o período de 1898 a 1913. Em especial, a dissertação analisa o surgimento de três economias de exportação: açúcar, algodão e café, levando-se em conta o processo de desenvolvimento desencadeado na região por estes três produtos. O foco de análise é direcionado à formação do mercado interno e ao processo de industrialização incipiente, bem com as suas relações com o setor exportador.

Palavras-chave: economia cafeeira, mercado interno, tributação

Abstract

This dissertation concerns the process of the economic development of a region located in the northern part of São Paulo state, taxation of the Mogiana Railroad Company, since its genesis, in the seventeenth century (1655), until the year of 1913, emphasizing the period from 1898 to 1913. In special, this dissertation analyses the emergence of three export economies: sugar, cotton and coffee, considering the process of development triggered in this region for these three products. The focus of the analyses is directed to the domestic market formation and to the incipient industrialization process, as well as to its relationship to the export sector.

Key-words: coffee economy, domestic market, taxation

Índice

Dedicatória.....v
Agradecimentos.....vi
Resumo.....vii
Abstract.....vii
Lista de Quadros.....ix
Lista de Tabelas.....ix
Lista de Figuras.....x
Lista de Siglas.....xi

Introdução.....1

Capítulo 1 – Desenvolvimento Histórico e Urbanização na Mogiana.....7
1.1 – O nascimento dos núcleos populacionais.....8
1.2 – O surgimento das economias de exportação.....20
1.3 - A estrutura produtiva inicial e o advento da ferrovia.....29

Capítulo 2 – O Mercado Interno na Nova Estrutura de Desenvolvimento.....37
2.1 - Produção agrícola.....37
2.2 - Produção zootécnica.....44
2.3 - O escoamento da produção via ferrovia.....51
2.4 – A produção industrial inicial.....57
2.4.1 – Mogi Guaçu.....58
2.4.2 – Mogi Mirim.....62
2.4.3 – Franca.....64
2.4.4 – Ribeirão Preto.....68

Capítulo 3 – A Marcha da Tributação nos quatro municípios da Mogiana.....75
3.1 – Mogi Guaçu.....77
3.2 – Mogi Mirim.....83
3.3 – Franca.....89
3.4 – Ribeirão Preto.....95
3.5 – Análise conjunta dos municípios.....100

Considerações Finais.....107
Fontes e Bibliografia.....113
Apêndice.....116

Lista de Quadros

Quadro 1.1 - Distritos de Paz fundados em Mogi Mirim - séculos XIX e XX 16
Quadro 1.2 - Municípios pertencentes à Alta Mogiana apresentados por ordem cronológica de criação – 1821 a 1928 18

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 – Evolução demográfica da população da Província de São Paulo, Mogi Mirim e do Sertão do Rio Pardo, 1798-1824.....24
Tabela 2.1 – Produção agrícola de Mogi Guaçu – 1900 a 1906.....38
Tabela 2.2 – Número de estabelecimentos agrícolas e número de empregados de Mogi Guaçu: 1900 a 1906 38
Tabela 2.3 – Produção agrícola de Mogi Mirim – 1898 a 1906.....39
Tabela 2.4 – Número de estabelecimentos agrícolas e número de empregados de Mogi Mirim – 1898 a 1906.....40
Tabela 2.5 – Produção agrícola de Franca em 1905 e 1906 40
Tabela 2.6 – Número de estabelecimentos agrícolas e número de empregados de Franca em 1905 e 1906 41
Tabela 2.7 – Produção agrícola de Ribeirão Preto – 1900 a 1906.....41
Tabela 2.8 – Número de estabelecimentos agrícolas e o número de empregados de Ribeirão Preto – 1900 a 1906 42
Tabela 2.9 – Produção zootécnica de Mogi Guaçu: 1902 a 1906 44
Tabela 2.10 – Produção zootécnica de Mogi Mirim: 1898-1906 46
Tabela 2.11 – Produção zootécnica de Franca: 1905 e 1906.....47
Tabela 2.12 – Produção zootécnica de Ribeirão Preto: 1900 a 1906 47
Tabela 2.13 – Produção alimentícia dos quatro municípios – 1904/1905.....49
Tabela 2.14 – Produção animais de criação e para trabalho dos quatro municípios – 1904/1905 50
Tabela 2.15 - Movimento de mercadorias “exportadas” pela Cia. Mogiana - Mogi Mirim/1913 56

Tabela 2.16 – Negociantes de todas as espécies e oficinas de Franca: 1890 66
Tabela 2.17 – Estabelecimentos Comerciais em Ribeirão Preto: 1890 e 1904 69
Tabela 2.18 – Estabelecimentos industriais em Ribeirão Preto: 1890, 1902 e 1904.....70

Lista de Figuras

Figura 1.1: A Estrada do Anhangüera 10
Figura 3.1: Composição da receita total de Mogi Guaçu: 1898 a 1913 77
Figura 3.2: Composição da receita primária de Mogi Guaçu: 1898.....78
Figura 3.3: Composição da receita primária de Mogi Guaçu: 1913.....79
Figura 3.4: Imposto Indústria e Profissão, Renda do Matadouro e Outras Receitas – Mogi Guaçu: 1898 a 1913.....80
Figura 3.5: Imposto Predial – Mogi Guaçu: 1898 a 1913 81
Figura 3.6: Imposto sobre o Café – Mogi Guaçu: 1898 a 1913 82
Figura 3.7: Composição da receita total de Mogi Mirim: 1900 a 1913 83
Figura 3.8: Composição da receita primária de Mogi Mirim: 1900.....84
Figura 3.9: Composição da receita primária de Mogi Mirim: 1913.....84
Figura 3.10: Imposto Indústria e Profissão, Renda do Matadouro e Outras Receitas – Mogi Mirim 1900 a 1913.....85
Figura 3.11: Imposto Predial – Mogi Mirim: 1900 a 1913 87
Figura 3.12: Imposto sobre o Café – Mogi Mirim: 1900 a 1913 88
Figura 3.13: Composição da receita total de Franca: 1898 a 1913 89
Figura 3.14: Composição da receita primária de Franca: 1898.....90
Figura 3.15: Composição da receita primária de Franca: 1913.....90
Figura 3.16: Imposto Indústria e Profissão, Renda do Matadouro e Outras Receitas – Franca: 1898 a 1913 91
Figura 3.17: Imposto Predial– Franca: 1898 a 1913 93
Figura 3.18: Imposto sobre o Café– Franca: 1898 a 1913.....94
Figura 3.19: Composição da Receita Total de Ribeirão Preto: 1898 a 1913 95
Figura 3.20: Composição da receita primária de Ribeirão Preto: 1898.....96

Figura 3.21: Composição da receita primária de Ribeirão Preto: 1913.....96
Figura 3.22: Imposto Indústria e Profissão, Renda do Matadouro e Outras Receitas – Ribeirão Preto: 1898 a 1913.....97
Figura 3.23: Imposto Predial – Ribeirão Preto: 1898 a 1913.....98
Figura 3.24: Imposto sobre o Café – Ribeirão Preto: 1898 a 1913.....99
Figura 3.25: Imposto Indústria e Profissão: Ribeirão Preto, Franca, Mogi Mirim e Mogi Guaçu: 1898 a 1913..... 100
Figura 3.26: Outras Receitas: Ribeirão Preto, Franca, Mogi Mirim e Mogi Guaçu: 1898 a 1913..... 101
Figura 3.27: Matadouro: Ribeirão Preto, Franca, Mogi Mirim e Mogi Guaçu: 1900 a 1913 102
Figura 3.28: Média Aritmética Simples – Imposto Industria e Profissão e sobre o Café: Ribeirão Preto, Franca, Mogi Mirim e Mogi Guaçu: 1900 a 1913 103

Lista de Siglas

A.E.E.S.P. - Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – anos 1898 – 1929

B.D.I.C. - Boletim da Directoria da Industria e Commercio para os annos agricolas de 1909-1910 a 1911-1912.

D.I.C. - Directoria de Industria e Commercio (org.). O Café, estatísticas de produção e commercio. Annos 1915, 1917, 1924, 1926, 1928, 1932-33.

E.A.Z. - Estatística Agrícola e Zootécnica para o anno agrícola de 1904-1905.

R.G.B. - Recenseamento Geral do Brasil de 1920*,* Vol III 2ª parte

Introdução

A história reconstruída no presente trabalho trata de uma região do estado de São Paulo, a zona tributária da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, que teve sua origem com as primeiras incursões que os paulistas fizeram ao interior da América portuguesa em busca de metais preciosos bem como do braço indígena. A denominação Mogiana provavelmente está ligada a essa ferrovia, construída na segunda metade do século XIX com o objetivo de ligar a cidade de Campinas à de Mogi Mirim. O termo provém da palavra tupi *mogi* que significa, grosso modo, rio das cobras ou rio que tem suas curvas imitando as de uma cobra.

Dois rios receberam seus nomes batizados pelos índios caiapós, utilizando a palavra *mogi*, distinguidos apenas por suas magnitudes: Mogi Mirim, o Pequeno Rio das Cobras, e Mogi Guaçu, o Grande Rio das Cobras. Destes dois rios originaram-se o nome de duas cidades do interior paulista, pertencentes à região estudada, doravante apenas denominada de Mogiana.

Segundo Milliet (1938) a região, recortada em função da localização geográfica percorrida pela Cia. Mogiana de Estradas de Ferro no século XIX, é composta pelos seguintes municípios: Amparo, Altinópolis, Batatais, Brodowski, Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cravinhos, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Guará, Igarapava, Itapira, Ituverava, Jardinópolis, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Mococa, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio do Sapucaí, Pedregulho, Pedreira, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Joaquim, São Simão, Santo Antônio da Alegria, Santa Rosa, Serra Azul, Serra Negra, Socorro, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande.

Uma região que nasceu em razão do desenvolvimento de uma incipiente economia mercantil de alimentos, gerada à época da mineração das Gerais do século XVIII, e que foi potencializada em conseqüência do surgimento de economias de exportação de gêneros primários. A primeira delas foi a do açúcar, seguida pela cafeeira, sem dúvida, a mais importante de todas. Apresenta também o breve ciclo do algodão, desencadeado pela interrupção do fornecimento desse gênero à Europa (especialmente à Inglaterra) por parte dos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão.

A economia cafeeira realizou uma verdadeira transformação sócio-econômica na região, atraindo formas mais desenvolvidas de produção, notadamente a industrialização. No transcorrer dos séculos XIX e XX, ela desbravou o sertão paulista, trazendo consigo as ferrovias, interligando seus municípios e suas regiões, monetizando a economia, e, enfim, proporcionando o acesso à modernidade.

O objetivo do presente trabalho é, portanto, recortar uma região do estado, reconstituindo-se a história econômica de alguns de seus municípios, através de uma análise histórico-estatística, enfocando a formação do mercado interno.

Na verdade, trata-se de analisar o grau de independência dos setores voltados para o mercado interno em relação ao setor exportador, considerado o principal responsável pela geração de renda e de emprego no período analisado. Trazer à tona maiores informações sobre o funcionamento dos setores que esta economia dual apresenta: o setor primário-exportador e o voltado para o mercado interno – a economia mercantil de alimentos – confrontando a visão **macro**, dos principais autores clássicos[8] do pensamento econômico brasileiro, com a visão **micro**, que o estudo desta região proporcionaria.

Para tanto optamos pelo estudo de quatro municípios da região, a saber: Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Franca e Ribeirão Preto, os dois primeiros mais antigos, na sua porção Sul, e os outros dois na sua porção Norte.

A metodologia utilizada para a reconstrução histórica consistiu, basicamente, no levantamento e análise de fontes primárias impressas, bem como da bibliografia específica de cada município relacionada ao tema, reconstruindo assim, sua história econômica.

O foco de análise é direcionado ao desenvolvimento das estruturas produtivas e de serviços destes municípios, bem como às respectivas mudanças ocorridas nestas estruturas. Buscamos, através desta análise, a apreensão e a compreensão dos fatores que geraram tanto a renda como o desenvolvimento dos municípios estudados, para se ter uma pequena amostra do que aconteceu na região.

Ressalta-se aqui o problema central, presente em uma pesquisa como essa: o número reduzido de documentação primária. As fontes disponíveis restringem-se aos

[8] Interpretações de Furtado (1963), Tavares (1972), Silva (1976), Mello (1984), Cano (1990), Dean (1976), Suzigan (1986), entre outros.

Livros de Ata das Câmaras Municipais, referentes à cobrança de impostos, investimentos em urbanização, códigos de posturas, jornais da época, depoimentos de pessoas que viveram parte do período, etc. Porém não há séries temporais regulares: em alguns municípios, séries irregulares e incompletas constituem o universo de estudos e, mesmo as disponíveis, não estão organizadas da mesma forma entre os municípios estudados.

Além dos materiais disponíveis em cada município, maiores informações foram obtidas em instituições oficiais, como a Fundação SEADE, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tais como censos, boletins da indústria e do comércio, estatísticas agrícola-zootécnicas, estatísticas industriais, entre outras. Isso além de relatórios da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação. Contudo, verifica-se nessa documentação, o mesmo problema descrito acima, no que se refere à irregularidade das séries temporais.

Assim, mesmo com toda a sorte de limitações, é a partir de tais informações que a reconstituição histórico-econômica da região teve início. Pode ser feita uma analogia entre esta reconstituição histórica à montagem de um "jogo de quebra cabeças". O "esqueleto" inicial é montado a partir das estatísticas oficiais (Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, Censo de 1920, etc.) que cobrem o período[9] e o resto do "quebra cabeças", ou seja, o "corpo" é preenchido com a investigação *in loco*, através dos jornais e demais fontes primárias. A análise do "esqueleto" é passível de ser feita para todos os municípios da região. Porém, frente ao tempo hábil de realização de tal pesquisa, e por opção nossa, a investigação *in loco* não pode ser estendida para todos os municípios. Desta forma, na presente pesquisa, a região foi assim dividida:

- Baixa Mogiana: compreendendo Mogi Guaçu e Mogi Mirim;
- Alta Mogiana: contemplando Franca e Ribeirão Preto.

Os quatro municípios eleitos por nós seriam estudados então, de uma maneira mais completa, ou seja, com a reconstrução tanto do "esqueleto" como do "corpo" dos mesmos.

[9]Por exemplo, os volumes encontrados do Anuário do Estado cobrem o período de 1898 a 1929 e o período posterior a 1945.

Por problemas de força maior, no entanto, algumas modificações tiveram que ser feitas no projeto inicial. Parte da reconstrução histórica não poderia se realizar, a referente ao levantamento das informações provenientes das fontes primárias, que deveriam ser levantadas *in loco.* Só foi possível levantar o material a respeito dos municípios de Mogi Guaçu e Mogi Mirim, visto que não dispúnhamos de tempo hábil. A parte referente aos municípios de Franca e Ribeirão Preto, no que tange à reconstrução do "corpo" histórico, então foi feita apenas através das estatísticas oficiais e fontes secundárias, e da bibliografia existente sobre a história de cada município.

Ao se buscar tal solução para a reconstrução do "corpo", foi encontrado riquíssimo material que munia a pesquisa de uma série de fragmentos históricos. Quando se completou o levantamento das fontes secundárias a respeito dos municípios, verificou-se que interessantes questões começaram a surgir. Vastíssimo material referente ao desenvolvimento inicial dos municípios foi encontrado, uma vez que a região havia surgido anteriormente ao ciclo do café, foco central dos estudos.

O trabalho foi organizado de forma que o primeiro capítulo aborda a fase de desbravamento do sertão paulista, período em que surgiram na região os primeiros núcleos populacionais. A economia desses núcleos, prenunciando o processo de urbanização da região, era voltada para a subsistência e o abastecimento às bandeiras que percorriam os sertões. O período analisado vai desde a gênese da região até o último quartel do século XIX, quando surge o binômio café-ferrovias, mais especificamente o ano de 1875, com o surgimento da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, espalhando-se pela região. Neste período ocorreu uma potencialização da economia de exportação e um maior desenvolvimento de uma economia mercantil de alimentos, ancilar à ela, gerada anteriormente, e agora dinamizada para atender ao aumento populacional resultante dessa mesma economia de exportação.

Quando se consubstanciou o binômio café-ferrovias, houve uma mudança radical no modelo de desenvolvimento da região, e no capítulo II abordamos a estrutura que emergiu depois deste processo, focando as atividades produtivas e de serviços dos quatro municípios elencados. Por fim, no capítulo III analisamos a evolução da tributação dos quatro municípios escolhidos, em que os itens das receitas arrecadadas refletem as mudanças modernizadoras que se verifica em cada um deles.

Buscar a essência do desenvolvimento de uma região significa, portanto, vislumbrar as determinantes deste desenvolvimento bem como as mudanças ocorridas nestas determinantes, de forma a se buscar o entendimento das estruturas em que o mesmo se deu.

Capítulo 1 - Desenvolvimento histórico e urbanização na Mogiana

A gênese da região...

...se deu no cenozóico ou paleozóico,
Tanto faz.
O Grande Continente se rompeu
E as terras se afastaram em isolamento.

Surgiu a vida e evoluiu.
E o Pequeno e o Grande Rio das Cobras procedem ao batismo,
Derramando suas águas pela região.

Levados do vento
Surgimos também,
Derramando nossos fogos pela mão.

Depois

Os Velhos Demônios,
Emboabas, Anhangueras,
Aqueles que aqui chegaram,
Nus nos encontraram,
Confundindo-nos com animais.
Com os bois que viriam a puxar os seus carros,
Com as mulas que os carregavam nas costas,
Com os cães que lhes comiam as sobras,
Com as bestas que poderiam lhes emprestar o nome.

E nos escravizaram.

Max Brandão/Caio Haffner

A nação Caiapó habitava a região da Mogiana antes do surgimento do homem branco, bem antes da ação dos bandeirantes em território paulista. Estes índios eram conhecidos por serem considerados como o terror dos bandeirantes, mas não resistiram à ação contínua e predatória do branco civilizador na sua saga em busca do enriquecimento. A origem do termo *caiapó* está relacionada com o hábito que esta tribo tinha de tocar fogo nas matas para que os animais pudessem ser caçados. Eram os "índios

com fogo nas mãos", alusão às tochas que empunhavam, sua arma de fogo. Essa arma, no entanto, mostrou-se inútil frente às desenvolvidas pelo homem "civilizado".

1.1 O nascimento dos núcleos populacionais

A gênese dos municípios da região está relacionada com o início do desbravamento do sertão paulista pelos bandeirantes na segunda metade do século XVII e início do século XVIII, quando foram descobertas as minas de ouro nos sertões de Goiás. A porção sul da região, que compreende a Baixa Mogiana, tem sua origem no século XVII, com seus primeiros núcleos populacionais sendo formados em função das primeiras expedições de exploração do interior. A região da Alta Mogiana, que compreende a porção norte, tem sua constituição oriunda da extensão destas primeiras incursões em sentido norte e noroeste, notadamente a bandeira do Anhangüera II, que teria chegado até Goiás.

A cidade de São Paulo, durante o século XVII, transformou-se em um centro irradiador de expedições ao então desconhecido sertão paulista. Sua população, que até então se dedicava à agricultura de subsistência e praticava atividades de exploração do interior em busca do braço indígena, passou a realizar incursões ao interior em busca de ouro e pedras preciosas. Foram aproveitadas antigas trilhas indígenas e, ao longo delas, surgiram os primeiros núcleos populacionais, pequenas roças, arraiais e sítios, cuja produção baseava-se na criação de gado e na lavoura de subsistência (Bacellar & Brioschi, 1999, p. 37).

Numa destas incursões, por volta de 1655, um grupo de homens partiu de Jundiaí à procura de ouro, embrenhando-se pela mata até chegar ao rio Mogi Guaçu (Ramos Jr., 1995, p. 36). Este grupo acampou especificamente no lugar denominado de Cachoeira de Cima, onde estes desbravadores abriram picadas na mata virgem e descobriram um lugar onde a travessia do rio se fazia mais facilmente. Formaram ali um pequeno povoado, através da construção de rústicos casebres e uma pequena capela. Os novos moradores tentaram então a atividade da mineração no lugar conhecido como "Lavrinha", onde deixaram vestígios de inúmeras escavações. Porém, por serem estas terras limitadas para a extração aurífera, a mineração logo foi abandonada e os moradores

passaram, então, a dedicar-se à agricultura, à pesca e à criação de animais. (Artigiani, 1986, p. 39)

Passados 27 anos, este primeiro núcleo populacional presenciou a passagem da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (Ramos Jr., 1995, p. 37), um sertanista paulista que se aventurara em direção dos sertões do Planalto Central acompanhado de Bartolomeu Bueno da Silva, seu filho caçula de doze anos. Essa expedição partiu de São Paulo, atravessou o território que hoje corresponde ao Estado de Goiás e seguiu até o rio Araguaia. Ao retornar do Araguaia, à procura do curso do rio Vermelho, a expedição encontrou uma aldeia indígena do povo Goiá. (Ramos Jr., 1995, p. 36; Bacellar & Brioschi, 1999, p. 46-8) Foi desse povo que veio o apelido de Anhanguera.

Em 1722 seu filho, o Anhanguera II, partiu de São Paulo com a intenção de novamente se embrenhar pelos sertões que antes percorrera com seu pai. Durante três anos, essa nova expedição andou pelos sertões à procura dos antigos sítios descobertos, mas não os encontraram. (Ramos Jr., 1995, p. 40)

O caminho entre São Paulo e Goiás, revelado pelos dois bandeirantes, ficou conhecido à época como "Estrada para os Goiases", ou "Caminho do Anhanguera" (Bacellar & Brioschi, 1999, p. 46-8). Parte deste caminho se transformaria na Mogiana. Assim, ao longo deste percurso foram se formando vários núcleos de povoamento, sendo que o primeiro deles, o de Mogi Guaçu, presenciou a passagem dos dois Anhangueras. (Ramos Jr., 1995, p. 40-2)

O segundo povoado formou-se mais ao sul do primeiro, oriundo também das primeiras incursões que partiram de Jundiaí na segunda metade do século XVII e início do século XVIII (Silva, 1960, p. 15; Milano Filho, p. 1), em um terreno de forte declive, situado entre a confluência do ribeirão Santo Antônio com córrego Lavapés e o rio Mogi Mirim. O povoado localizava-se em uma região de modo geral ondulada, coberta de matas e cerrado à leste, de campos ao norte e montanhas ao sul. Havia também uma planície à oeste, por onde passavam os rios Mogi Guaçu, Pirapitingui, Camanducaia, e Jaguari, além de diversos ribeirões (Silva, 1960, p. 15). Os exploradores estabeleceram-se nesta localidade com plantações e criações de animais, formando assim um centro para abastecimento das bandeiras. (Mendes Jr., 1971, p. 1)

Estes povoados, que viriam a se tornar as cidades de Mogi Guaçu e Mogi Mirim, funcionaram inicialmente como entrepostos comerciais e pousos para atender às necessidades dos viajantes. Explicada assim a ocupação inicial da região da Baixa Mogiana, é preciso reconstituir o percurso feito pelo Anhanguera II, no sentido norte, em busca dos sertões de Goiás, para explicar a ocupação da Alta Mogiana. (Artigiani, 1986; Mendes Jr., 1971)

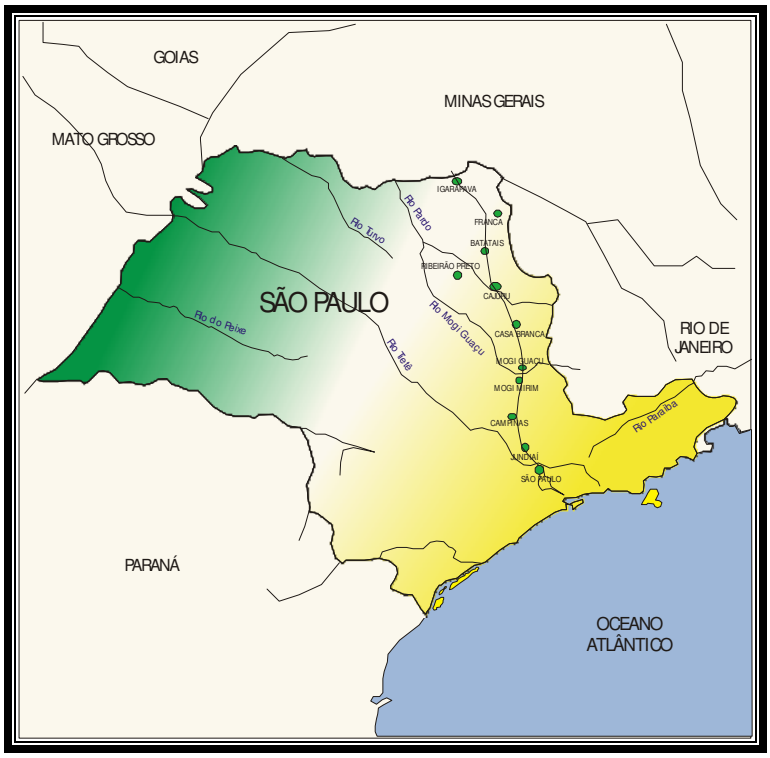


Figura 1.1 - A Estrada do Anhangüera
Fonte: Feito pelo autor

A ocupação inicial da região da Alta Mogiana se deu em função da expansão pelo interior do território paulista no sentido norte, acompanhando a Estrada do Anhangüera. Partindo de Mogi Guaçu, atingindo o atual município de Casa Branca, originalmente também um pouso de abastecimento dos viajantes da estrada, a expansão seguia para o atual município de São Simão. Deste ponto, rumava para o local que futuramente se tornaria o município de Ribeirão Preto. Depois deste percurso feito no sentido sul-norte, o caminho tomava a direção noroeste, atingindo os atuais municípios de Cajuru, Batatais, Ituverava e Franca. (Bacellar & Brioschi, 1999, p. 46)

A cidade de Franca tem sua origem relacionada à fundação de dois povoados ainda no final do século XVIII. O primeiro é o de Desemboque e o segundo, o de Caconde, que se desenvolveram inicialmente devido à descoberta de ouro naquelas imediações. No entanto, a fundação de Franca se deve à exaustão destas minas: muitos mineiros se dirigiram para lá em busca do ouro e, posteriormente, se deslocaram para Franca. Foi com a decadência deste povoado que o Bispado de São Paulo decidiu criar uma nova freguesia para administrar a região (sertão do Rio Pardo), a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo, nome que homenageava ao governador da capitania de São Paulo, Franca e Horta. (Bentivoglio, 1997, p. 38)

Ribeirão Preto surgiu em uma região de terras ricas em madeiras próprias para a construção, resinosas e medicinais e árvores frutíferas. Nesta área surgiram, no início do século XIX, várias fazendas: Barra do Retiro (o centro da área), Palmeiras, Ribeirão Preto ou Pontinha, Retiro, Serrinha, Serra Azul, Tamanduá, Capoeirinha, Figueira, Cravinhos, Cabeceira do Ribeirão Preto, Lajeado, Laureano ou Braço Direito do Ribeirão Preto e Sertãozinho. A maior parte desta extensão de terras (cerca de 10 mil alqueires) era ocupada pela mesma família, os Reis de Araújo, considerada a família mais antiga, que havia chegado à região por volta de 1811. Os primeiros membros desta família eram provenientes de Pindamonhangaba e se instalaram em áreas próximas à estrada no início do século XVIII. (Almanach Illustrado de Ribeirão Preto/1914 apud Pinto, 2000, p. 48-9; Pinto, 2000, 53-4)

O povoamento da região iniciou-se, portanto, na Baixa Mogiana, entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII, e os primeiros núcleos que se formaram eram oriundos das primeiras incursões ao interior em busca do braço indígena e de ouro e pedras preciosas. A bandeira do primeiro Anhangüera teve um papel fundamental ao abrir o caminho que "se transformaria" depois na região Mogiana. Dessa forma, uma leva cada vez maior de aventureiros passou então a utilizar este caminho em busca do Eldorado. O núcleo embrionário do qual surgiria a cidade de Mogi Guaçu, entre outros, se tornou, então, um ponto de parada e pernoite para estes aventureiros, já prenunciando a sua vocação de entreposto comercial. (Artigiani, 1986, p. 41)

Em um segundo momento, compreendendo o final do século XVIII e **o** início do XIX, ocorreu uma maior fixação populacional de origem mineira na Alta

Mogiana, e isso em função da crise da mineração. As correntes de povoamento que a partir de Minas Gerais, no último quartel do século XVIII, se encaminhariam para o sul daquela capitania, derramaram-se também sobre o território mogiano, Segundo Caio Prado, ao tratar do refluxo da população mineira para zonas marginais: "A ocupação mineira se prolonga ainda para áreas que embora efetivamente povoadas pelos paulistas, ainda apresentam muitos espaços vagos." A penetração da capitania de São Paulo por populações mineiras se acentuaria nas primeira décadas do século seguinte. Daí, que quase todos os núcleos povoados desta região, e formados nessa época, são de origem mineira, à exemplo de Franca, Ribeirão Preto, São Simão, Descalvado, São João da Boa Vista e outros. (Prado, 1972, p. 78-79) Esse refluxo não deixou de atingir também a porção sul da Mogiana e acabou marcando a população dessa região como um todo, uma vez que nela coexistiram dois tipos humanos: os primitivos mestiços de índios ou mamelucos e os mineiros adventícios, dois tipos humanos distintos conforme observou Saint-Hilaire em suas andanças pelo Brasil. Aqueles vistos como grosseiros e apáticos, de hábitos rudes, enquanto a população de colonos mineiros recentes é apresentada com qualidades de inteligência, maior capacidade de trabalho, polidez e, sobretudo, hospitalidade. (Saint-Hilaire, 1972, p. 129)

A principal característica desta ocupação é o fato de que o migrante mineiro agora buscava um lugar para se fixar, plantar ou criar alguma coisa com que pudesse subsistir, já que o sonho da mineração acabara. A ocupação das terras avançou também para áreas situadas entre os pousos originais, próximas à Estrada do Anhanguera, onde, de uma maneira geral, estes ocupantes foram demarcando os seus territórios.

À medida que estes núcleos se formavam, surgia a necessidade de alguma forma de organização do espaço, bem como de se legitimar o apossamento da terra. Na verdade, existia a necessidade da inserção de uma forma de organização político-burocrática que fomentasse e organizasse o fenômeno urbano incipiente. Nesse sentido a Igreja possuiu um papel fundamental no nascimento destes núcleos. (Bentivoglio, 1997, p.34-5)

Ela forneceu, em um primeiro momento, através do surgimento das capelas, um fator aglutinador populacional. A presença da Igreja se fazia necessária em um sertão em fase de desbravamento, no sentido de proporcionar um denominador comum religioso e

social para uma população que se fixava enfrentando este desbravamento. Num segundo momento, estes povoados foram elevados à categoria de freguesias, ou seja, o reconhecimento por parte da Igreja destes núcleos enquanto organizações populacionais; um primeiro degrau para a criação de bases político-administrativas que seriam responsáveis pela manutenção de sua existência. (Bentivoglio, 1997, p.34)

A Igreja tinha poderes de ceder as terras para os entrantes, bem como de legitimar as terras daqueles que já habitavam estes núcleos embrionários. O surgimento das freguesias e povoados no sertão, portanto, estava inserido no sistema sesmarial. Os pequenos proprietários e migrantes que invadiam o sertão teriam uma maior facilidade em legitimar as suas terras se o fizessem através da Igreja. Uma prática comum à época parece ter sido a troca de favores entre os proprietários e a Igreja, quando aqueles doavam parte de suas terras à esta, com o objetivo de obter o reconhecimento da posse do território. Isto se dava porque, segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, os documentos e papéis da Igreja possuíam força de escritura pública. (Bentivoglio, 1997, p. 52)

Em 1732, frei D. Antonio de Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro[10], elevou o povoado de Nossa Senhora da Conceição do Campo (Mogi Guaçu) à condição de freguesia. No início, Mogi Guaçu não possuía um vigário: as cerimônias eram realizadas por padres missionários que periodicamente "vinham dar assistência espiritual" aos moradores (Artigiani, 1986, p. 41). Esta primeira freguesia da Mogiana englobava o arraial de Mogi Mirim que, em 1747, já era um núcleo bastante povoado. Em 29 de julho desse mesmo ano foram abertos os primeiros alicerces para a construção de uma igreja neste segundo povoado. Por provisão de 1º de Novembro de 1751 foi o arraial desmembrado de Mogi Guaçu. (Mendes Jr., 1971, p. 6-7)

Porém, já em 1740, Mogi Guaçu, havia sido elevada à condição de distrito do termo de Jundiaí. Nesta década ocorreu a construção da primeira ponte sobre o rio Mogi Guaçu, cuja travessia era feita, até então, por meio de canoas mediante o pagamento de um pedágio. Mogi Mirim só foi elevada à condição de distrito do termo de Jundiaí, no ano em que se tornou freguesia, ou seja, em 1751. (Artigiani, 1986, p. 41; Mendes Jr., 1971, p. 7)

[10]A criação do Bispado de São Paulo, pelo Papa Bento Benedito XIV, só ocorreria em 1745.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo surgiu no início do século XIX (1805). Nesse ano, deu-se a constituição do patrimônio religioso do povoado, o que ocorreu mediante a doação feita pelos irmãos Antunes de Almeida, de parte das terras da Fazenda Santa Bárbara – dos quais eram proprietários – à Igreja. Essa doação de terras teria marcado definitivamente a constituição do vilarejo. (Bentivoglio, 1997, p.47-9; 56-7)

Era a Igreja quem administrava as terras aforáveis de seu patrimônio, o que não impedia que um sem número de casas surgissem ao seu redor à revelia. Isso, contudo, não era uma regra geral, visto que era bastante comum a concessão de terrenos maiores a alguns moradores em troca de serviços prestados, o que fez com que surgissem as primeiras chácaras, responsáveis pela irregularidade do traçado da vila nas regiões afastadas da área central. (Bentivoglio, 1997, p.47-9; 56-7)

A área que viria a se tornar o município de Ribeirão Preto foi ocupada inicialmente por uma série de fazendas, embora a maior parte das terras pertencesse à família dos Reis de Araújo. Outras famílias, no entanto, também começaram a povoar a região, como os Borges da Costa, que haviam migrado do sul de Minas Gerais no início do século XIX, trazendo consigo escravos, além de seus pertences; os Alves da Silva, também provenientes de Minas Gerais, sendo que uma das filhas do casal se casou com um dos Reis de Araújo; os Bezerra Cavalcanti, que possuíam terras ao longo da Estrada do Anhangüera, também se uniram, através de dois matrimônios, aos Reis de Araújo. (Pinto, 2000, p. 53-5)

No entanto, surgiram conflitos pela posse da terra, devido à indefinição dos limites da maioria das propriedades. A família dos Reis de Araújo entrou em litígio, por exemplo, com a família dos Dias Campos, de Batatais, pela posse de grande parte de suas terras. Esses conflitos eram causados pela falta de uma carta de sesmaria e a ausência das demarcações de terras. A solução encontrada para o problema foi a constituição do patrimônio eclesiástico, a doação de terras à Igreja. Ou melhor, a doação de terras a algum santo, que no caso de Ribeirão Preto foi São Sebastião. Uma ermida provisória foi erguida em 19 de junho de 1856, mas o povoado só se tornaria freguesia no ano de 1870, tornando-se vila no ano seguinte. (Pinto, 2000, p. 64, 69)

Após o reconhecimento legal por parte da Igreja destes núcleos embrionários, através da criação de freguesias, o passo seguinte era a luta pela autonomia

municipal quando estas elevadas à categoria de vilas, constituindo-se então suas câmaras municipais. No período colonial, a instalação do governo local estava prevista nas Ordenações Filipinas. Segundo esta legislação, a Câmara Municipal compunha-se de três vereadores, um procurador, dois almotacés e um escrivão. Nas vilas que tinham juiz de fora, este era nomeado o presidente da Câmara. Não existindo juizes de fora, eram eleitos dois juizes ordinários. (Lima, 1997, 24-7)

A primeira Câmara Municipal constituída na Mogiana foi a de Mogi Mirim, no momento em que a freguesia foi elevada à condição de vila, em 22 de outubro de 1769. Por falta de uma sede própria, as reuniões se realizavam na casa do juiz ordinário e presidente da mesma (Silva, 1960, p.39-40). A escolha da nova vila, determinada por D. Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, surpreendeu a freguesia de Mogi Guaçu, uma vez que seus moradores esperavam com ansiedade a sua elevação à categoria de vila. Com esta resolução, a freguesia de Mogi Guaçu foi anexada à vila de Mogi Mirim, e sua condição somente mudaria em 1877, quando se tornou município. A primeira sessão da Câmara Municipal de Mogi Guaçu se daria somente em 1881 (Artigiani, 1986, p. 24, 42-3).

Franca foi elevada à condição de vila em 1824, ano em que se deu também a instalação da sua primeira Câmara Municipal. Esta era, em sua maioria, composta por proprietários rurais, mas os comerciantes (ligados ao comércio de sal e outros gêneros) passaram, com tempo, a ter uma maior representatividade (Lima, 1997, p. 43-49).

O núcleo populacional de São Sebastião do Ribeirão Preto, que se tornou freguesia em 1870, já no ano seguinte foi elevado à condição de vila, quando ocorreu seu desmembramento do município de São Simão. A instalação da câmara, porém, só aconteceria em 22 de fevereiro de 1874, quando foi realizada a eleição dos primeiros vereadores e juizes de paz. Após a eleição, a constituição propriamente dita da câmara ocorreu em 13 de julho do mesmo ano. É nesta data, que a vila tornou-se município, como parte constituinte do Termo de São Simão. (Pinto, 2000, p. 69)

Portanto, mantendo-se a organização política e administrativa dos tempos coloniais – prática, que com poucas alterações se estendeu para o Império brasileiro – a Câmara Municipal era o órgão responsável pela administração das vilas. A construção da cadeia, cemitério, prédio da câmara, a canalização e abastecimento de água, iluminação

pública, enfim, a urbanização em si agora passava das mãos da Igreja para a administração pública, por meio das ações da câmara municipal. Era ela agora quem iria tributar as atividades comerciais, produtivas e de serviços dos núcleos populacionais. Foi essa tributação que parcialmente financiou a urbanização destes núcleos, tema que será melhor desenvolvido nos capítulos posteriores.

A constituição da região ocorreu através do surgimento dos municípios originados de Mogi Mirim, a Cidade Mater da Mogiana. Os núcleos populacionais foram elevados à condição de vilas e, posteriormente, a categoria de municípios, ocorrendo, inclusive, o desmembramento paulatino de vários municípios em unidades menores; um processo que não ocorreu somente no período de tempo que é objeto de estudo do presente trabalho. Como já sabemos, os primeiros municípios foram desmembrados de Mogi Mirim ainda no século XIX. Contudo, conforme se percebe pelas informações constantes no quadro 1.1, apresentado a seguir, pode se verificar um acentuado processo de desmembramentos que se estenderia até o início da segunda metade do século XX.

Quadro 1.1 - Distritos de Paz fundados em Mogi Mirim - séculos XIX e XX.

Município	Fundação do Distrito de Paz	Desincorporação de Mogi Mirim
Mogi Guaçu	22/10/1769	09-04-1877
Caconde	1775	25-02-1841
Franca	1804	31/10/1821
Batatais	15/03/1814	31/10/1821
Casa Branca	25/10/1814	25/02/1841
São João da Boa Vista	28/02/1838	24/03/1859
Serra Negra	12/03/1841	24/03/1859
Pirassununga	04/03/1842	08/03/1842
Descalvado	28/02/1844	07/03/1845
Itapira	08/02/1847	02/03/1858
Pinhal	24/03/1860	09/04/1877
S. Antônio da Posse	16/08/1893	30/12/1953
Jaguariúna	05/08/1896	30/12/1953
Artur Nogueira	30/12/1916	24/12/1948
Conchal	30/12/1919	24/12/1948

Fonte: Ribeiro, 1969, p.16.

Com a criação da vila de Mogi Mirim, em 22 de outubro de 1769, a freguesia de Mogi Guaçu se transformou em distrito de Mogi Mirim. Ainda no século

XVIII outro distrito surgiu, o de Caconde, em 1775. A desincorporação destes distritos ocorreu no século XIX, com Caconde emancipando-se em 1841 e Mogi Guaçu em 1877.

O século XIX abrange ainda a criação de vários outros distritos, todos fundados a partir do imenso território que inicialmente pertencia a Mogi Mirim. Franca, Batatais, Casa Branca, São João da Boa Vista, Serra Negra, Itapira e Pinhal, futuros municípios da Mogiana, e suas "incorporações" à Cidade Mater podem ser verificadas no quadro 1.1. Dos municípios lá citados, somente Descalvado e Pirassununga não pertencem à região estudada e, com relação a Santo Antônio da Posse, Jaguariúna, Artur Nogueira e Conchal, no período estudado neste trabalho, ainda eram distritos de Mogi Mirim e só seriam desincorporados em meados do século XX.

Já no território compreendido pela Alta Mogiana, esse desmembramento se deu a partir dos municípios de Franca e Casa Branca, que inicialmente pertenciam à Mogi Mirim. A partir destes dois, é que se tem a criação e a instalação de uma série de outros municípios na região, num processo contínuo de fragmentação do território que inicialmente pertencia a uma única vila, criada ainda em 1769. Esta fragmentação pode ser visualizada através do quadro 1.2, que se segue, apresentando a data de criação dos municípios, bem como o município do qual se originaram, em um processo de desmembramentos, que como na Baixa Mogiana, também avançaria durante as primeiras décadas do século XX.

Quadro 1.2 - Municípios pertencentes à Alta Mogiana apresentados por ordem cronológica de criação – 1821 a 1928

Município	Data de Criação	Município de origem
1. Franca	1821	Mogi Mirim
2. Batatais	1839	Franca
3. São Simão	1865	Casa Branca
4. Cajuru	1865	Batatais
5. Ribeirão Preto	1871	São Simão
6. Igarapava	1873	Franca
7. Ituverava	1885	Franca
8. Nuporanga	1885	Batatais/Orlândia
9. Patrocínio Paulista	1885	Franca
10. Sto. Antônio da Alegria	1885	Cajuru
11. Sertãozinho	1896	Ribeirão Preto
12. Cravinhos	1897	Ribeirão Preto
13. Jardinópolis	1898	Batatais
14. Orlândia	1909	Nuporanga
15. Santa Rosa do Viterbo	1910	São Simão

Município	Data de Criação	Município de origem
16. Brodósqui	1913	Batatais
17. São Joaquim da Barra	1917	Orlândia
18. Altinópolis	1918	Batatais
19. Pedregulho	1921	Igarapava
20. Guará	1925	Ituverava
21. Serra Azul	1927	São Simão
22. Guairá	1928	Orlândia

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995 apud Bacellar e Brioschi, 1999, p. 19.

A trilha que originou a Estrada do Anhangüera surgiu, portanto, no final do século XVII, sendo a grande responsável pela ocupação da região e pela formação dos núcleos populacionais iniciais que surgiram no caminho percorrido pela bandeira do primeiro Anhangüera, que demandava o ouro da futura Capitania de Goiás.

Com o passar do tempo, contingentes cada vez maiores de aventureiros mineradores se deslocaram pela estrada em busca de ouro buscando principalmente as Minas Gerais, sem dúvida, o centro econômico da Colônia durante quase todo o século XVIII. Formou-se um fluxo de aventureiros acompanhado por um de negociantes de mercadorias. Este fluxo de mercadorias se fazia necessário na medida em que os mineradores se fixavam em busca do ouro. (Bacellar e Brioschi, 1999, p. 38-42)

A Estrada do Anhangüera surgiu enquanto uma via de penetração dinâmica em sentido do interior do país entre o final do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII. Ela representava uma das cinco[11] grandes estradas que passaram a quebrar o isolamento da cidade de São Paulo a partir de meados do século XVIII. (Simonsen apud Oliveira, 1997, p. 31). Na década de 1830, ela aparece como uma das mais importantes, das oito estradas paulistas que aparecem no mapa de Muller interligando, através de suas ramificações, os vários municípios da Mogiana até o rio Grande, limite da então província de São Paulo com a de Minas Gerais. (Cf. Muller, Daniel Pedro, 1978, p. 104)

Estes caminhos, "implicavam no aparelhamento de um sistema de centros de reabastecimento e de pousos que estimulou a prestação de serviços e de alguma produção local, tanto agrícola quanto artesanal, enfim de numerosas atividades subsidiárias". (Canabrava, 1972, p. 117)

[11] A estrada do Paraíba, a do sul de Minas, a das monções e o caminho que conduzia para os campos de Curitiba (Lajes e Missões).

É importante destacar que existem indícios de que, no que tange à estrada, tenha ocorrido uma "...falta de constância dos moradores nos sítios e pousos... A sua ocupação era o mais das vezes temporária, e as roças eram abandonadas, mas sempre aparecendo alguém para ocupar o lugar deixado por aquele que partia". (Lages apud Navarro, 1999, p 41) Provavelmente esta irregularidade se deve à própria inconstância no fluxo de transeuntes da estrada, pois a mesma conhece, ao que tudo indica, um movimento declinante quanto a este fluxo devido à "concorrência" de outras vias de penetração que também buscavam a economia mineradora.

À medida que aumentava o fluxo de aventureiros em direção às minas, ocorria um aumento no número de vias que iam dar acesso às mesmas: por volta de 1736, a abertura de picadas (o caminho de Santo Inácio, a estrada de Paracatu e a picada de São Mateus) ligando Minas a Goiás e Mato Grosso, afastou mais ainda São Paulo do circuito de trocas entre o litoral e as áreas mineradoras. O novo trajeto entre o Rio de Janeiro e Goiás, passando por Minas Gerais, era mais curto do que os anteriores, que cruzavam as terras paulistas e, à medida que a regularidade do novo trajeto foi-se afirmando, diminuía o trânsito pela Estrada do Anhanguera. (Pimenta apud Bacellar & Brioschi, 1999, p. 40). Ao que tudo indica, a Estrada do Anhangüera, com a abertura dos novos caminhos, presenciou um declínio em seu dinamismo, cuja recuperação viria com a introdução das economias de exportação, a primeira delas, a açucareira.

Portanto, a característica principal do período compreendido entre a gênese dos núcleos populacionais e o surgimento das economias de exportação é a estagnação de um "tempo imóvel" de 111 anos, em termos de desenvolvimento econômico. No início, o interesse econômico dos agentes que demandavam o interior era voltado para a obtenção de metais preciosos e/ou aprisionamento do braço indígena. Como consequência disso surgiram, um fluxo de aventureiros e de pousos de abastecimento, e com eles os núcleos populacionais iniciais.

Talvez, o melhor termo para designar esta fase seja **desbravamento**, a qual perdurou por 111 anos, incluindo-se o ano inicial de 1655. As economias de exportação surgiram na região por volta de 1765. É a partir dai, que veremos Mogi Guaçu integrando o "quadrilátero do açúcar", e do qual também faziam parte Sorocaba, Piracicaba e Jundiaí, com deatque no seu interior para Itu e Campinas. (Petrone, 1968, p. 21)

1.2 O surgimento das economias de exportação

> *Na realidade, o açúcar teve de organizar toda a infra-estrutura indispensável à sua comercialização. As estradas, o porto, o comércio, tudo se desenvolveu em conseqüência da nova atividade econômica dos paulistas e se adequou a essa função. Santos, antes de ser porto do café, foi porto do açúcar. O açúcar possibilitou o aparelhamento do porto, o aparecimento de uma classe de comerciantes, beneficiadores, encaixadores, que garantiram a sua prosperidade econômica. O desenvolvimento da economia baseada no café vai ser muitíssimo mais fácil da que se funda no açúcar, pois já encontrou uma base organizada, que facilitou sua comercialização. Cumpria apenas ampliá-la.*
>
> Maria Thereza Schorer Petrone

Durante o século XVIII, na passagem do ciclo açucareiro nordestino para o minerador, ocorreu o deslocamento do eixo econômico da Colônia: do litoral Nordeste para o litoral e, principalmente, o interior da região Centro-Sul da América Portuguesa. A partir de 1750, Portugal tinha como rei D. José I e este, como primeiro ministro, o futuro Marquês de Pombal. Sua administração frente ao governo português era regida por uma orientação fisiocrata e iluminista (buscava no domínio político administrativo uma maior racionalização do Estado e, no plano econômico, um desenvolvimento fundado no aperfeiçoamento da agricultura). Assim, na segunda metade do século XVIII, Pombal expandiu esta orientação à colônia portuguesa sul-americana, e no caso de São Paulo, por meio da figura e da ação do Governador e Capitão General da Capitania, Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775). Os objetivos de alcançar uma mais restrita organização do Estado e fomentar as atividades econômicas mais lucrativas foram, na Capitania de São Paulo, acrescidos de providências imediatas para expandir a ocupação de terras para Portugal e conter os avanços dos espanhóis. As instruções pombalinas demonstravam preocupação com a mobilização da Capitania, antevendo um confronto com os castelhanos. (Bacellar & Brioschi, 1999, p.42)

No que se refere ao século XVIII, é importante destacar o ano de 1765 e a década que o sucede, quando a Capitania de São Paulo recuperou a sua autonomia administrativa. Em 1748, depois de ser privada de suas áreas mais ricas – as regiões de

mineração do século XVIII eram parte da Capitania de São Paulo – e perder o importante mercado das Minas, com a abertura do Caminho Novo, em 1733, que ligava de maneira direta o Rio de Janeiro a Minas, a capitania paulista conheceu uma profunda crise e foi anexada ao governo do Rio de Janeiro (Bellotto, 1979, p.31-32). O despovoamento – quantitativo e qualitativo – que sofreu a Capitania com a corrida para as minas levou-a a tais condições de decadência, o que acabou redundando na sua própria extinção. (Matos, 1990, p. 29)

Com a restauração de sua autonomia e o governo do Morgado de Mateus, São Paulo voltou-se para o desenvolvimento da agricultura, não apenas para o abastecimento interno, mas também para a exportação. O governador realizou um censo para avaliar a população, reativou a concessão de sesmarias para atrair novos moradores, época em que elevou os arraiais à condição de vila, além de restabelecer a Casa de Fundição de São Paulo e incentivar a lavoura canavieira. É dele a insistência na introdução do arado, para tentar fixar a população (revolver a terra e plantar novamente ao invés de procurar novas terras). No que tange a estas providências tomadas, o empenho do Morgado na expansão e diversificação das atividades agrícolas foi seguido por uma conjuntura internacional favorável. (Bacellar & Brioschi, 1999, p. 38)

A guerra de independência norte-americana e os conflitos nas Antilhas haviam restringido o fornecimento do algodão e do açúcar ao mercado europeu. O afastamento temporário de competidores no abastecimento de produtos tropicais abriu espaço para a colocação de nossos produtos no exterior. Aproveitando o momento econômico favorável, a lavoura canavieira espalhou-se pelo Rio de Janeiro e por São Paulo. Além da cana-de-açúcar, a produção algodoeira também se beneficiou da política de fomento agrícola. Desta diversificação da estrutura econômica paulista resultou as primeiras exportações de algodão e açúcar para Lisboa, através do porto de Santos, no século XVIII. (Bacellar & Brioschi, 1999, p.42-3)

No entanto, o ciclo do açúcar paulista se iniciara devido ao aumento do movimento nas minas de ouro, ocasião em que se ampliara o mercado consumidor interno. Os paulistas aproveitaram-se da proibição de erguer engenhos, que prevalecia nas Gerais, e entraram em concorrência nos fornecimentos de aguardente e açúcares às minas, dando origem ao pequeno ciclo do açúcar paulista. O Morgado de Mateus, visando o

fortalecimento da Capitania, incentivou o crescimento dessa produção açucareira paulista; crescimento este, que levou à criação de um mercado consumidor de seus produtos das regiões vizinhas, que veio refletir na região da Mogiana. (Bacellar & Brioschi, 1999, p. 42-3)

Segundo Martini, as atividades exportadoras iniciais de algodão e, principalmente, o início do ciclo do açúcar, desencadearam uma dinamização de atividades correlatas, voltadas para o abastecimento interno da região. Surgiu um fluxo de viajantes, que se tornou também um fluxo de mercadorias. No entanto, esse mesmo ciclo que perdeu intensidade com o passar do século XVIII, novamente recuperou o seu impulso com o desenvolvimento da cultura canavieira, no final do século, quando a Estrada do Anhanguera recuperou o dinamismo do passado. Como já vimos, por exemplo, à época, Mogi Guaçu consolidou a sua posição de importante entreposto de mercadorias, pois estava inserido no "quadrilátero do açúcar" – uma das mais nobres áreas da capitania, formada pelos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí.

A cultura da cana foi a responsável pela modificação completa do panorama econômico e social da região, criando uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do comércio exterior e tornando possível, mais tarde, o rápido crescimento dos cafezais na região. O açúcar, primeiro produto de exportação de São Paulo, foi obrigado a organizar toda uma infra-estrutura que se fazia indispensável à sua comercialização, ou seja, as estradas por onde era transportado e o maior desenvolvimento de um sistema de transportes baseado no tropeirismo. Tudo se desenvolveu como conseqüência desta nova atividade, responsável também pelo devido aparelhamento do porto de Santos, bem como pelo aparecimento de uma classe de comerciantes, beneficiadores, encaixadores, etc. (Petrone, 1968, p. 223)

As atividades de exportação, iniciadas com o Morgado de Mateus, foram fomentadas posteriormente pela atuação do Governador Bernardo José de Lorena, em 1789, através da proibição de todo o comércio da capitania que não fosse feito diretamente entre Santos e a metrópole, pois, dessa maneira, os navios viriam até Santos, trazendo mercadorias e tornando mais vantajosa a exportação, cujo principal produto era o açúcar. O novo Governador procurou incentivar a agricultura, escrevendo às autoridades das vilas, ordenando-lhes que cuidassem do aumento da produção de açúcar, café, goma, anil, arroz e

algodão, e que evitassem o aumento dos preços do açúcar, considerado o único produto de importância para a exportação. (Petrone, 1968, p. 18)

De acordo com Petrone, a partir de 1790, verificou-se um maior otimismo em relação ao desenvolvimento da agricultura em São Paulo. A produção de açúcar aumentou gradativamente devido aos incentivos da administração e à maior procura do açúcar brasileiro pelo mercado europeu. Em 1798, existiam na Capitania 483 engenhos e, para o ano seguinte, o número aumentava para 574. Portanto, na última década do século, os paulistas realmente se convenceram de que a sua vocação, daí por diante, seria a agricultura. Resolveram dedicar-se intensivamente à cultura da cana que, por período de mais de meio século, viria a ser o produto chave da economia paulista. (Idem, 1968, p. 18)

E assim a situação econômica da Província de São Paulo passou de uma economia em decadência para um desenvolvimento baseado na agricultura:

> *Se as fontes, no início da última década do século XVIII deixaram de ser pessimistas a respeito da situação econômica de São Paulo, a partir da segunda década do século XIX, tornaram-se francamente otimistas. Crê-se no progresso, crê-se nas possibilidades ilimitadas que a agricultura, principalmente a da cana de açúcar podiam oferecer. Fala-se, às vezes, em atraso, mas sempre para incentivar. As palavras decadência e preguiça, tão comuns até o fim do século XVIII, vão desaparecendo, pois as condições econômicas se modificaram...* (Petrone, 1968, p. 20).

Ocorreu então, paralelamente, um aumento populacional na Baixa Mogiana, concomitante com o desenvolvimento de economias de exportação, cana-de açúcar e algodão, e de uma economia de subsistência com destaque para a atividade criatória bovina.

Tosi indica que, na Alta Mogiana, a ocupação inicial ocorreu no início do século XIX, devido à afluência de mineradores que ultrapassavam a fronteira paulista, por ocasião da decadência da mineração. Alguns núcleos populacionais surgiram, assumindo também a função de entrepostos comerciais para o abastecimento regional. É o caso de Franca, que se desenvolveu inicialmente como entreposto de sal, uma "atividade importadora", além da produção açucareira para a exportação. Merece destaque também o desenvolvimento da atividade criatória bovina, considerada como um dos fatores

explicativos para o posterior desenvolvimento de um pólo de produção e exportação de calçados e manufaturados de couro em geral. (Tosi, 1998, p. 129)

A evolução demográfica das duas regiões que compõem a Mogiana, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do seguinte, pode ser verificada pela tabela 1.1, trazendo a Baixa Mogiana, representada por Mogi Mirim, e a Alta, apresentada então como Sertão do Rio Pardo:

Tabela 1.1 – Evolução demográfica da população da Província de São Paulo, de Mogi Mirim e do Sertão do Rio Pardo, 1798-1824.

Anos	São Paulo (a)	Mogi Mirim (b)	Sertão do Rio Pardo (b)
1798	162.345	5.685	549
1804	184.464	7.360	843
1814	211.928	11.404	2.832
1818	221.634	14.583	4.510
1824	247.904	-	5.827

Fonte: (a) Marcílio; (b) Chiachiri Filho apud Oliveira, 1997, p. 47.

Através dos dados, verifica-se a maior fixação populacional inicial ocorrendo na Baixa Mogiana, devido ao desenvolvimento das atividades exportadoras de cana de açúcar e de algodão (desenvolvidas também para o atendimento da demanda local e regional). A ocupação da Alta se deu, principalmente, devido à decadência do ciclo minerador e à consequente invasão do território paulista por mineiros. Estes, agora buscavam novas áreas para a sedentarização, por meio da atividade criatória, pois buscavam pastos para seu desenvolvimento, bem como terras para o fomento de atividades agrícolas de subsistência, como visto anteriormente.

Mogi Guaçu foi visitada por Auguste Saint Hilaire em 1819, que a descreveu como um vilarejo formado por casas humildes. Nos seus arredores, entretanto, funcionavam vinte engenhos de açúcar. A produção inicial de Mogi Guaçu é inferida com base nos dados referentes à Mogi Mirim. Por esta época, este município englobava o de Mogi Guaçu. Com respeito à cana, a produção atingiu 227.0000 arrobas, "1/4 da safra total da Província de São Paulo, de 866.000 arrobas." (Ramos Jr., 1995, p. 50), evidenciando a importância desta cultura para os municípios. Em 1837, Franca, na Alta Mogiana, contava com 11 engenhos de açúcar e 34 destilarias de água ardente, mas não foi possível levantar a produção total do município. (Oliveira, 1997, p. 64)

Quanto à cultura cafeeira, em 1789, há o registro de uma exportação inicial de café, através do porto de Santos, para Portugal: partiram "doze navios de assucar, de arroz excellente, de café da melhor qualidade e de outros gêneros...". (Representação de Diogo de Toledo Lara apud Petrone, 1968, p. 14)

No entanto, o café se tornaria uma cultura desenvolvida em escala comercial de exportação somente por volta da década de 1830, quando teria sido fomentada pelo aumento da demanda européia, estimulada pelo final das guerras napoleônicas, e pelo aumento da demanda norte-americana, ocasionado pela melhoria de vida nos Estados Unidos. (Furtado, Costa apud Pinto, 2000, p. 17)

O café se espalhou rapidamente, após a sua introdução feita pelo Rio de Janeiro. As primeiras experiências que merecem destaque, no interior de São Paulo, datam do final do século XVIII, em Jundiaí e no início do século XIX, em Campinas e Limeira. Os melhores resultados foram atingidos, entretanto, na região entre os rios Pardo e Mogi Guaçu, onde a cultura cafeeira passou a substituir rapidamente a cultura da cana-de-açúcar e alguns locais utilizados para a atividade criatória e de subsistência, sem falar na derrubada de matas e o surgimento de novas áreas até então inutilizadas. (Holloway apud Pinto, 2000, p. 19)

O café, então, desencadeou um verdadeiro processo de invasão do território paulista, constituindo uma verdadeira "marcha", transformando o panorama paulista. Observa-se o início da invasão cafeeira na região através da produção de Mogi Mirim (que à época englobava o de Mogi Guaçu), o que leva a crer que essa invasão tenha ocorrido, inicialmente, na Baixa Mogiana e, posteriormente, migrado para a Alta.

Em 1830, os municípios de Mogi Guaçu e Mogi Mirim apresentaram uma produção de 610 arrobas de café; em 1854 a produção se elevou a 80.000 arrobas, um aumento de 13.000 %. "Grandes áreas foram desmatadas, pastos deram lugar a cafezais..." (Ramos Jr., 1995, p.50). Os dados indicam um expressivo aumento da produção no espaço de tempo de 24 anos, indicando a substituição de parte da atividade criatória pela atividade que agora começara a se tornar o principal produto de exportação do país.

A produção inicial da Mogiana atingiu, em 1836, a cifra de 821 arrobas, o que leva a crer que boa parte da produção inicial da região tenha advindo daqueles dois municípios. Provavelmente, uma parte da produção restante da região deve ter vindo de

Franca, pois o município atingiu, para o ano de 1836, a cifra de 221 arrobas. (Milliet, 1938, p. 18; Camargo apud Oliveira, p. 64)

A marcha cafeeira prosseguia a sua expansão, ocasionando o aumento da produção de café, bem como da população das regiões paulistas. Um fator importante para o desenvolvimento da expansão cafeeira foi a relativa disponibilidade de terras. A lei de sesmarias regularizava a ocupação das mesmas, sendo o único compromisso do sesmeiro a ocupação e exploração das áreas apropriadas. Porém, em 1850, com a Lei de Terras, a compra passou a ser a única forma de se obter a propriedade da terra, o que se tornaria um fator de limitação da expansão das lavouras. (Pinto, 2000, p. 20)

A produção cafeeira dos municípios de Mogi Guaçu e Mogi Mirim havia atingindo a cifra de 80.0000 arrobas em 1854 (97,86% da produção da região provinha destes municípios), significando 2,26% da produção da província. A Mogiana, por esta época, já contribuía com 2,31%, mas a maior parte da produção cafeeira paulista (77,46%) ainda tinha como procedência a região Norte e, em segundo lugar, a região Central, com 13,91%. Em terceiro já estava a Mogiana. (Milliet, 1938, p. 19)

No que tange à população, na Mogiana, em 1836, havia 20.341 habitantes, representando 8,79% da população total da província de São Paulo. Passados 18 anos, a população já atingia a cifra de 51.265 habitantes, representando 15,92% da população total. No entanto, a partir da década de 1860, outro produto de exportação passou a figurar no cenário exportador de São Paulo: o algodão. (Milliet, 1938, p. 19)

O ciclo do algodão (1861-1875) desenvolveu-se a partir da interrupção do fornecimento desta matéria-prima por parte dos Estados Unidos à Europa em virtude da Guerra de Secessão. A indústria européia de tecidos encontrava-se em grande prosperidade, acompanhando o *boom* da economia capitalista a partir de 1848. O país líder nesta expansão da produção têxtil era, indiscutivelmente, a Inglaterra.

As fábricas de Liverpool e Havre passaram a receber o algodão paulista. Este vinha agora se incorporar à economia agrícola-exportadora provincial. Cabe ressaltar o trabalho de cooperação desempenhado pela Presidência da Província com o governo imperial na distribuição de sementes. Remetidas espontaneamente por ela, ou para atender a pedidos recebidos, pequenas porções de sementes foram disseminadas por todos os

municípios da província, por intermédio das Câmaras Municipais, a partir de 1862. (Canabrava, 1951, p. 44-5)

Essas sementes diziam respeito ao algodão herbáceo, o tipo de algodão cultivado nos Estados Unidos, que era o ideal para a indústria têxtil inglesa. Portanto, os municípios estavam pedindo as sementes de uma cultura nova, tendo em vista a existência do algodão arbóreo em território paulista, que havia sido produzido em larga escala em alguns municípios tempos atrás. Ele havia subsistido em alguns locais para suprir a demanda de teares domésticos, como é o caso de Batatais, município pertencente à Mogiana. (Canabrava, 1951, p 50-1)

No que diz respeito ao algodoeiro herbáceo, existem registros da sua cultura em alguns municípios da Mogiana, onde esta lavoura teve alguma importância. Em Batatais, por exemplo, em 1864, avultavam as lavouras de algodão do major Antonio Garcia de Figueiredo e do alferes Joaquim Ferreira Rosa. A cultura teria avançado até Casa Branca onde, em 1865, os fazendeiros haviam verificado que as suas terras eram de excelente qualidade para aquela cultura. (Canabrava, 1951, 78-80)

Um maior desenvolvimento da cultura teria se dado em São João da Boa Vista, verificando-se também a existência de culturas mais ou menos prósperas em Socorro, Serra Negra e Amparo. Em Mogi Mirim houve algum interesse pela cultura do algodão em 1865/67, quando se instalou aí a colônia Nova Louzã, com imigrantes portugueses. Em uma das fazendas do município, o novo proprietário já teria encontrado uma roça daquela cultura, a qual, inicialmente, teria sido mantida e desenvolvida[12]. (Canabrava, 1951, 78-80)

A Mogiana presenciou, portanto, a invasão de três ciclos de exportação de produtos primários: o primeiro deles, o do açúcar, o qual proporcionou o desenvolvimento de uma infra-estrutura inicial necessária ao desenvolvimento das atividades de exportação. O segundo, o mais importante, ainda em rumo ao seu apogeu, constitui o fenômeno cafeeiro e o terceiro, o breve ciclo do algodão, descrito acima.

A economia açucareira dinamizou o sistema de transportes baseado no tropeirismo**.** Ela garantiu também o seu funcionamento, ao promover melhorias nas vias terrestres de comunicação, e o completou, ao aparelhar o porto de Santos. As tropas de

[12] Não foi possível levantar a produção dos municípios.

mulas, sobre o qual se fundou o setor de transporte de mercadorias, foram responsáveis pelo escoamento dos produtos iniciais de exportação da Mogiana, mesmo guardando ainda as características apontadas por Cardoso de Mello: a um setor produtor mercantil e escravista deveria corresponder um setor de transporte também mercantil e escravista, isto é, com a participação de escravos e o emprego da tração animal (Cardoso de Mello, 1998, p. 64), colocando em movimento as incontáveis tropas de muares que percorreram os caminhos em busca do porto de Santos. Com isso, surgiram alguns núcleos populacionais com a função de entrepostos de mercadorias para o abastecimento de uma população que enfrentaria uma segunda fase de desbravamento do território paulista, expandindo a invasão original, que buscava o ouro.

1.3 A estrutura produtiva inicial e o advento da ferrovia

A estrutura de desenvolvimento pré-binômio café-ferrovia formou-se condicionada pela infra-estrutura de escoamento proporcionada pelo "tropeirismo". Pode-se, grosso modo, distinguir duas formas de expressão deste meio de transporte: o de "curta" e o de "longa distância". O primeiro, refere-se ao transporte intra e inter-fazendas, utilizado para a realização da produção, ou mesmo para mercados regionais, enquanto o de longa distância, para o escoamento da produção até o porto de Santos. Com o advento da ferrovia, o de curta distância foi potencializado e o de longa distância acabou extinto.

Na Baixa Mogiana, pode-se ter uma base da estrutura produtiva pré-binômio dos municípios a partir dos dados a respeito de Mogi Mirim. As já citadas safras de café e cana foram avaliadas para os dois municípios, em 1854, em 80.000 arrobas e 227.000 arrobas, respectivamente.

A estrutura produtiva dos municípios pode ser inferida a partir do trecho abaixo, que traz informações sobre Mogi Mirim:

> *Em 17 de Janeiro de 1854... neste município, não ha estabelecimento algum de mineração, nem consta que existam terrenos que se prestem a esta industria; Nessa mesma data informam que a lavoura do municipio consiste em – assucar, café, gado gordo, porcos cevados e cavallos mansos; quanto a fábricas, só existe uma de chapéos de pello, sendo que o pello é vindo da Europa; Nessa mesma data orçam a exportação dos*

> *tres annos findos no seguinte: -"Assucar, 210.000 arrobas; - Aguardente, 54 barris; - Café, 87.000 arrobas; - Porcos, 12.0000; - Gado, 6.000; - Cavallos, 1.000;* (Mendes Jr., 1971, p. 23).

Se entendermos o termo "exportação" como a produção excedente do município, e nem sempre voltado para o mercado internacional denota-se uma estrutura baseada em dois produtos primários de exportação principais, o café e o açúcar, e outros produtos, como porcos, gado (provavelmente bovino) e cavalos, sem falar na agricultura de subsistência. Quanto a fábricas existia somente uma, de chapéus, e o importante a se destacar é que o principal insumo (o pêlo) era importado da Europa. (Mendes Jr., 1971, p. 23)

Em 1873, um perfil da situação deste município pode ser observado quando o trabalho escravo começava a ceder lugar ao trabalho assalariado:

> *... a grande e pequena lavoura deste municipio, apezar das geadas, têm prosperado consideravelmente no ultimo decenio... que a cultura do café vae em constante aumento, sendo as principaes causas deste fato, o bom preço, que tal produto obtem, e a certeza que é o ramo de cultura que não está sujeito a dar prejuizo, porque a baixa de preço não pode nunca chegar a este ponto, visto que a produção similar estrangeira é pequena e não pode avultar, que a cultura do algodão está em decadencia... que a cultura do fumo é importante no municipio mas offerece os inconvenientes da variação dos preços, dando prejuizo aos lavradores... que a cultura da canna tem diminuido de tal modo, que é até insufficiente para a cultura do municipio...* (Mendes Jr. 1971, p.28).

Outro fator importante a se destacar diz respeito ao comércio desenvolvido nos municípios até 1873. Em Mogi Mirim existiam treze lojas de fazendas, dez armazéns de ferragens e molhados, dois armarinhos, duas boticas e muitas tavernas; Na freguesia de Mogi Guaçu, cinco lojas de fazendas, três armazéns de ferragens e molhados e algumas tavernas. (Mendes Jr. 1971, p. 29-31)

Quanto às atividades industriais, existiam cinco selarias, algumas olarias, oficinas de ferreiro, marceneiro, alfaiate e sapateiro. E, no que tange à lavoura, em 1873, a cultura do café já assumia importância e produziu cerca de 2.250.000 kg. A produção de cana atingiu cerca de 450.000 kg. e a do algodão pouco produziu porque vinha sendo abandonada, em razão da baixa dos preços internacionais. Existia ainda a cultura de gêneros alimentícios em grande escala, para o consumo e exportação. A cultura, em geral,

se fazia por meio de enxadas, sendo que muitos trabalhadores, felizmente, passaram a empregar o arado (Mendes Jr. 1971, p. 29-31), passados mais de cem anos desde que o Morgado de Mateus tentara introduzir essa técnica nas lavouras da economia paulista. Além disso, grandes pescarias eram realizadas nas cachoeiras do rio Mogi Guaçu, que fornecia abundantemente o peixe. Este era exportado para os municípios vizinhos e, durante alguns meses do ano, era conservado salgado, substituindo o peixe que vinha do exterior. (Mendes Jr. 1971, p. 29-31)

Por sua vez, a maior ocupação da Alta Mogiana, como indicado anteriormente, ocorreu no início do século XIX, como reflexo da diminuição das atividades mineradoras, momento em que a economia das regiões do eixo centro-sul passou a consolidar as atividades voltadas para a produção de artigos de subsistência. Ela nasceu inserida neste contexto de transição de uma economia de mineração, que havia desenvolvido um incipiente setor de produção de artigos de subsistência devido, principalmente, à relativa distância dos centros mineradores e o litoral, para uma economia voltada para a subsistência.

Em 1837, Franca contava com 11 engenhos de açúcar, 34 destilarias de água ardente, 176 fazendas de criar, duas fazendas de café e oito engenhos de serrar. Por volta de 1873, existiam 84 fazendeiros, seis advogados, dois farmacêuticos, dois professores particulares, três alfaiates, dois caldeireiros, quatro carpinteiros, dois ferradores, quatro ferreiros, dois fogueteiros, dois marceneiros, um padeiro, seis sapateiros, quatro seleiros e dois açougueiros. Com relação ao comércio, existiam seis proprietários de armazéns de sal, oito donos de armazéns de molhados, 15 negociantes de fazendas, ferragens, armarinho, molhados e louça. (Oliveira, 1997, p. 64)

Durante todo o século XIX, a economia de Franca esteve baseada na produção direta dos meios de sobrevivência, na pecuária e na condição de entreposto de sal. A procura de bons pastos para o gado foi a alavanca impulsionadora dos moradores de Minas Gerais, em direção da região da Alta Mogiana. Eles se apossaram das terras, formaram as fazendas, plantaram suas roças e constituíram os seus rebanhos, fundando vários arraiais. A pecuária foi, portanto, o grande estímulo para a conquista e a humanização do sertão. (Navarro, 1999, p. 39-43)

A Estrada do Anhangüera não só permitia como também facilitava o trânsito dos carros de bois, como os famosos "carros franqueiros", e por intermédio deles, o couro, o queijo, o milho, o feijão, a rapadura e o toucinho eram transportados até Campinas, de onde eram redistribuídos aos outros centros consumidores. De Franca, o sal e outras mercadorias eram encaminhados para Goiás, Mato Grosso e Sul de Minas. Tamanha foi a importância do comércio do sal aí existente, que a Estrada passou a se chamar "Estrada do Sal". Surgiram, então, atividades artesanais ligadas ao couro, devido ao desenvolvimento da atividade criatória, que foram as atividades embrionárias do que viria a ser, como já visto, o parque industrial de calçados e artefatos de couro da cidade. (Navarro, 1999, p. 39-43)

Por esta época, o município que se desenvolveu foi Franca. Com relação a Ribeirão Preto, tudo indica que o seu desenvolvimento, em termos relevantes, esteja atrelado diretamente ao da cultura cafeeira, quando esta invadiu a região. E o seu desenvolvimento se deu, em termos relevantes, após o advento do binômio café-ferrovias. Quanto à estrutura pré-binômio, o município era composto por várias fazendas, como indicado anteriormente.

No entanto, quando a ferrovia chegou a Franca, os negociantes perceberam o declínio das quantidades transacionadas dos principais produtos que comercializavam, "mas isto significou muito pouco em relação ao volume que a diversificação dos negócios com outros produtos permitiu". A comercialização de sal, fumo e toucinho apresentou um sensível declínio após a chegada dos trilhos. A de sal caiu de uma média de 3,25 mil toneladas transacionadas até 1893, para uma média de 2,25 toneladas, no período entre 1893 e 1902. A média se estabilizou em 1,5 toneladas até 1913, para, finalmente, não ultrapassar mais este nível após esta data. (Tosi, 1998, p. 129)

O declínio nas transações de toucinho e fumo foi ainda mais acentuado. Ambos considerados produtos de exportação, faziam parte da estrutura produtiva de Franca por esta época. À medida que diminuía a sua importância na região, sua produção aumentava na região do Triângulo Mineiro. Tais "deslocamentos geográficos de produção" ocorriam em função da mudança desencadeada pelo novo meio de transporte, segundo Tosi:

> *Por meio da ferrovia, São Paulo estava dinamizando uma capacidade produtiva preexistente, emulando a potencialidade da cafeicultura e integrando regiões fora de seu território. Isso se concretizava na medida em que havia uma substancial redução de custos nas duas extremidades do processo de produção e consumo, de modo que essa realidade possibilitou uma maior circulação monetária até então plenamente restringida... A chegada dos trilhos a Franca causou um impacto de substancial volume, e talvez não se tenha oportunidade de mensurá-lo, dadas as desproporções entre a situação pré-ferrovia e a situação pós ferrovia, bem como a transformação estrutural daí decorrente. Um dado é inequívoco: à medida que a ferrovia avançava, ocorria uma mudança no dimensionamento local do gasto e nos preços relativos dos bens transacionados, de modo que o refluxo do 'ciclo do gado e do sal', se sentido, ficou escassamente registrado, diluindo-se no conjunto das demais atividades, antes de menor porte e, depois, dinamizadas pela presença da ferrovia* (1998, p. 130-1).

Uma das mais importantes realizações do fenômeno cafeeiro, associado ao capital inglês, foi a criação da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro S.A. As ligações do planalto com o litoral permaneceram precárias por muito tempo, desde o início dos transportes do açúcar até o porto de Santos. O antigo caminho até o mar passou por transformações radicais para permitir um transporte economicamente vantajoso da produção de açúcar que provinha do planalto. Até o advento do açúcar, o caminho entre o planalto e o mar se constituía, essencialmente, de uma via de pedestres, de forma que o próprio transporte das mercadorias se fazia em geral às costas dos indígenas. Com o passar do tempo, acabou se transformando em uma estrada de tropas[13], condicionando, assim, o meio de transporte que assegurou um escoamento, até certo ponto satisfatório, da produção do planalto paulista. (Matos, 1990, p. 30-2; Petrone, 1951, p. 189)

O ano de 1854 marcou, finalmente, o ingresso do Brasil na era da ferrovia. Construído por Mauá era inaugurado o primeiro trecho ferroviário do país, ligando o porto Mauá até a estação de Fragoso, na raiz da serra da Estrela. No entanto, a transposição da serra ainda estava na fase de estudos, enquanto que a rede ferroviária, lentamente, começava a se formar. Neste sentido, surgiu a Estrada de Ferro D.Pedro II, atual Central do Brasil, no Rio de Janeiro, através do chamado "Movimento de Vassouras", onde o café promovera a sua invasão inicial. (Matos, 1990, p. 65-9)

[13] As melhorias efetuadas na única via que fazia a ligação entre Santos e São Paulo dizem respeito à construção da "Calçada do Lorena" (1792) e da "Estrada da Maioridade" (1841) e o aterramento de algumas áreas no trecho Cubatão-Santos (Petrone, 1951, p. 192; Matos, 1990, p. 34).

Em São Paulo, a construção da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí somente se iniciou em 1860. Adotou-se o sistema funicular e, em menos de quatro anos, inaugurava-se o primeiro plano inclinado da serra, funcionando o serviço de tração com excelentes resultados. Em 1868, a linha atingia São Paulo para no ano seguinte, alcançar Jundiaí, perfazendo um percurso de quase 140 km. Dado o primeiro passo para a construção da rede ferroviária de São Paulo, o sistema da chamada "São Paulo Railway" constituiu-se, então, num monopólio dos transportes ferroviários entre o litoral e o planalto paulista, pois, somente em 1927 cuidou-se da execução de uma outra linha que escoasse a produção serra abaixo. (Matos, 1990, p. 72-74)

A produção cafeeira, que já havia invadido São Paulo, atingira, na Baixa Mogiana, um volume suficiente para que se "puxasse" uma linha férrea que ligasse Jundiaí a Mogi Mirim. No entanto, já surgira a Cia. Paulista das Estradas de Ferro S.A., que, inicialmente, tinha como objetivo a ligação das cidades de Jundiaí e Campinas. Chegando a ferrovia até esta cidade, a metade do caminho já havia sido percorrida, sendo necessário, portanto, agora, ligar as cidades de Mogi Mirim e Campinas. Nascia assim a Companhia Mogiana das Estradas de Ferro S.A., batizando consigo uma região que se tornaria uma das mais importantes regiões produtoras de café do Estado de São Paulo. (Matos, 1990, p. 82)

O ano de 1872 marcou o início da construção da estrada de ferro, cuja companhia fora fundada em Campinas. Os seus empreendedores foram todos homens ligados ao café, como Souza Aranha e Queiroz Telles. Servindo a ferrovia a uma das regiões de maior expressão em termos de produção de café, essa atingiria em finais do século XIX, as divisas com Minas Gerais. Não se deteve aí, mas avançou o território mineiro, onde se articulou com outras estradas de ferro. (Matos, 1990, p. 90)

Era a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro que invadia o interior paulista rumo às Gerais, em busca do café, transformando a sua fisionomia, e destruindo a morosidade do tropeirismo de longa distância. A cultura cafeeira, a partir da segunda década do século XIX, iniciou um processo de mudança radical na estrutura de desenvolvimento da região. A produção cafeeira aumentou em tais proporções que o meio de transporte utilizado até então se tornou inapropriado ao escoamento dessa produção, fazendo-se necessária, portanto, a introdução de um meio de transporte mais eficiente: a ferrovia.

A economia da região sofreu um processo de mudanças com a chegada dos trilhos a estes municípios. Até então, denota-se um padrão definido: a economia era voltada para o comércio da Estrada do Anhanguera, para o abastecimento dos viajantes. Posteriormente surgiram os ciclos de exportação e um concomitante desenvolvimento de atividades correlatas ao atendimento de uma incipiente demanda interna, ocorrendo um aumento populacional acompanhado do aumento da divisão social do trabalho, enquanto no transporte eram utilizados os carros de bois ou tropas de mulas.

Ocorreu uma mudança no padrão de desenvolvimento constatado até então. Um meio de transporte baseado em tropas de mulas e carros de bois, ao mesmo tempo em que estimulava um desenvolvimento inicial baseado no comércio (interno e para exportação) e em atividades de suporte às necessidades dos viajantes, lhe impunha um limite, ou seja, o próprio limite físico que este sistema de transporte apresenta. Este limite se expressa na quantidade de carga que uma tropa de muares conseguia transportar[14], no tempo que era gasto neste transporte e na distância a ser percorrida. Conjugados estes três fatores, emergem as carências de um meio de transporte como este, se comparado com a ferrovia, que estava por vir. Com a sua chegada, tal **estrutura** de escoamento é destruída, surgindo uma nova.

A ferrovia passou a direcionar o desenvolvimento dos municípios mogianos, uma vez que era vital para o escoamento de suas produções. O tropeirismo de longa distância acabaria morrendo. O processo de destruição criativa acabou por destruir a Estrada do Anhanguera para criar, em seu lugar, a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro S.A. A estrada de **terra** transformou-se em uma estrada de **ferro**.

[14] Sem falar na quantidade da mercadoria que estragava durante o transporte por causa de chuvas fortes ou material que se perdia quando a manada atravessava um rio.

Capítulo 2 - O Mercado Interno na Nova Estrutura de Desenvolvimento

A nova estrutura de produção que surgiu na Mogiana nas últimas décadas do século XIX embasou-se no sistema capitalista embasado no trabalho assalariado. As transformações ocorridas desde a segunda metade daquele século, concomitantes ao desenvolvimento da economia cafeeira e o advento das ferrovias, prepararam o terreno para a potencialização das forças capitalistas de produção, principalmente após o fim do trabalho escravo em 1888.

Conquanto o mercado cafeeiro apresentasse oscilações no preço do produto, desde que a invasão do café se processara na região, sua produção vinha aumentando e novas áreas iam se incorporando ao complexo cafeeiro. Todavia, o crescente aumento da produção pode ser caracterizado como o ponto germinal de uma crise, consubstanciada no paulatino declínio dos preços.

Quanto à Mogiana, seus municípios haviam se desenvolvido com estruturas produtivas principalmente baseadas na produção agrícola e na pecuária – nos relatórios e estatísticas dos órgãos oficiais da época tratada como produção zootécnica – além de algumas atividades artesanais e industriais. A agricultura era o principal motor desse desenvolvimento, bem como do povoamento da região, com destaque também para a atividade criatória bovina.

2.1. Produção agrícola

A produção agrícola passou a ser estimulada pelo advento da ferrovia, bem como pela incorporação de um novo contingente populacional: os imigrantes, que como trabalhadores livres, potencializaram as atividades desenvolvidas anteriormente.

Na virada do século XX, iniciando nossa análise, a produção agrícola de Mogi Guaçu pode ser inferida a partir da tabela 2.1:

Tabela 2.1 - Produção agrícola de Mogi Guaçu – 1900 a 1906.

	Aguardente (pipas)	Arroz (litros)	Café @	Milho (litros)
1900	450		100.000	
1902	521		144.530	
1905	308	37.700	95.380	1.649.200
1906	400		220	

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1900-1906.

È bem visível o problema referente a fragmentação de informações, à exceção da aguardente e do café. Quanto ao milho, no ano de 1905, verifica-se uma produção de 1.649.200 litros. A produção de arroz também só pode ser inferida a partir do mesmo ano, quando atingiu o valor de 37.700 litros. Não existem dados a respeito da produção de açúcar, porém, existem a respeito da cachaça, cuja produção é avaliada em pipas, obtendo uma média de 420 unidades para o período.

Já a produção de café apresenta um comportamento interessante, pois pode ser avaliada como um ciclo, onde a expansão se inicia em 1900, a partir de 100.000 arrobas. Entre os anos de 1900 a 1902 sobe para 144.530, atingindo o pico, para depois cair para 95.380, em 1905. Em 1906 a produção cai ainda mais, para 220 arrobas. Estaria o café já abandonando a Baixa Mogiana?

Esta produção se realizava nas fazendas, as unidades produtivas deste tipo de economia. O número de estabelecimentos produtivos e os dados a respeito da nacionalidade dos trabalhadores empregados nessas unidades compõem a tabela 2.2:

Tabela 2.2 - Número de estabelecimentos agrícolas e de empregados de Mogi Guaçu-1900 a 1906.

Ano			
	Estabelecimentos	Nacionais	Estrangeiros
1900	94	1.232	1.668
1902	104	1.232	1.962
1905	92	383	631
1906	92	383	631

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1900-1906.

O número de estabelecimentos agrícolas recenseados indica um movimento ascendente, em termos de unidades produtivas, entre os anos de 1900 e 1902 (10,64%). Posteriormente, ocorreu um declínio de 13,04% entre os anos de 1902 e 1905, mantendo-se o mesmo número para o ano de 1906. A produção verificada no ano de 1902 (vide tabela

2.1) para o café e a aguardente também acompanham o movimento ascendente e descendente verificado na tabela acima, o que leva a crer que 1902 possa ter sido um possível pico de produção do município.

Quanto ao pessoal empregado, verifica-se que os imigrantes tenham sido os responsáveis pelo trabalho adicional nos novos estabelecimentos que surgiram entre os anos de 1900 a 1902, já que o número de trabalhadores nacionais empregados permaneceu constante entre estes anos e o número de estrangeiros aumentou em 17,63%. Os anos de 1905 e 1906 caracterizam-se por um decréscimo acentuado no número de trabalhadores, tanto nacional como de estrangeiros.

A produção de Mogi Mirim, por sua vez, recuando-se dois anos em relação à tabela anterior, apresentou-se um pouco mais diversificada:

Tabela 2.3 - Produção agrícola de Mogi Mirim – 1898 a 1906.

	Aguardente (pipas)	Algodão (@)	Arroz (litros)	Açúcar (@)	Café @	Feijão (litros)	Milho (litros)
1898	375	66	300.000	66			
1905	4.450		622.700	3.810	326.082	936.200	1.006.5
1906	600		50.000	500	100.000	100.000	500.00

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1898-1906.

No que tange à cachaça, a produção apresenta um comportamento interessante, constatando-se uma produção atípica no ano de 1905, quando a cifra atingiu 4.450 pipas e, em 1906, uma produção de apenas 600 unidades. A produção de algodão parece acabar no município por volta do final do século, quando, em 1898, foram produzidas 66 arrobas. A de arroz atingiu um pico no ano de 1905, verificadas 622.700 arrobas, apresentando, porém, a magnitude de apenas 50.000 no ano seguinte.

O ano de 1905 parece, portanto, ter sido um ano de superprodução, se compararmos também os movimentos referentes ao açúcar, café, feijão e milho. O açúcar apresentou uma produção excepcional no ano em questão, atingindo o valor de 3.810 arrobas, para, no ano seguinte, apresentar uma queda de 86,88%. O café apresentou um comportamento semelhante, apresentando uma produção de 326.082 arrobas, em 1905, com queda de 69, 33 % para o ano seguinte; o feijão, para os anos em questão, apresentou uma retração de 89,32%, e o milho, 50,32%.

O número de estabelecimentos produtivos desta cidade, no entanto, não se alterou em relação aos anos de 1905 e 1906. O que ocorreu foi um pequeno aumento no número de trabalhadores nacionais, relacionados aos anos de 1898 e 1905 (apenas 46 pessoas), permanecendo este contingente de trabalhadores para o ano seguinte. Com relação aos estrangeiros, ocorreu, do ano de 1898 para o ano de 1905, uma retração no número de trabalhadores empregados de 55,7%, conforme dos dados apresentados na tabela 2.4:

Tabela 2.4 - Número de estabelecimentos agrícolas e de empregados de Mogi Mirim – 1898 a 1906.

Ano	*Estabelecimentos*		
		Nacionais	Estrangeiros
1898		1.000	4.000
1905	248	1.046	1.773
1906	248	1.046	1.773

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1898-1906.

O que se pode inferir é que houve uma substituição da mão-de-obra do imigrante pelo trabalhador nacional, entre 1898 e 1905, mesmo que o aumento da participação deste último tenha sido pequeno: houve uma enorme redução do número de trabalhadores estrangeiros. Não se sabe o número de unidades produtivas em 1898, o que dificulta a análise.

No mesmo sentido, pelos dados da tabela seguinte, pode-se ter uma idéia do movimento da produção apresentada pelo município de Franca:

Tabela 2.5 Produção agrícola de Franca em 1905 e 1906.

	Aguardente (pipas)	Algodão (@)	Arroz (litros)	Acúcar (@)	Café @	Feijão (litros)	Milho (litros)	Tabaco (@)
1905		50	325.500		510.030	465.500	445.200	
1906	400		2.000.000	20.000	350.000	200.000	4.000	500

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1905-1906.

A produção apresentou uma diversificação semelhante à de Mogi Mirim, diferenciando-se no que tange à produção de tabaco, não verificada neste último município. Para o ano de 1906, temos a produção de 500 arrobas. Neste ano, a produção de aguardente foi de 400 pipas, não verificada produção alguma no ano anterior. O algodão, para o ano de

1905, apresentou uma produção de 50 arrobas, e o açúcar, para o ano posterior, uma de 20.000 arrobas. A produção de café, de milho e de feijão apresenta, com relação aos anos em questão, movimentos descendentes: o café cai 31,38%, o milho 99,1% e o feijão 57,03%.

Tabela 2.6 - Número de estabelecimentos agrícolas e de empregados de Franca em 1905 e 1906.

Ano	*Estabelecimentos*		
		Nacionais	Estrangeiros
1905	284	1935	1730
1906	284	1935	1720

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1905-1906.

Quanto ao número de estabelecimentos, Franca apresenta 284 unidades para os dois anos focados, ocorrendo um pequeno decréscimo com relação ao número de imigrantes que nelas trabalhavam: 10 pessoas. O número de trabalhadores nacionais permanece constante e configura-se como conjunto de maior expressão, representando 52,94% do total. É bom lembrar que o movimento de queda no número de trabalhadores estrangeiros ocorreu também nos municípios da Baixa Mogiana.

Finalmente, apresentamos a produção agrícola do município de Ribeirão Preto, a mais florescente dentre os demais municípios da região, conforme se verifica pela análise da Tabela 2.7:

Tabela 2.7 - Produção agrícola de Ribeirão Preto – 1900 a 1906.

	Aguardente	Arroz	Acúcar	Café	Feijão	Milho
	(pipas)	(litros)	(@)	@	(litros)	(litros)
1900	3.000	1.000.000		2.000	3.000.000	5.000.000
1905	3.220	2.941.100	1.920	2.040.036	8.696.800	13.359.200
1906	2.000	500.000	2.000	4.000.000	1.000.000	5.000.000

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1900-1906.

A produção de aguardente verificada é superior em quatro a cinco vezes com relação aos outros municípios estudados. Tal produção apresenta um movimento ascendente entre os anos de 1900 e 1905, e um movimento contrário, se correlacionados os anos de 1905 e 1906. As produções de arroz, feijão e milho apresentam semelhante movimento. A deste último apresentou-se no nível de 5.000.000 litros no ano de 1900,

subindo para 13.359.200 litros (167,18%) em cinco anos. No ano de 1906 recuou para 5.000.0000 novamente. As produções de feijão e arroz apresentam, respectivamente, ascensão de 188,9% e queda 88,5%, e ascensão de 194,11% e queda de 99,98%, para o mesmo período.

As culturas de exportação de café e açúcar, no entanto, apresentam comportamento diferente: o café atingiu em 1906 a produção de 4.000.000 arrobas, observando-se um movimento ascendente desde o ano de 1900, quando o município produziu 2.000 arrobas. É interessante notar que, de 1905 para 1906, a produção apresentou um aumento de 96,07 %. As estatísticas para a produção de açúcar indicam a produção de 1.920 arrobas em 1905, elevando-se para 2.000 arrobas no ano seguinte.

O importante a se destacar é que a produção agrícola deste município foi, de uma maneira geral, de três a cinco vezes superior à dos outros três até aqui estudados. Essa produção, quanto ao número de estabelecimentos e de trabalhadores empregados, estava assim organizada:

Tabela 2.8 - Número de estabelecimentos agrícolas e de empregados de Ribeirão Preto – 1900 a 1906.

Ano			
	Estabelecimentos	Nacionais	Estrangeiros
1900	197	5.010	25.000
1905	261	4.717	16.805
1906	261	4.717	16.805

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1900-1906.

É possível corroborar alguns movimentos de declínio já percebidos em outros municípios. Por exemplo, o número de trabalhadores estrangeiros empregados também apresenta um movimento de queda, entre os anos iniciais do século e o ano de 1905 (32,78%). Como em Mogi Guaçu, Ribeirão apresenta também um decréscimo no número de trabalhadores nacionais empregados. O número de estabelecimentos aumentou em 32,49%, entre os anos de 1900 e 1905, chegando a 261 unidades, verificando-se a mesma cifra para o ano de 1906.

Em 1900, existia uma média de 152,33 trabalhadores por estabelecimento e em 1905/06, a média cai para 82,46, indicando um menor emprego de mão-de-obra por unidade produtiva. De uma forma geral, a produção aumentou consideravelmente entre os anos citados, o que indica um aumento na produtividade do trabalho.

Levando-se em consideração estes dados iniciais, é possível notar o notável desenvolvimento que alcançou o município de Ribeirão Preto, praticamente o último a ser fundado, entre os estudados. A sua principal atividade inicial foi a cultura cafeeira, mas percebe-se também a importância da produção de outros gêneros agrícolas, tais como o milho, o feijão e o arroz. Em maior ou menor escala, os outros municípios também apresentaram tais produções, mas o volume desenvolvido por estes outros municípios, se comparado com Ribeirão Preto, é extremamente menor, na maioria dos casos.

Algumas comparações entre os municípios podem ser feitas: i) os quatro municípios possuem juntos, 44.892.453 cafeeiros produzindo um total de 3.976.610 arrobas, sendo que 51,3% do total provem de Ribeirão Preto, 12,83 % de Franca, 8,2% de Mogi Mirim e 2,4% de Mogi Guaçu; ii) a produtividade dos cafeeiros em questão apresenta-se maior nos municípios da Alta Mogiana, alcançando em Ribeirão Preto, o índice de 0,070 arrobas/cafeeiro e, em Franca, 0,069. Na Baixa, o índice cai para 0,041 em Mogi Guaçu e 0,053, em Mogi Mirim. (Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. E.A.Z. S. Paulo: Typ. Brazil, 1907)

A produção de açúcar mostra-se com relativa importância em Franca, onde chega a 33.105 arrobas; em Mogi Mirim e em Ribeirão Preto a produção é menor, 3.810 e 1920 arrobas, respectivamente. Mogi Guaçu não apresenta produção de açúcar, mas apresenta produção de aguardente No entanto, a produção de aguardente mostra-se extremamente expressiva em Mogi Mirim, onde alcança a cifra de 2.085.600 litros, frente a 154.000 em Mogi Guaçu; as produções de Ribeirão Preto e Franca são de 646.000 e 617.200 litros, respectivamente.

A produção de algodão só é encontrada em Franca, atingindo 50 arrobas. Quanto ao arroz, sua produção é expressiva em Ribeirão Preto, atingindo 2.941.100 litros, frente a 325.500 em Franca, 37.700 em Mogi Guaçu e 611.800 litros em Mogi Mirim. A produção de milho também se mostra expressiva em Ribeirão Preto (13.359.200 litros), seguida por Mogi Mirim (7.305.000 litros). Mogi Guaçu aparece em terceiro lugar com 1.649.200 litros e Franca, por último, 445.200 litros. O feijão também se mostra importante em Ribeirão Preto, onde a produção chega a 8.696.800 litros; em Mogi Mirim e Franca as produções são menos expressivas, apresentando por volta de 170.000 litros, enquanto que Mogi Guaçu não apresenta produção deste gênero.

Portanto, a invasão cafeeira trouxe consigo um aumento populacional, em parte representado pela entrada maciça de imigrantes no território paulista, que vieram para trabalhar nas lavouras de café. Provocou também um aumento na produção de gêneros agrícolas primários, como o arroz, feijão, milho, açúcar, aguardente, necessários à subsistência do homem. Seu efeito também pode ser sentido no desenvolvimento da pecuária nestes municípios.

2.2. A produção zootécnica

A produção de animais e produtos correlatos também possuiu expressão na economia dos municípios. Uma importante atividade produtiva foi a criação de bovinos. Na Alta Mogiana, a importância se manifestou já em sua gênese, quando os migrantes mineiros procuravam locais com bons pastos para situar as suas fazendas. No município de Franca, esta atividade assume enorme importância, justamente por ser um dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento das atividades coureiro-calçadistas, das ligadas ao transporte das mercadorias, sem falar na produção alimentícia. Com relação à Baixa Mogiana, podemos encontrar os seguintes números:

Tabela 2.9 – Produção zootécnica de Mogi Guaçu: 1902 a 1906.

Ano	Estabelec.	Pessoal Empregado		Cavalar	Lanígero	Suíno	Vacum
		Nacionais	Estrangeiro	e Muar	e Caprino		
1902	22	105		100			1.200
1905	92	383	631	820	286	1.699	4.617
1906	92	383	631	600	500	2.000	1.500

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1900-1906.

A produção zootécnica de Mogi Guaçu nos anos iniciais do século apresenta-se distribuída da seguinte forma: gado cavalar e muar, representando, a produção dos "meios de transporte" utilizados provavelmente no "tropeirismo de curta distância". Constata-se um acréscimo de 720 cabeças entre os anos de 1902 a 1905; de 1905, em que o rebanho havia atingindo 820 cabeças, cai, em 1906, para o nível de 600. A produção lanígera e caprina apresentou comportamento inverso à muar e cavalar, se comparados os anos de 1905 e 1906: aumentou de 286 para 500 animais (74,82%).

A criação suína também acompanha tal movimento, apresentando, para os anos de 1905 e 1906, um acréscimo na produção de 1.699 para 2.000 cabeças. Já o rebanho de vacuns apresenta um comportamento interessante, pois a cifra verificada em 1902 é de 1.200 unidades e em 1905 chega a alcançar o nível de 4.617 cabeças, um aumento de 284,75%; no ano seguinte (1906) a produção recua para 1500 unidades, pouco acima da produção de 1902.

Quanto ao número de estabelecimentos produtivos, o município apresenta um acréscimo entre os anos de 1902 a 1905, passando de 105 para 383 unidades, permanecendo esta cifra para o ano de 1906. Os dados referentes aos trabalhadores empregados indicam uma quantidade maior de estrangeiros, 631, em relação à de nacionais, 383, permanecendo esses números constantes nos anos de 1905 e de 1906.

No entanto, se comparados os dados com os referentes à produção agrícola do município, verifica-se para o número de trabalhadores nacionais e estrangeiros os mesmos números, inclusive o número de estabelecimentos produtivos, sendo igual a 92 nas duas estatísticas. Sendo assim, é possível inferir que, em tal município, as unidades produtivas estavam voltadas tanto para os produtos agrícolas como os produtos zootécnicos citados nas tabelas anteriores. Não se pode afirmar, contudo, que **todas** as unidades produtivas produziam **todos** os produtos citados. Também não é possível inferir a diversidade de cada unidade produtiva, mas apenas a diversidade que o seu conjunto apresenta.

Tabela 2.10 - Produção zootécnica de Mogi Mirim: 1898-1906.

Ano	Estab	P. Empregado		Cavalar	Laníg.	Suíno	Vacum	**Mel de**	**Cera**
		Nacion	Estran	e Muar	e Capr.			**Abelha**	**Anim.(**
1898				800	1.000	500	1.000	1.000	66
1905	248	1.046	1.773	3.881	3.079	7.010	7.815	74	51
1906	248	1.046	1.773	3.000	3.000	8.000	6.000		

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1900-1906.

A produção zootécnica do município de Mogi Mirim apresenta-se mais diversificada, se comparada com a de Mogi Guaçu. Apresenta os mesmos produtos que aquele município, porém produz também mel de abelha e cera animal. A produção de mel para o ano de 1898 atinge o montante de 1.000 litros, ocorrendo um decréscimo relativo a 1905, quando atinge o nível de 74 litros, não sendo registrada produção para o ano de 1906.

Neste ano também não são encontrados registros da produção de cera animal, que se apresenta em declínio também se comparados os anos de 1898 (66 arrobas) e 1905 (51 arrobas).

O rebanho cavalar e muar apresenta comportamento cíclico semelhante ao de outros produtos: o ano de 1905 registra talvez um pico de produção. De 1898 até 1905 a produção aumenta 385,12%, saindo de 800 unidades e chegando a 3.881 e, logo depois, no ano seguinte, cai para 3.000 unidades.

As produções de lanígeros e caprinos e a bovina também acompanham este movimento: a lanígera e caprina sai de 1.000 unidades, em 1898, para 3.079, em 1905 (acréscimo de 207,9%) e depois recua para 3.000 animais.

A criação de bovinos também registra um salto, partindo de 1.000 cabeças no ano de 1898 para 7.815, em 1905, ou seja, sobe 681,5%, recuando no ano seguinte para 6.000; a suinocultura, por sua vez, salta de 500 para 7.010 cabeças (1.302%) entre 1898 e 1905 e continua subindo atingindo 8.000 animais em 1906.

Da mesma forma que o município de Mogi Guaçu, Mogi Mirim também apresenta os mesmos números para o número de estabelecimentos produtivos, bem como de trabalhadores nacionais e estrangeiros, se comparados com a produção agrícola. Este indício leva a crer que também neste município as unidades produtivas desenvolviam tanto a produção agrícolas como zootécnica.

Na Alta Mogiana a atividade criatória, pelo que se infere no exame da Tabela 2.11, apresenta-se bastante desenvolvida, e com certa vantagem sobre os dois municípios da porção Sul da região, já analisados.

Tabela 2.11 - Produção zootécnica de Franca: 1905 e 1906

Ano	Estabelec.	Pessoal Empregado		Cavalar	Lanígero	Suíno	Vacum
		Nacionais	Estrangeiro	e Muar	E Caprino		
1905	284	1935	1730	3.936	1.213	9.734	26.258
1906	284	1935	1720	3.000	1.000	8.000	30.000

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1900-1906.

Com relação à Franca, os dados disponíveis dizem respeito aos anos de 1905 e 1906. De um ano para o outro, excetuando-se a produção bovina, todas as outras produções zootécnicas do município apresentam uma queda. A cavalar/muar passa de 3.936

para 3.000 unidades; a lanígera/caprina apresenta decréscimo de 1.213 para 1.000 unidades e, a suína, de 9.734 para 8.000 unidades, representando, respectivamente, decréscimos de 23,78%, 17,56% e 17,81%.

As mesmas constatações a respeito do número de unidades produtivas bem como da distribuição de trabalhadores entre nacionais e estrangeiros, que forram arroladas para os municípios da Baixa Mogiana, podem ser estendidas para o município de Franca. O número de propriedades agrícolas é igual ao de zootécnicas, observando-se exatamente a mesma distribuição quanto ao número de trabalhadores nacionais e estrangeiros, indicando também que essas unidades produtivas dedicavam-se a ambas as produções.

Finalmente, temos a produção zootécnica do município de Ribeirão Preto:

Tabela 2.12 - Produção zootécnica de Ribeirão Preto: 1900 a 1906.

Ano	Estab	P. Empregado		Cavala	Laníg.	Suíno	Vacum	Mel de	Cera
		Nac.	Estran.	e Muar	e Capr.			Abelha (lt)	Anim.(@)
1900	10	7	27	400	3.000	16.000	2.000	400	200
1902		17		499	200	1.988	4.122		
1905	261	4.717	16.805	4.360	6.739	18.189	6.970		
1906	261	4.717	16.805	5.000	7.000	20.000	8.000		

Fonte: A.E.E.S.P. vls. ref. anos 1900-1906.

A diversificação verificada quanto ao município de Ribeirão Preto é semelhante à do município de Mogi Mirim, apresentando também a produção de mel de abelha e cera animal, verificadas, porém somente no ano de 1900. Elas atingem, respectivamente, 400 litros e 200 arrobas. A criação cavalar/muar apresenta um salto excepcional de patamar entre os dois primeiros anos citados (1900 e 1902) e os dois últimos (1905 e 1906). A produção sai de 400 unidades em 1900, atinge 499 em 1902 e depois, em 1905 sobe para 4.360, ou seja, 773,75%, atingindo 5.000 unidades em 1906.

O rebanho bovino apresenta também um movimento crescente ao longo dos anos relatados, porém, trata-se de um movimento até certo ponto linear se comparado com a criação cavalar e muar. Em 1900, a produção é de 2.000 unidades, em 1902 sobe para 4.122 e, em 1905, chega a 6.970; atinge 8.000 unidades em 1906, o que perfaz um acréscimo de 300% se relacionada com a de 1900.

As produções lanígera/caprina e suína apresentam comportamentos cíclicos semelhantes: apresentam decréscimos expressivos entre os anos de 1900 e 1902 (93,33% e 87,57%, respectivamente); em 1905 elas superam o ano de 1900, chegando a 6.739 e

18.189 e, em 1906, atingem 7.000 cabeças, para a produção lanígera/caprina, e 20.000 para a suína.

Ribeirão Preto também apresenta uma estrutura produtiva baseada em unidades que produzem tanto produtos agrícolas como zootécnicos. As mesmas constatações a respeito do número de estabelecimentos e número de trabalhadores também são passíveis de serem estendidas para este município

O que parece ter ocorrido, é que as fazendas, encaradas como unidades produtoras, possuíam uma matriz de produção diversificada, baseada tanto em atividades agrícolas, onde o café desempenha o papel fundamental, e em atividades zootécnicas: verifica-se a criação não, somente de gado bovino enquanto expressão, mas também obtendo destaque as criações suínas, de lanígeros e de caprinos, sem falar na cavalar e muar. Estas conclusões são baseadas na premissa de que as fazendas estavam organizadas para os dois tipos de produções, isto é, agrícola e zootécnica. No entanto, não foi possível comprovar tal hipótese. Talvez a impossibilidade da realização da pesquisa *in loco* tenha impedido a melhor conclusão de tal questão.

É importante ressaltar a produção de alimentos de origem animal dos quatro municípios elencados em nosso estudo. Ela evidencia a dinamização de um setor voltado para a produção de alimentos e que abastecia um vigoroso mercado interno que se formara ao longo das últimas décadas do século XIX. Poderia se falar, sem exagero, que na Mogiana se desenvolvera uma autêntica economia mercantil de alimentos nos interstícios da economia agro-exportadora, conforma os dados da tabela seguinte:

Tabela 2.13 - Produção alimentícia dos quatro municípios – 1904/1905.

Municípios:	Ribeirão Preto	Franca	Mogi Guaçu	Mogi Mirim
Leite	1.119.960 lit.	4.294.000 lit.	150.180 lit.	1.303.700 lit.
Manteiga	200 kilos	31.900 kilos	360 kilos	735 kilos
Queijos	46.330 kilos	67.500 kilos	5.548 kilos	3.153 kilos
Carne	11.410@	81.000@	-	8.561@
Toucinho	21.603@	12.916@	2.851@	8.288@
Lã	-	-	-	63@
Ovos	-	-	-	502.711 dzs
Mel	-	-	-	74 kilos
Cera	-	-	-	51 kilos

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. E. A. Z. S. Paulo: Typ. Brazil, 1907.

O município de Franca é o de maior expressão na produção de leite, bem como de seus derivados como manteiga, queijos e carne, perdendo somente para Ribeirão, quanto à produção de toucinho. Mogi Mirim apresenta também estas produções, em menor escala. No entanto, apresenta uma maior diversificação, pois produz também lã, ovos, mel e cera. Mogi Guaçu não apresenta produção de carne, mas apresenta os outros itens presentes em Ribeirão e Franca. Comparativamente, é o menor município, mas supera Mogi Mirim na produção de queijos.

Os municípios da Alta Mogiana, de uma forma geral, apresentam as produções citadas bem superiores aos da Baixa. A atividade criatória mostra a sua importância como geradora de produtos alimentícios de origem animal. Além disso, gera também um serviço: o meio de transporte utilizado fazia uso de muares, cavalares e mesmo bovinos. Sua expressão deve ser ressaltada, pois, apesar do advento da ferrovia, sua utilização não foi descartada. Pelo contrário. Passou a ser potencializada, pois a ferrovia resolvia o problema de escoamento de pontos estratégicos de uma cadeia de produção. Esta cadeia, para fazer com que a produção chegasse até a ferrovia, para ser escoada até o porto de Santos, precisava transportar os seus produtos até estes pontos, representados pelas estações ferroviárias das cidades que eram premiadas com a "chegada do trem". Vejamos os dados da tabela seguinte que contempla os quatro municípios mogianos, quanto ao número de cabeças de cada rebanho, bem como, sua destinação – criação ou força de trabalho – nos anos de 1904 e 1905. E isso, segundo relatórios de órgãos governamentais encarregados do setor:

Tabela 2.14 - Produção animais de criação e para trabalho dos quatro municípios – 1904/1905.

Municípios	Ribeirão Preto	Franca	Mogi Guaçu	Mogi Mirim
Gado cavalar:				
Para criação	426	783	287	1.318
Para trabalho	2.070	2.000	339	2.515
Importado	-	-	-	2
Total	2.496	2.783	626	2.835
Gado vacum:				
Para criação	4.180	15.607	2.820	844
Para trabalho	2.145	10.651	2.209	6.971
Importado	15	-	1	-
Total	6.970	26.258	5.030	7.815

Municípios	Ribeirão Preto	Franca	Mogi Guaçu	Mogi Mirim
Gado muar:				
Para criação	3	17	2	4
Para trabalho	1.862	1.046	192	1.042
Importado	-	-	-	-
Total	1.865	1.063	194	1.046

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. E. A. e Z. S.Paulo: Typ. Brazil, 1907.

Na Baixa Mogiana, no que diz respeito à produção de cavalos, por exemplo, os municípios apresentaram um aumento de 346,1% em relação à produção do ano de 1854, ou seja, na situação pré-binômio (vide cap.1). Na Alta, o município de Franca apresenta uma produção vacum superior em torno de quatro a cinco vezes com relação aos outros municípios. As criações de muar e cavalar mostram-se com expressão em todos os municípios e Mogi Guaçu, apesar de seu tamanho, apresenta uma produção expressiva de gado vacum, em termos comparativos.

O transporte da produção realizado intra-fazenda e entre as fazendas era feito, ainda, por meio das tropas de mulas ou carros de bois, bem como o transporte da área rural para a urbana. Este, paulatinamente será substituído pelo advento das rodovias, por volta da década de 1940, porém este tema não é objeto de análise do presente trabalho. O interessante se notar é a desarticulação do antigo sistema de transporte, o **tropeirismo de longa distância**.

E os municípios que haviam desenvolvido atividades embasadas na situação de entreposto de mercadorias, com a chegada da ferrovia, vêem-se destituídos das mesmas. Porém a ferrovia tornava possível agora o escoamento de uma produção potencial que os municípios não poderiam atingir se continuassem produzindo e tendo que escoar a sua produção no lombo de mulas ou em carros de bois. A ferrovia ampliava o mercado, as possibilidades de negócios, bem como o fluxo de pessoas entre as cidades, transformando o panorama do estado. As atividades produtivas dos municípios em questão, de uma forma geral, viram-se estimuladas. Algumas outras simplesmente desapareceram.

2.3. O escoamento da produção via ferrovia

A produção dos municípios podia ser escoada de uma melhor forma, em um volume maior e com mais rapidez através da ferrovia, se comparado o novo meio transporte com o antigo. Ao mesmo tempo em que o tropeirismo incentivou uma produção incipiente dos municípios, impedia a potencialização da produção, impondo o limite físico da quantidade de mercadorias que podia transportar, condicionado pela velocidade do seu transporte.

Os principais produtos transportados pela ferrovia eram o café, o sal, o açúcar e, em menor escala, o algodão (vide apêndice-tabela A.3, onde convertemos o kilograma em arrobas, para um melhor entendimento). O café ocupava a maior parcela dos vagões e era transportado no sentido interior-litoral. De Ribeirão Preto, por exemplo, em 1905, foram embarcadas 1.416.311,2 arrobas. Neste mesmo ano, no entanto, foram produzidas 2.040.036 arrobas, o que leva a crer que 623.725 arrobas foram produzidas e não foram exportadas via ferrovia. Em Mogi Guaçu, foram produzidas 95.380 e exportadas 4.753,13 arrobas; em Mogi Mirim, produzidas 326.082 e exportadas 16.380 arrobas e, para finalizar, Franca, produzindo 510.030 e exportando 366.040. Os valores exportados representam, em Ribeirão Preto, 69,42%, em Mogi Guaçu, 4,9%, em Mogi Mirim, 5,02%, e em Franca, 71,77% da produção verificada. É interessante notar que os municípios da Baixa Mogiana exportam através da ferrovia uma parcela muito pequena do café que produzem, por volta de 5% da produção, enquanto que os da Alta exportam um percentual maior, por volta de 70%. Existem indícios de que boa parte do escoamento da produção da Baixa Mogiana ainda se processava através de tropas de muares, tendo em vista a relativa proximidade com o litoral.

Quanto ao sal, considerado como um produto de importação, isto é, um gênero que não era produzido no município, era transportado pela ferrovia no sentido litoral-interior e seu maior volume transacionado verifica-se em Franca. A importância deste tipo de produção encontra-se na acumulação de capitais verificados, extraídos da comercialização deste produto em território francano. Como visto anteriormente, este município havia se tornado um importante centro distribuidor de sal ainda antes do advento da ferrovia. O volume desembarcado nesta cidade atinge a cifra de 1.439.735 kg. frente a

62.753 kg. em Mogi Guaçu, 145.269 kg. em Mogi Mirim e em Ribeirão Preto, 176.003 kg. Esses dados denotam a hipótese de que, mesmo após a chegada dos trilhos, o comércio de sal manteve-se importante neste município, levando-se em consideração a diferença de volume transacionado em comparação com os demais municípios. No entanto, como mostrado anteriormente, com o passar do tempo, houve um decréscimo em sua comercialização (cap. 1).

A produção de açúcar exportada via ferrovia apresenta-se configurada da seguinte forma: Ribeirão Preto exporta 60.982,13 arrobas, Mogi Guaçu, 9.376,66, Mogi Mirim, 20.569,33 e Franca, 27.084,53 arrobas. A produção nos municípios havia sido, respectivamente, 1.920, 3.810, e, para Franca, 33.105 arrobas, não verificada produção em Mogi Guaçu. É interessante notar a discrepância de informações, já que alguns municípios possuem uma produção registrada inferior à que está sendo exportada, e o município de Mogi Guaçu sequer apresenta a sua produção total registrada.

Em termos comparáveis com os produtos acima, o algodão apresenta um volume menor transacionado via ferrovia. Em Ribeirão Preto, são verificadas 88,87 arrobas, em Mogi Mirim 29,26 e em Franca 13,66 arrobas; Mogi Guaçu não exporta algodão. A produção, no entanto, só é verificada em Franca, com 50 arrobas sendo avaliadas, como visto anteriormente.

No entanto, não eram somente estes produtos que eram transacionados através da ferrovia. Animais, fumo, toucinho, aguardente, couros, etc. faziam parte da gama de produtos que agora deixavam de ser transportados no lombo das mulas ou em carros de bois para entrar na era dos trilhos. Os animais, na era do tropeirismo, além de transportar as mercadorias, “se transportavam”. Com a chegada dos trilhos, eles passaram a ser transportados. (Tabela A.3)

O fumo também era produzido nos quatro municípios, sendo o maior exportador Ribeirão Preto, com um volume de 43.600 kg.(somando-se as exportações dos dois terminais); o segundo maior exportador é Franca, com 12.543 kg, logo seguido por Mogi Mirim, com 10.035 kg; Mogi Guaçu é o município que apresenta a menor exportação dentre os quatro estudados, ou seja, apenas 709 kg.

A produção de cereais mostra-se muito expressiva em Ribeirão Preto, se comparada com os demais municípios, onde a mesma atinge o volume de 6.558.155 kg;

Franca exporta 2.604.454 kg, Mogi Mirim 710.743 kg e Mogi Guaçu 223.400 kg, apresentando também o menor volume embarcado.

A produção de toucinho apresenta-se como possuindo quase a mesma hierarquia em termos de volume de exportação, obtendo o primeiro lugar Ribeirão Preto, que exporta 248.723 kg; também com relação a este gênero Franca se coloca em segundo lugar, exportando 26.898 kg; o volume exportado por Mogi Guaçu, no entanto supera o de Mogi Mirim, quando os mesmos produzem, respectivamente, 988 kg. e 752 kg.

Com relação à aguardente, o maior exportador também é Ribeirão Preto, com um volume de 292.909 litros; a configuração referente ao segundo e terceiro lugares muda: o segundo maior é Mogi Mirim, com a cifra de 170.424 litros; Franca fica em terceiro lugar com 70.102 litros e Mogi Guaçu, finalmente, com 5.744 litros.

Quanto à exportação de couro, a menor cifra verificada provém de Mogi Guaçu, ou seja, 4.540 kg. (este município apresentou o menor volume de exportação até aqui), seguido por Mogi Mirim, com 5.244 kg; as maiores cifras provem, porém, dos municípios da Alta Mogiana, com Franca exportando 68.772 kg, não superando, no entanto, Ribeirão Preto, que exporta 83.703 kg, e apresenta-se, indubitavelmente, como o maior exportador de todos os gêneros apresentados.

Os dados indicam a existência da categoria "diversos", mas não é possível inferir quais eram os bens que estavam sendo transportados e se esses bens ali relacionados estavam sendo "importados" ou "exportados". Apenas é possível se dizer que, também quanto a esta categoria destaca-se Ribeirão Preto, transacionando 15.397.947 kg., seguido por Franca, com 3.891.578 kg; em terceiro lugar, Mogi Guaçu, finalmente deixando o último lugar, com 2.221.813 kg. e por último, Mogi Mirim, com 1.752.542 kg.

É interessante notar que as comparações feitas no parágrafo anterior dizem respeito a valores em quilogramas, indicando uma possível relação entre o peso e a ocupação dos vagões por estas mercadorias, mas não indica a quantidade total destas mercadorias diversas que eram embarcadas e desembarcadas dos trens ao longo do ano. Também não é apresentado o valor desta produção.

A produção animal de montaria passou também a ser embarcada na ferrovia e o maior exportador dos quatro municípios estudados é Franca, com um volume de 6.527 cabeças; o segundo maior é Mogi Mirim, com 2.377 cabeças, o qual supera Ribeirão Preto,

que exporta 1.508 cabeças, cabendo o último lugar a Mogi Guaçu, de onde são embarcadas apenas 34 cabeças.

Os dados gerais sobre o volume de produtos transacionados pela ferrovia, no entanto, indicam que a produção maior estava voltada para a exportação. Em Mogi Guaçu, 83,72% dos produtos transacionados são voltados para a exportação; em Ribeirão Preto, 72,5%, em Mogi Mirim 56,9% e em Franca 54,34%. Tais dados evidenciam a importância da economia de exportação para os municípios, principalmente com a relação Mogi Guaçu e Ribeirão Preto.

Quanto à produção cafeeira, nota-se a maior importância relativa entre os três produtos de exportação citados, em termos da produção total dos quatro municípios (94,99%). No entanto, se comparadas às duas regiões, observa-se sua maior importância nos municípios da Alta Mogiana. A exportação de café se expressa com maior magnitude em Ribeirão Preto, onde atinge 96,096% da produção exportada de seus três principais produtos de exportação; em Franca, o percentual é de 90,4%. Já nos municípios da Baixa Mogiana, a exportação cafeeira é inferior a 50% entre os principais produtos citados, com Mogi Guaçu obtendo a menor expressão (34,44%) e Mogi Mirim, com um percentual um pouco maior, 42,73%.

Nestes municípios, a maior importância em termos de exportação está na produção de açúcar, que aparece compondo 65,56% das exportações em Mogi Guaçu e 57,23% em Mogi Mirim É preciso destacar que estão sendo comparadas somente as exportações dos três principais produtos e que o termo "exportação" aqui é utilizado somente como sinônimo de entrada das mercadorias no trem: não foram verificados os destinos reais de tais produtos. Acredita-se que a maior parte tenha sido realmente exportada, principalmente no tange ao café. A produção exportada de açúcar na Alta Mogiana não é expressiva: em Ribeirão Preto atinge somente 3,898% da exportação e, em Franca, um percentual um pouco maior, ou seja, 9,59%. (Tabela A.3)

O algodão mostra-se com a menor participação entre os três principais produtos, uma vez que sua produção exportada atinge apenas 0,01% do total. Desse percentual, a Alta Mogiana contribui através de Ribeirão, apresentando a cifra de 0,004% e Franca 0,009%. Na Baixa, a contribuição vem somente de Mogi Mirim, compondo os 0,004% restantes.

Com relação ao preço dos produtos, na Alta Mogiana o preço médio do café encontra a sua maior magnitude em Ribeirão Preto, onde é cotado a $45,21 réis e, em

Franca, atinge somente $15 réis. É interessante notar que o preço médio do açúcar em Ribeirão, no entanto, é maior que o do café, ou seja, $52,76; e, em Franca, atinge $21,50. Na Baixa Mogiana, o preço médio do café atinge o seu menor patamar em Mogi Guaçu, onde o mesmo é de $5,34 réis; Mogi Mirim apresenta um preço melhor para o seu café, ou seja, $17,44 por quilograma, acima do preço obtido por Franca, na Alta Mogiana. (Tabela A.3)

No que diz respeito ao açúcar, Mogi Guaçu e Mogi Mirim apresentam praticamente os mesmos patamares de preços, por volta de $17,5; porém tais preços situam-se abaixo dos preços praticados nos municípios de Franca e Ribeirão Preto, respectivamente $52,76 e $21,50. Quanto ao algodão, a exportação só é verificada em Mogi Mirim, onde alcança um preço médio bem menor ($9,04 réis), se comparado com os municípios da Alta Mogiana. Nesta região, o preço médio do produto é cotado a $35,64 réis em Ribeirão Preto e a $38,87 réis em Franca.

Também é possível obter uma amostra das mercadorias que eram exportadas e importadas pelos vagões da Mogiana. O jornal "A Comarca", de Mogi Mirim, apresenta uma série de dados a respeito das mercadorias que eram embarcadas nos trens, nos meses iniciais do ano de 1913, o que nos traz mais indícios do dinamismo das atividades voltadas para o mercado interno.

Tabela 2.15: Movimento de mercadorias "exportadas" pela Cia. Mogiana - Mogi Mirim/1913

Dia citado	23/fev	23/mar	6/abr	27/abr	18/mai	1/jun	22/jun	6/jul	20/jul	6/ago
Mês	jan	fev/mar	mar/abr	abr	abr/mai	mai	jun	jun/jul	jul	jul/ago
Período	12 a 31	22 a 14	15 a 04	05 a 24	25 a 16	17 a 30	01 a 20	21 a 04	05 a 18	19 a 02
Abacaxi (un)	134222	121544	55836	33473	84117	27568	7966	2542	10447	19399
Gasosa (cx)	5	3		6						
Papelaria (cx)	30	25	21	25	31	12	27	16	12	10
Tinta (cx)	4	5	4	4	7	1	1	1	5	2
Mangas (cx)	14									
Cevada (cx)	2									
Garrafas vazias (cx)	69	147	203	161	136	15	279	4	33	22
Bebidas nacionais (cx)	18	8	10	9	23	4				
Papel (fardo)	1									
Couro (un)	34		30		49	23		35		
Bananas (cacho)	1148	2836	2199	2729	3539	1285	1738	1418	2113	994
Carvão (sacos)	25		10	9	15			5	35	
Rolos sola	2	8	14		2	14			17	6
Semente capim (sacos)	20									
Aguardente (quintos)	32	58	72	56	62	51	47	52	58	55
Vinho nacional (quintos)	4	2	1	1	21	7			3	6
Aguardente (quartolas)	8	5	6		8	1	2	4	2	2
Vinho nacional (quartolas)	1				1	1		4		
Cal (sacas)	28	5	15	15	5	15				
Alhos (sacas)	4		5	12						
Porcos (sacas)	22	106	195	107	19	18	100	315	100	
Açúcar (sacas)		15		10				5		
Sal (sacas)		25								
Milho (sacas)		6	18					10	6	10
Arroz (sacas)		2	4	50	86	60	31	131	86	52
Máquinas de costura Singer	10	25	25	26	28	7	22	12	3	14
Cerveja		1	1	17	3	12		6		
Fumo (rolo)			24	8			12			6
Manilhas de barro			86							
Cimento (barrica)			4							
Café (sacos)		345	130				233			267

Fonte: Jornal "A Comarca" – Mogi Mirim, vls. ref. meses de fevereiro a agosto-1913

Eram embarcados cereais, porcos, cal, cimento carvão, couro, fumo, papel, frutas (abacaxis, mangas e bananas), bebidas (cervejas, aguardentes, vinhos, gasosas), manilhas de barro e até maquinas de costura. Entendemos que podemos assumir que a

maior parte desta produção destinava-se ao atendimento das necessidades internas e dificilmente tais mercadorias **eram** realmente exportadas para fora do país, a não ser, obviamente, o café.

Através dos dados até aqui apresentados, pode-se inferir que a marcha cafeeira seguia seu rumo, desbravando novas frentes pelo estado afora, mas também dava sinais de esgotamento nas áreas antigas. No que tange à Baixa Mogiana, a invasão cafeeira teve seu início, em termos relevantes, por volta de 1830. Em 1905, passado 75 anos, ou seja, três quartos de século, o que parece ter ocorrido, é que o café, tendo avançado posteriormente para a Alta Mogiana, encontrava-se agora – 1905 – em **alta**, nessa porção da região e, em **baixa** na sua porção Sul (Baixa Mogiana) a se julgar pelos preços médios e volumes de produção e exportação observados anteriormente. Nesta região, a cana-de-açúcar, a grande responsável pela ocupação daquele território a partir dos últimos decênios do século XVIII, volta a ter importância, se é que a perdera em algum momento.

2.4. A produção industrial

Paralela à produção agrícola-zootécnica, ou da agro-pecuária, que os municípios desenvolveram surgiram também atividades industriais, ou seja, uma incipiente produção de artigos artesanais e manufaturados, voltados, principalmente, para o abastecimento do mercado interno. Isso ocorreu em função de uma demanda crescente representada pelo crescimento populacional ocorrido na região, principalmente devido ao fluxo de imigrantes que se dirigiu para o estado de São Paulo, cujo volume de maior expressão se deu no período pós-ferrovia.

Agora, serão expostas as matrizes industriais desenvolvidas pelos municípios, onde se incluem as atividades artesanais e de produção de manufaturados, de profissionais liberais, prestação de serviços diversos, etc., a começar com a Baixa Mogiana e o primeiro núcleo que aí se formou.

2.4.1 Mogi Guaçu

A primeira referência à existência da indústria local no município data de 1892, quando o Diretor Geral do Tesouro do Estado informou a Mogi Guaçu "haver passado para as intendências os impostos sobre casas de leito, seguros contra fogo, sobre casas de moda, sobre seges e outros vehiculos, sobre indústria e profissões e sobre sua captação". O primeiro lançamento da arrecadação deste – indústria e profissões – se dá em 1893, atingindo a cifra de 2.527:000 réis. (Atas da Câmara Municipal, L. 3, p.35, 95 apud Martini, 19XX, p. 228)

As atividades industriais, portanto, já estavam presentes no município por volta do último quartel do século XIX. Em 1888/1889 existiam no município um médico, um farmacêutico, dois dentistas, uma casa de comissões, cinco lojas de fazendas, ferragens e armarinhos, dezoito lojas de secos e molhados, três marchantes, um fogueteiro, um marceneiro, um seleiro, cinco hotéis e restaurantes, um bilhar, dois pedreiros, um sapateiro, quatro guarda-livros, duas padarias, um latoeiro, uma olaria, dois alfaiates, três carpinteiros, um armador, dois capitalistas, três compradores de café, dois modistas e dois barbeiros. (Artigiani, 1986, p. 57-62)

As atividades citadas acima eram tributadas através do imposto sobre Indústria e Profissão e, em grande parte, constituíam-se de unidades produtivas de pequeno porte, provavelmente voltadas para atender à demanda do próprio empresário e da comunidade local. Os requerimentos enviados pelos proprietários destes estabelecimentos à Câmara Municipal, solicitando alterações (reduções) no valor do imposto cobrado, indicam o volume de negócios destas unidades produtivas. No período de 1894 a 1899, dos quinze requerimentos endereçados à Câmara, três solicitavam revisão por não fabricar seu produto para negócio e sim para consumo próprio; três, pois fabricavam em pequena escala; cinco apenas pediam para ser "aliviado"; quatro alegavam não produzir mais aquele produto ou não ser mais o proprietário dos estabelecimentos ou ainda não exercerem naquele ano tais atividades. (Martini, 1994, p 229-230)

De acordo com Martini, quanto ao número de contribuintes:

> *nos primeiros anos do século XX foi difícil para a municipalidade controlar o número exato dos contribuintes de cada atividade do imposto Indústria e Profissão. Havia, à época, uma grande mobilidade dos agentes sociais, o que dificultava a fiscalização. Era comum encontrarmos um mesmo cidadão com a função, ora de comerciante, ora de oleiro, ora de criador de gado, ou mesmo exercendo duas ou mais atividades concomitantemente. Outro fator que dificultava à municipalidade tributar os agentes econômicos em sua atividade era a irregularidade com que contribuíam com o Imposto Indústria e Profissão. Ademais, muitos comerciantes solicitavam, junto à Câmara Municipal, baixa e/ou isenção dos tributos cobrados anualmente.* (1994, p. 230-1)

No ano de 1905, os vereadores do município aprovaram um imposto adicional de 30% sobre os negociantes em geral, incluindo os industriais que estavam instalados na área urbana e suburbana da cidade. O imposto deveria incidir sobre aqueles que exerciam, individual ou coletivamente, qualquer ramo de negócio artes ou ofícios, bem como pelos compradores e vendedores de gêneros diversos. Cabia à Câmara a competência para a concessão de licenças, para o funcionamento dos negócios bem como a instalação de indústrias no município. Três anos mais tarde, os governantes locais propuseram projeto de lei para reorganizar a tabela de impostos municipais, incluindo o Imposto sobre Indústria e Profissão, pois havia novas profissões a serem tributadas, e os valores expressos até então, na tabela anterior, não mais condiziam com a realidade. Apesar dos protestos dos industriais da época, a lei entrou em vigor em 1909. (Martini, 1994, p. 231-2)

O município de Mogi Guaçu desenvolveu um parque cerâmico que, por volta da década de 1960, foi o responsável pelo país receber o título de maior exportador da América Latina. Sua origem está relacionada ao surgimento das olarias, porém, segundo Martini, existia também outras atividades industriais no município:

> *Durante o período estudado –1890-1930– encontramos em atividade no território guaçuano inúmeras pequenas indústrias. Algumas atendiam o mercado local, como é o caso das indústrias voltadas para a alimentação, vestuário e produtos de limpeza; outras o mercado regional e/ou estadual, como é o caso das olarias – que mais tarde dariam origem às indústrias cerâmicas, da indústria doméstica de jacazinhos – que eram confeccionados nesta localidade e exportados para outras regiões para serem utilizados na replanta de café e eucalipto, e da de derivados de carne e de leite – que tiveram a sua motivação na antiga tradição tropeira do município.* (Martini, 1994, p. 226)

O tropeirismo esteve sempre presente no desenvolvimento econômico de Mogi Guaçu. O povoado funcionou como um entreposto de mercadorias e rancho/hospedagem para boiadeiros com suas manadas. Desenvolveram-se, no próprio município, posteriormente, pastos e campos para invernadas e, a partir do final da década de 1910, a presença do gado motivou a instalação de uma charqueada no município. (Martini, 1994, p. 226)

Martini indica que Mogi Guaçu possuía, no ano de 1915, uma fábrica de massas alimentícias, uma de laticínios, cinco de bebidas, uma serraria e/ou carpintaria, duas de ladrilhos e tijolos, uma de carros e carroças e uma de sabão, perfazendo um total de doze estabelecimentos industriais. (Idem, 1994, p. 234-5)

A maioria das pessoas empregadas e/ou as proprietárias, destes estabelecimentos recebia uma renda, quer na forma de salários ou lucros, em função da demanda interna e, quando gastavam parte desta renda dentro do município ou fora dele, estavam dinamizando o próprio **Mercado Interno,** da qual faziam parte. Gerando renda em outros estabelecimentos, a renda se multiplicava, na proporção determinada pela propensão marginal a consumir dos habitantes.

E no que tange a este dinamismo, nada melhor do que o desenvolvimento de um pólo industrial. Neste município, a atividade cerâmica exerceu uma enorme importância na geração de renda e empregos, apontada, inclusive, como uma das explicações para a rápida recuperação econômica do município após a Crise de 1929.

A atividade cerâmica passou a ter importância no país a partir da última década do século XIX e início do século XX, em decorrência da crescente urbanização de muitas vilas e cidades brasileiras. Sua origem está relacionada ao surgimento de olarias no final do século XIX e, segundo a tradição, um imigrante italiano, o padre José Armani, pároco da vila, foi o primeiro a exercer a atividade de oleiro. (Martini, 1994, p. 239-47)

A atividade oleira era tributada, no início do século, através do Imposto sobre Indústria e Profissão. Porém, o imposto era lançado nos Livros de Impostos Municipais juntamente com os proprietários de fábricas de aguardente, fato que dificulta a mensuração do número exato de oleiros em atividade no município, segundo Martini:

> *Para o ano de 1902, de acordo com o Livro de Impostos Indústria e Profissão, eram contribuintes sobre fábrica de aguardente e olaria, vinte e seis industriais. Alguns nomes que constavam na lista de contribuintes à época, anos mais tarde destacaram-se como grandes empreendedores da indústria cerâmica no município – José Martini, Antonio Aprlli, José Ignácio Alves, Acurcio Ramos, Domingos Armani – que, juntamente com Nestor e José, iniciaram atividade cerâmica no município no ano de 1904.*
> *De acordo com Artigiani, 35 vagões de telhas, tijolos e ladrilhos, foram exportados no ano de 1903 para outras localidades do Estado. Uma dessas localidades consumidoras era a vizinha cidade de Mogi Mirim, que, mediante pedido, recebia via Estação da Companhia Mogiana da Estrada de Ferro, as 'superiores' telhas guaçuanas. No ano de 1905, José Martini – industrial residente na estação de Estiva – assinou contrato para fornecer um milhão e quinhentos mil tijolos à Igreja de Ribeirão Preto em construção à época* (Martini, 1994, p. 242-3).

As olarias da época eram pouco mecanizadas, o que certamente contribuía para o alto percentual de trabalhadores nesse ramo de atividade. Elas eram maciçamente movidas pela força animal; apenas 10% das unidades recenseadas nos anos 20 utilizavam motores em suas instalações. De acordo com os oleiros do município, um dos fatores que limitava a produção e exportação de artefatos cerâmicos era a falta de vagões para transporte de seus produtos, e "o problema persistiu até meados de 30". (Martini, 1994, p.239-47)

Devem ser destacadas as demais unidades produtivas industriais. Uma delas era o beneficiamento do açúcar:

> *Inicialmente, as máquinas para refino de açúcar eram tributadas de acordo com sua força motriz. Na tabela de impostos para o exercício de 1909 e 1910, aparecem separadamente as fábricas que utilizavam força motriz a vapor das unidades movidas pela força manual e animal. Nos anos seguintes, não encontramos registros nos livros de impostos dessa dicotomização; a partir de então passaram a ser tributadas como fábricas de refino de açúcar*. (Martini, 1994, p. 256)

Uma outra era de beneficiamento do milho, um produto cujo consumo era bastante elevado na região:

> *Encontramos também, no município de Mogi Guaçu, nas primeiras décadas do século XX, fábricas de beneficiar milho. Acreditamos que a abundância deste cereal favoreceu a proliferação dos moinhos de fubá, assim como a instalação de uma fábrica de farinha de milho. Embora date de 1910 a primeira referência aos contribuintes de moinho de fubá dentro do perímetro urbano, é provável que esta atividade já estivesse em desenvolvimento em data anterior, pois desde o século passado o comércio desse cereal no município era intenso.* (Idem, Ibidem, p. 257)

Da atividade ligada à pecuária do município, emergiram outras duas atividades industriais: a de derivados do leite e da carne. No que tange à primeira:

> *Os dados disponíveis demonstram que foram os criadores de gado vacum os pioneiros da indústria de derivados do leite no município de Mogi Guaçu. No ano de 1902... 'empregam-se também os lavradores do município na creação de gado vacum e cavalar, assim como na fabricação de queijos.* (Idem, Ibidem, p. 259)

Havia também a produção da cachaça. Para a década de 1910, são encontrados registros de que o município de Mogi Guaçu possuía, na área rural, sete fábricas de aguardente. (Martini, 1994, 275-6)

Além das atividades descritas, havia ainda, algumas oficinas de ferraria, marcenaria etc., alguns pastifícios de aluguel, duas fábricas de sabão (em atividade no período de 1910 até os anos 20), uma fábrica de chapéus e uma fábrica de cerveja, em operação a partir de 1914. (Idem, Ibidem, p. 260-287)

Portanto, existem indícios de um incipiente dinamismo do Mercado Interno no município de Mogi Guaçu, contudo, a fragmentação e a escassez de dados impedem uma melhor análise para o período analisado. Mesmo assim, os fragmentos de informações apontam para uma série de atividades (algumas realmente industriais) voltadas para o atendimento da demanda interna que geravam empregos, salários e, portanto, mais demanda interna. E o conjunto dos indícios aponta para um dinamismo ainda maior do Mercado Interno na década de 1920, porém tal período será objeto de estudos de um trabalho posterior.

2.4.2 Mogi Mirim

Este município, em 1854, já contava com uma fábrica de chapéus de pelo. Em 1874, incluindo-se os profissionais liberais, em Mogi Mirim, havia cinco selarias, algumas olarias, oficinas de ferreiro, marceneiro, alfaiate e sapateiro, sendo que a fábrica de chapéus não mais é citada, o que leva a crer, talvez, que a mesma tenha sido fechada no período de 20 anos compreendido entre 1854 e 1874.

Porém, por volta de 1870, é possível inferir também a produção de cachaça e açúcar, considerados produtos industrializados:

> *Os engenhos deste termo não chegam a 30, contando as fábricas de aguardente, não existem uma só casa de bons fundos, e as mais notáveis contam 3 mil arrobas de açúcar por ano; a importação consiste em sal, ferro, fazendas e outros gêneros em diminuta quantidade, e também alguns escravos. Hoje exporta-se algum gado e bestas muares. A vila e seus subúrbios são doentios, há sezões, hidropisias, febres agudas e papos em quantidades...* (Milano Filho, 1986, p. 2)

Em 26 de fevereiro de 1903, após a chegada dos trilhos, é possível inferir a produção "industrial" do município através de citação do jornal "a Comarca", pertencente à cidade de Mogi Mirim, mas que também veiculava em Mogi Guaçu, principalmente nos anos em que este município não possuía um jornal próprio:

Fábrica de bebidas 08
Farmácias.....06
Sapatarias.....08
Alfaiatarias 01
Outros ramos 220
(Jornal "a Comarca", N. 336)

É interessante notar o surgimento de oito fábricas de bebidas, não sendo possível identificar realmente de que tipo de bebida se tratava; se era cachaça, cerveja ou refrigerantes, as "gasosas", como eram chamados na época. Nota-se a existência de farmácias, sapatarias, uma alfaiataria e uma gama de atividades que sequer podem ser apreendidas, já que foram agrupadas na categoria "outros ramos".

2.4.3 Franca

O povoado de Franca, em 1819, possuía uma população de apenas 132 habitantes, os quais estavam distribuídos em 23 “fogos", da seguinte maneira:

> *Componentes das famílias das cabeças de fogos (ou, dependendo do caso, só o chefe) – 59; Agregados – 16; Fâmulos – 14; Escravos – 43. As profissões apresentavam os seguintes números: Padres – 4; Carpinteiros – 4; Jornaleiros – 2; Ferreiro – 1; Alfaiates – 2; Taberneiro e ferreiro - 1; Taberneiro e alfaiate – 1; Negociante – 1. ‘Havia, além de dois doentes, 3 meretrizes que viviam com geral escândalo. Outras pessoas, cujas profissões não foram especificadas... totalizavam 14.* (Chiachiri Filho apud Oliveira, 1997, p. 48)

Como visto anteriormente, em 1837, Franca contava também com 11 engenhos de açúcar e 34 destilarias de água ardente, também atividades industriais. A criação do gado bovino expressava a sua importância para este município também através de seus subprodutos. Esses compreendiam objetos necessários ao dia a dia dos indivíduos em geral. Segundo Brioschi,

> *Além da carne, que o sol e o sal incumbiam-se de conservar, o gado bovino fornecia o couro (cujas técnicas de curtimento foram-se evoluindo ao longo dos anos), donde se tiravam os arreios, as selas, os forros de catres e dos bancos, as botas e as botinas. Dos chifres faziam-se as guampas de água, os pentes, as caixinhas de rapé. Do leite fazia-se o queijo que era mais uma fonte de rendas para os moradores das freguesias.* (apud Oliveira, 1997, p. 54-5)

Pode-se apontar, portanto, que a criação bovina em Franca tenha sido um dos fatores que estimulou o desenvolvimento das atividades que se transformariam no futuro pólo calçadista francano. Outra atividade de importância para o município foi o comércio de sal, que se desenvolveu de tal forma que o sal, transportado de Santos até de Campinas e, através da Estrada do Anhangüera até o nordeste paulista, sul de Minas, Goiás e Mato Grosso, era conhecido como “sal francano” (Chiachiri, apud Oliveira, 1997, p. 55).

Apesar de não se constituir em um produto de extração do município, o sal teve grande importância trazendo muitas riquezas para a região, no decorrer do século XIX, devido ao incremento do comércio deste gênero, que era utilizado principalmente na conservação da carne e na alimentação do gado. (Brioschi apud Oliveira, 1997, p. 55-6)

Por volta de 1873, a gama de atividades profissionais desenvolvidas no município estava assim configurada: 84 fazendeiros, seis advogados, dois farmacêuticos, dois professores particulares, três alfaiates, dois caldeireiros, quatro carpinteiros, dois ferradores, quatro ferreiros, dois fogueteiros, dois marceneiros, um padeiro, seis sapateiros, quatro seleiros e dois açougueiros. Com relação ao comércio, existiam seis proprietários de armazéns de sal, oito donos de armazéns de molhados, 15 negociantes de fazendas, ferragens, armarinho, molhados e louça. (Almanak da Província de São Paulo, 1873, p. 553-5)

É verificada uma maior diversidade de atividades profissionais, se comparado o final do século XIX com o ano de 1819, pois neste espaço de tempo surgiram novas profissões, como farmacêuticos, professores particulares, advogados, fogueteiros, marceneiros etc. Com relação às atividades ligadas ao beneficiamento do couro, surgiram seis sapateiros e quatro seleiros, evidenciando a futura vocação de Franca. Segundo Oliveira:

> *O crescimento, diversificação e integração da economia regional facilitaram o aparecimento de profissões que atendiam novas e antigas necessidades. A tabela 8 [o autor se refere à parte da tabela reproduzida a seguir no que tange às oficinas] nos mostra a preponderância de 'seleiros' em relação a outros oficiais. Franca era servida por selarias no ano de 1890, ou seja, 28,3% dos contribuintes arrolados entre as 'Oficinas obrigadas a pagar direitos'. Tais oficinas dedicavam-se à confecção de selas, arreios, laços e outros bens manufaturados em couro, que atendiam aos fazendeiros. Os sapateiros também tiveram destaque, eram nove oficinas (15% do total de oficinas). Incluindo os curtumeiros, todos mantinham as suas atividades profissionais em virtude da criação de bovinos que lhes forneciam a matéria prima* (Oliveira, 1997, p. 66-7).

Deve ser destacada também a importância dos engenhos, produzindo açúcar, aguardente e rapadura. Em 1890, o número de engenhos subiu para 45: sete eram de cilindros, 23 eram movidos a bois e 15 eram engenhos de terra. Havia também uma máquina de beneficiar café e duas fábricas de tijolos (Oliveira, 1997, p. 65). Para o mesmo ano, é possível ter uma idéia dos demais negociantes de todas as espécies e de oficinas obrigadas a pagar tributos através da observação da tabela abaixo, onde se visualiza a diversidade de atividades industriais desenvolvidas no município:

Tabela 2.16 - Negociantes de todas as espécies e oficinas de Franca: 1890.

Negociantes/oficinas	Número de contribuintes
Gêneros do país, aguardente e molhados, ferragens, sal, corte de sapatos, drogas, fazendas, café, açougue de gado, bilhar, víspora	114
Armarinho	2
Botica	4
Fábrica de cerveja	1
Venda de sola	1
Hotel	1
Restaurante	1
Oficina de seleiro	17
" " folheiro	7
" " ferreiro	5
" " retratista	1
" " ourives	3
" " sapateiro	9
" " relojoeiro	1
" " barbeiro	2
" " marceneiro	6
" " curtume de couros	1
" " padaria	2
" " alfaiate	2
" " fogos	2
" " alcozoeiro	1
" " consertos	1

Fonte: Museu Histórico Municipal de Franca- Livro n. 1 – Lançamento de negociantes e contribuintes 1890-1 apud Oliveira, 1997, p. 66.

Deve se perceber o paulatino aumento da divisão social do trabalho, se comparada a estrutura industrial deste ano com a dos anteriores, principalmente no que diz respeito às "officinas obrigadas a pagar direitos".

O que pode se constatar, pelo que vimos até agora, que após o advento da ferrovia, ocorreu um rápido aumento das atividades industriais no município e, concomitantemente, o aumento da divisão social do trabalho, surgindo profissões especializadas ao atendimento das necessidades internas ou voltadas para o mercado interno. No que tange a este município, e vale a pena insistir, surgiu inclusive um setor coureiro-calçadista, que se desenvolveu a partir da pecuária, de enorme expressão neste município, como verificado em sua estrutura zootécnica.

O ano de 1902 revela a importância crescente das atividades industriais em Franca. Segundo Chiachiri Filho, neste ano existiam no município três engenhos centrais de cana-de-açúcar e quinze engenhos de cilindro. Havia ainda 11 engenhos de serra voltados para a exploração comercial da madeira nativa ainda existente no município, além de nove

máquinas de beneficiar café e cinco de beneficiar arroz. Segundo o *Almanaque de Franca* para o mesmo ano, Franca também contava com quatro fábricas de cerveja já estabelecidas, uma fábrica de massas, uma de sorvetes, duas de licores, quatro de carros (carroças e charretes), uma marmoraria, oito padarias e ainda um elevado número de atividades comerciais e de serviços como restaurantes, cafés, casas de jóias, relojoarias, confeitarias, marcenarias, funilarias, barbearias, construtoras, lojas de armarinhos e roupas, serralherias, sapatarias, alfaiatarias, tinturarias e fotógrafos. (apud Bacellar & Brioschi, 1999, p. 140, 152)

As atividades coureiro-calçadistas desenvolvidas no município de Franca possuem a sua origem relacionada ao surgimento de curtumes, que, por sua vez, originaram-se da criação de gado que sempre marcou sua economia. A condição de entreposto de sal, as atividades criatórias e sua situação geográfica, entre outros fatores, possivelmente explicam o surgimento de atividades artesanais que seriam o embrião de um pólo de produção de calçados, cuja origem remonta à década de 1910.

De acordo com Navarro, em 1910, Franca já contava com três curtumes, um dos quais (o primeiro fundado na cidade) receberia, pouco depois 'os primeiros maquinismos de "feição moderna". Até 1908, no entanto, eram diminutas as fábricas de calçados e selarias no município. Predominavam as oficinas artesanais, domésticas, freqüentemente conjugadas às moradias. Poucas aliavam a produção de calçados à de selaria, pois a maioria delas, ou produzia calçados ou artigos de selaria. O trabalho era todo manual, com o uso de 'prego e banqueta'. Além das selas, arreios e outros objetos de montaria, produziam-se chinelos, calçados grosseiros utilizados principalmente por trabalhadores rurais – botinas e sapatões – botas e outros tipos de calçados, como botas e sandálias, por encomenda. (1999, p. 50-1)

Para Chicachiri Filho, o café também havia trazido desenvolvimento para Franca, obviamente. Todavia, este desenvolvimento parece ter sido menor ao levado para as regiões de terras mais férteis, onde o café tornou-se a lavoura predominante, uma vez que, mesmo nas últimas décadas do século XIX, não existia uma maior separação entre fazendas produtoras de café e de alimentos (Faleiros, 2008, p. 30). Isso também contribuiria para o desenvolvimento da indústria, especialmente a calçadista, muito embora a importação das primeiras máquinas para a fabricação de calçados, pela fábrica Jaguar, a

primeira de Franca, ocorresse bem mais tarde. Configurava-se, finalmente, o início da superação de uma fase artesanal para o surgimento de uma fase "fabril" de calçados. No entanto esta surgiria, com certeza, somente durante a década de 1920. (apud Bacellar & Brioschi, 1999, p. 139-140)

2.4.4 Ribeirão Preto

O município de Ribeirão Preto surgiu, aproximadamente, vinte anos antes do início da cafeicultura. Os mineiros, seus primeiros habitantes, ocuparam terras ainda não exploradas utilizando-as para a agricultura de subsistência e criação de gado. A primeira atividade de exploração intensiva foi a cafeicultura. (Pinto, 2000, p. 174)

Na década de 1870, o município começou a fazer parte da frente de expansão cafeeira e a chegada da ferrovia a Limeira, em 1874, viabilizou a produção de café. Um rápido aumento populacional favoreceu a diversificação das atividades urbanas, com o surgimento de um grande número de estabelecimentos comerciais e de profissionais liberais e prestadores de serviços confirmados pela tabela seguinte:

Tabela 2.17 - Estabelecimentos Comerciais em Ribeirão Preto: 1890 e 1904.

Tipo de Estabelecimento	Número de Estabelecimentos	
	1890 (a)	1904 (b)
Açougues	27	17
Agências de navegação	-	1
Bancos	4	3
Bazares	-	4
Bilhares	2	4
Bilhetes de loteria	8	4
Botequins	5	50
Casas de armadores	-	1
Casas de armas	-	2
Casas de câmbio	-	1
Casas de ferragens	-	2
Casas de móveis	-	7
Charutarias	1	5
Compradores de café	5	-
Confeitarias	3	3
Depósitos de lenha	-	1
Depósitos de madeiras	-	1
Depósitos de cal	-	1
Farmácias	4	7
Fazendas e armarinhos	7	-
Fazendas, roupas, armarinhos, chapéus e calçados	20	-
Frutas	1	-
Hospedarias	-	18
Lojas de calçados	-	1
Lojas de fazendas	-	29
Hotéis	4	5
Quiosques	4	-
Padarias	7	13
Restaurantes	11	11
Secos e molhados	72	124
Sorveteiros	1	-
Tipografias	-	6
Total	186	320

Fonte: Pinto, 2000, p. 189-90, baseado em: a) Almanach do Estado de São Paulo, 1890. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1890. Centro de Memória da Unicamp; b) Relatório de 1904 apresentado à Câmara Municipal de. Ribeirão Preto: Tipografia e Papelaria d "A Cidade", 1905. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

O número de estabelecimentos comerciais apresenta um aumento de 72,04% entre os anos de 1890 e 1904. Alguns estabelecimentos, no entanto, apresentam uma diminuição em seu número, como é o caso dos açougues, bancos e das casas de bilhetes de loteria. Outros, simplesmente somem, como é o caso dos quiosques, do sorveteiro e dos compradores de café. No entanto, surgem estabelecimentos como as casas de armadores, de armas, de câmbio, de ferragens e de móveis, bem como os depósitos de lenha, madeiras e cal. Surgem também 18 hospedarias, seis tipografias e aumenta o número de hotéis da

cidade em uma unidade, indicando o aumento da divisão social do trabalho. No mesmo período temos a marcha dos estabelecimentos industriais:

Tabela 2.18 - Estabelecimentos industriais em Ribeirão Preto: 1890, 1902 e 1904.

Tipo de Estabelecimento	Número de Estabelecimentos		
	1890 (a)	1902 (b)	1904 (c)
Fábrica de águas gasosas	1		
Fábrica de café em pó	2		
Fábricas de calçados	-	25	
Fábricas de camisas	-	-	5
Fábricas de caramelos	-	1	
Fábrica de carroças	3	9	
Fábrica de cervejas	8	8	
Fábrica de charutos	-	3	
Fábrica de colchões	4		
Fábrica de curtumes	-	1	
Fábrica de espelhos	-	1	
Fábrica de fogos	-	2	1
Fábricas de gelo	-	2	1
Fábrica de licores	1		2
Fábricas de massas	-	6	5
Fábrica de móveis	4		
Fábricas de óleos	-	1	
Fábricas de peneiras	-	2	1
Fábricas de Quadros	-	1	
Fábricas de sabão	-	6	2
Fábricas de sabonetes	-	1	
Fundição de ferro e bronze	-	3	
Máquinas de beneficiar arroz	-	4	5
Máquinas de beneficiar café	1	4	3
Massas alimentícias	2		
Olarias	-	10	
Refinações de açúcar	-	4	3
Serrarias a vapor	1		2
Torrefação e moinho p/ café	-	4	3
Total	27	98	33

Fonte: Pinto, 2000, p. 191-2, baseado em: a)Almanach do Estado de São Paulo, 1890. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1890. Centro de Memória da Unicamp; b) Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal. São Paulo: Duprat e Comp., 1903. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto; c) Relatório de 1904 apresentado à Câmara Municipal. Ribeirão Preto: Tipografia e Papelaria d "A Cidade", 1905. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Os dados mostram a diversificação de atividades do município, que, em 1890, já contava diversas fábricas, como de águas gasosas, de café em pó, de carroças, cervejas, colchões, licores, móveis, massas alimentícias, sem falar em uma serraria a vapor e uma máquina de beneficiar café.

Em 1902, surgem 25 fábricas de calçados e uma de caramelos; o número de fábricas de carroças passa de três, em 1890, para nove, em 1902, permanecendo constante o número de fábricas de cervejas (oito); também surgem três fábricas de charutos, uma de curtume, uma de espelhos, duas fábricas de fogos, duas de gelo, seis de massas, uma de óleo, duas de peneiras, uma de quadros, seis de sabão, uma de sabonetes, três de fundição de ferro e bronze, quatro máquinas de beneficiar arroz; dez olarias, quatro refinações de açúcar e quatro torrefações/moinhos para café.

Os dados para o ano de 1904, no entanto, mostram uma diminuição expressiva no número de algumas atividades, bem como o desaparecimento de várias, como, por exemplo, o caso de oito cervejarias. Não se pode deixar de questionar esses dados, levando-se em conta a precariedade do levantamento destas informações feito à época.

No que tange à indústria, esta parece ter-se desenvolvido principalmente no transcurso do século XX, ocorrendo, inicialmente, um extremo desenvolvimento do comércio. Segundo Pinto:

> *... a cidade de Ribeirão Preto no período 1890-1914 experimenta um crescimento de 69,70% no total de estabelecimentos econômicos. A atividade comercial é a mais importante do município em número de estabelecimentos, seguida dos prestadores de serviços...*(2000, 163)

No início do séc. XX, assim se configuraria a economia do mais novo dos municípios, entre os quatro que elegemos para nosso estudo:

> *Em 1902 o número de fábricas é bem maior, 98, fato que pode estar relacionado com o aumento da imigração para o município. Das 98 fábricas, 25 eram fábricas de calçados, dez eram olarias e nove eram fábricas de carroças. Além dessas, pode-se verificar uma fábrica de caramelos, três de charutos, um curtume, uma fábrica de espelhos, uma de fogos, duas de peneiras e uma de sabonetes. Em 1890 havia duas fábricas de massas e quatro máquinas de beneficiar café. Em 1902 eram seis fábricas de massas e quatro máquinas de beneficiar café. Em 1890 não havia refinações de açúcar, e em 1902 são quatro.*
> *O número de fábricas de calçados chama a atenção, porém, segundo o mesmo relatório da prefeitura municipal, nessas fábricas trabalhavam 80 pessoas, todas elas estrangeiras, ou seja, imigrantes. Nas olarias, trabalhavam 23 pessoas, dessas 20 estrangeiros e apenas três brasileiros. Nas fábricas de carroças, trabalhavam 32 pessoas, 25 estrangeiros e sete brasileiras. Era assim na maioria dos casos. Ou*

> *trabalhavam somente estrangeiros, ou alguns trabalhadores nacionais em meio a uma maioria imigrante.*
> *Em 1914 pode-se observar um pequeno aumento das fábricas, que passam de 33 para 44, totalizando um aumento de 33,33%.* (Pinto, 2000, p. 170)

O que se pode inferir é que a diversidade de atividades industriais, presente já no início do séc. XX, em Ribeirão Preto, indica certo dinamismo do Mercado Interno. Obviamente, sua quantificação torna-se extremamente difícil, devido à fragmentação de dados. No entanto, mesmo assim, é possível notar que existiam diversas atividades voltadas para o atendimento da demanda interna e que também geravam renda e, portanto, geravam também demanda!

A nova estrutura de desenvolvimento que surgiu na Mogiana configura-se, portanto, como uma estrutura de geração de renda e de valor muito mais dinâmica do que a anterior, a baseada no tropeirismo e no trabalho escravo. Ocorreram mudanças estruturais latentes, que modificaram completamente o panorama fisionômico, sociológico e econômico da Mogiana a partir da segunda metade do séc. XIX.

As estruturas produtivas dos municípios estavam principalmente baseadas na produção agrícola e zootécnica, desenvolvendo também algumas atividades artesanais/industriais. Mas a agricultura era o principal motor do desenvolvimento.

Na Baixa Mogiana verifica-se a produção de aguardente, arroz, café, milho, algodão e feijão. Com relação ao período estudado, de uma maneira geral, pode-se indicar uma produção agrícola crescente atingindo dois possíveis picos: os anos de 1902 e 1905 (inclusive observando-se o número de estabelecimentos produtivos). Nos dois casos, posteriormente aos picos observa-se uma redução nestas produções. Nos dois municípios estudados ocorre uma redução no número de trabalhadores e uma redução da participação dos imigrantes no total de trabalhadores, verificando-se uma redução expressiva no município de Mogi Mirim.

Na Alta Mogiana, verifica-se a produção de aguardente, arroz, açúcar, café, feijão, milho e algodão, como na Baixa, adicionando-se a produção de tabaco, ocorrida no município de Franca. Nesta região da Mogiana, o pico de produção foi o ano de 1905, mas em Ribeirão Preto, por exemplo, as culturas de açúcar e café apresentaram níveis de

produção crescentes para o período em questão. O número de trabalhadores diminui muito pouco em Franca, mas em Ribeirão o decréscimo é mais acentuado.

Com relação à zootecnia, verifica-se a produção lanígera, caprina, cavalar, muar, suína e bovina, na Mogiana, observando-se também, em Mogi Mirim e Ribeirão a produção de mel e de cera animal. Desta atividade criatória eram extraídos leite, manteiga, queijos, carne, toucinho, lã e ovos. De uma maneira geral, também a produção zootécnica apresenta um movimento crescente em seus diversos gêneros, alternando-se os picos de produção entre os anos de 1905 e 1906. Os municípios da Alta apresentam as produções citadas bem superiores aos da Baixa.

É importante ressaltar a importância da produção zootécnica como geradora de produtos alimentícios e também um serviço que não foi descartado com o advento da ferrovia, a criação de muares como meio de transporte utilizado. Sua utilização passou a ser potencializada, pois a ferrovia resolvia o problema de escoamento de longa distância de pontos estratégicos (as estações de trem) de uma cadeia de produção que, para ser escoada até o porto de Santos, precisava ser transportada até estes pontos. O transporte da produção realizado intra-fazenda e inter-fazendas era feito, ainda, através do tropeirismo, bem como o transporte da área rural para a urbana.

No que diz respeito ao escoamento da produção feita pela ferrovia, obviamente o principal produto transportado era o café, destacando-se também o açúcar, o sal e o algodão. Outros produtos transportados eram: animais, fumo, toucinho, aguardente, couros, cereais, frutas, etc.

Constata-se um aumento paulatino na divisão social do trabalho. Na Baixa Mogiana ocorre o surgimento de profissionais liberais como médicos, farmacêuticos, dentistas; marchantes, fogueteiros, marceneiros, seleiros, pedreiros, sapateiros, guarda-livros, latoeiros, alfaiates, carpinteiros, armadores, capitalistas, modistas e barbeiros. Em termos de comércio e serviços verifica-se a ocorrência de casas de comissões, lojas de fazendas, ferragens e armarinhos, secos e molhados, hotéis, restaurantes, bilhares, bem como de padarias, olarias, farmácias, sapatarias, selarias, alfaiatarias, fábricas de bebidas, etc.

Na Alta Mogiana, semelhante configuração de atividades voltadas para o atendimento das necessidades internas pode ser observada: padres, carpinteiros, jornaleiros,

ferreiros, alfaiates, taberneiros, meretrizes fazendeiros, advogados, farmacêuticos, professores particulares, caldeireiros, ferradores, fogueteiros, marceneiros, padeiros, sapateiros, seleiros e açougueiros. E ainda, proprietários de armazéns de sal, de armazéns de molhados, de negociantes de fazendas, de ferragens, armarinhos, molhados e louça, bem como fábricas de cervejas e de solas, hotéis, restaurantes, farmácias, padarias, açougues, oficinas de seleiros, de folheiros, de retratistas, de ourives, de sapateiros, de relojoeiros, de barbeiros, de curtume para couros, de consertos, bancos, bazares, bilhares, botequins, casas de armas, de ferragens, de câmbio, de móveis, confeitarias, depósitos de lenha, de madeiras, de cal, sorveteiros, tipografias e até uma agência de navegação.

Os fragmentos de informações apresentados impedem uma análise mais detalhada com respeito ao período estudado. No entanto, a gama de atividades "não-exportadoras" verificada nos municípios, principalmente na Alta Mogiana, nos permitem levantar a hipótese de que havia certo dinamismo nas atividades voltadas para o Mercado Interno. Até 1905/06, a produção dos municípios, de uma maneira geral, apresenta um aumento generalizado na produção e diversificação das atividades voltadas para o Mercado Interno.

Trata-se de geração de valor e renda, que se transforma em demanda e estimula mais geração de renda e de demanda interna, por mais que a renda não seja totalmente gasta em consumo interno. O Setor Exportador desta economia depende tão somente da demanda externa, mas o Mercado Interno depende da renda gerada no Setor Exportador e da renda gerada no próprio Mercado Interno. E os dados indicam um constante aumento e diversificação do setor e permitem-nos também, portanto, pensar a existência de um certo multiplicador da renda, mesmo que infinitamente menor que o gerado pelo Setor Exportador. Mesmo que subjugado, em uma primeira instância, ao Setor Exportador.

Capítulo 3 – A Marcha da Tributação nos quatro municípios da Mogiana

A arrecadação dos municípios brasileiros no período estudado era composta pela tributação sobre as atividades produtivas e ou que envolviam serviços, bem como pela oferta de algum serviço pelo próprio poder público. Todavia, ocorriam momentos em que se fazia necessário o levantamento de empréstimos junto a particulares – não era incomum recorrer a um grande capitalista local, ou mesmo vender as chamadas "acções da cidade" – ou então, recorrer ao auxílio governamental com o objetivo de equilibrar as suas contas.

Segundo Amaral Lapa, em seu estudo que tem por foco o município de Campinas: "A arrecadação municipal provinha de duas fontes: a provincial [e com a República, estadual] representada por subvenções e a do próprio município, originada da grande variedade de impostos, taxas e emolumentos de atividades diversas, como o funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, o exercício de profissões, a atividade criatória, além de aluguéis de prédios públicos"; isso, quando houvesse (Lapa, 1995, p.37-38), ou ainda pela aferição de pesos e medidas.

Deve-se ressaltar que tanto na época do Império quanto no período republicano, o "grosso" dos tributos, como aqueles que incidiam sobre as importações, sobre as exportações e mesmo sobre a produção, entre outros, eram cobrados no município e repassados para o governo provincial/estadual ou governo geral/federal. O que restava ao município era um amontoado de impostos, taxas, multas e emolumentos judiciais que na soma total, em relação ao montante que se arrecadava, não significava muito. Além disso, as Câmaras Municipais não tinham autonomia para criar ou lançar tributos, uma vez que as peças orçamentárias propostas para cada exercício deviam ser submetidas à apreciação da Comissão das Câmaras Municipais, primeiro da Assembléia Provincial e, com a República, do Congresso Estadual. Ali, uma proposta de cobrança de um determinando imposto, poderia ser simplesmente rejeitada. Mesmo o Código de Posturas de um município, algo semelhante à Lei Orgânica dos Municípios, elaborado pela Câmara Municipal para organizar e normatizar a vida urbana e rural, impondo multas e mais multas, por exemplo, caso se descumprisse qualquer uma das mais variadas disposições por ele criadas, teria que passar pelo Legislativo da província ou do estado, correndo o risco de não ser aprovado.

Assim, tudo no município era tributado. Taxavam-se bares e botequins pela venda da aguardente, todo e qualquer produto negociado – cereais, hortaliças, doces, frutas, peixes, etc – vindo de fora ou produzido localmente, fosse industrializado ou um simples gênero de "quitandas" vendidos em tabuleiros ou coisa parecida. O exercício de um ofício ou profissão atingia também o artista ambulante, o tocador de realejo, o engraxate, o mascate, etc. Taxava-se a circulação de veículos: carros, carretões, carroças e troleys, usados no comércio ou de aluguel transportando bens ou pessoas, os "de dentro" e os "de fora" do município, conforme o eixo – fixo ou móvel. Os veículos que vinham de fora como condução ou trazendo carga para o comércio pagavam cada vez que entrassem no município trazendo ou vindo buscar mercadorias. A criação e o comércio de animais, como muares, cavalos e rezes também não escapavam. Curiosamente, a receita gerada pelos impostos referentes à produção de açúcar, aguardente ou café, não era desfrutada pelo município. Essa era uma receita polpuda, e para se ter uma idéia do que ela significaria para os municípios aqui tratados é só pensar que, no ano de 1905, a região Mogiana como um todo registrava a expressiva existência de 115.149 alqueires de área cultivada, com uma produção de 12.145.312 arrobas de café (César Mucio Silva, 2006 p.55).

Um exemplo da importância dessa receita: mesmo sem ela, na classificação dos 12 primeiros municípios paulistas, por renda, realizada em 1886 com base em 1885, Mogi Mirim aparece em quinto lugar, somando suas rendas em 29 contos, sendo suplantada apenas por São Paulo, Santos, Campinas e Taubaté e seguido de perto por Amparo, outro município mogiano que aqui não é tratado. Em 1896, Ribeirão Preto assume a posição de Mogi Mirim com a fabulosa arrecadação de 428 contos, seguido novamente de Amparo, e também de Itapira (Idem, ibidem, p. 68).

A composição da receita "primária", isto é, do próprio município, era obtida através da tributação destas atividades, como o Imposto sobre Indústria e Profissão, a Renda do Matadouro,o Imposto sobre o Café[15], bem como de outras receitas, como distribuição da água, a renda do cemitério, do mercado municipal, etc., ou ainda, proveniente da cobrança de multas e taxas urbanas que não foram possíveis identificar, agrupadas na categoria Outras Receitas.

[15] O imposto incidia sobre o número de cafeeiros e não sobre a produção. (A.E.E.S.P)

3.1 Mogi Guaçu

A receita total que o município conseguiu auferir durante o período em questão era composta, como já sabemos, pela soma das receitas das atividades produtivas ou de serviços desenvolvidas no município, a receita primária[16], com os auxílios governamentais recebidos nos anos de 1900 (914.000 réis) e de 1902 (801.840 réis). Quanto aos empréstimos, o município utilizou deste expediente nos anos de 1905 (7.000.000 réis), de 1907 (1.2000.000), de 1909 (6.043.900 réis) e em 1911 (21.279.000 réis) utilizando tais recursos para complementar a receita primária, que se constituía em valores superiores aos empréstimos; mas, nos anos de 1908 e 1910, os empréstimos (respectivamente 33.266.840 e 37.661.390 réis) são superiores à arrecadação proveniente da receita primária, 26.320.856 e 30.714.318 réis, respectivamente.

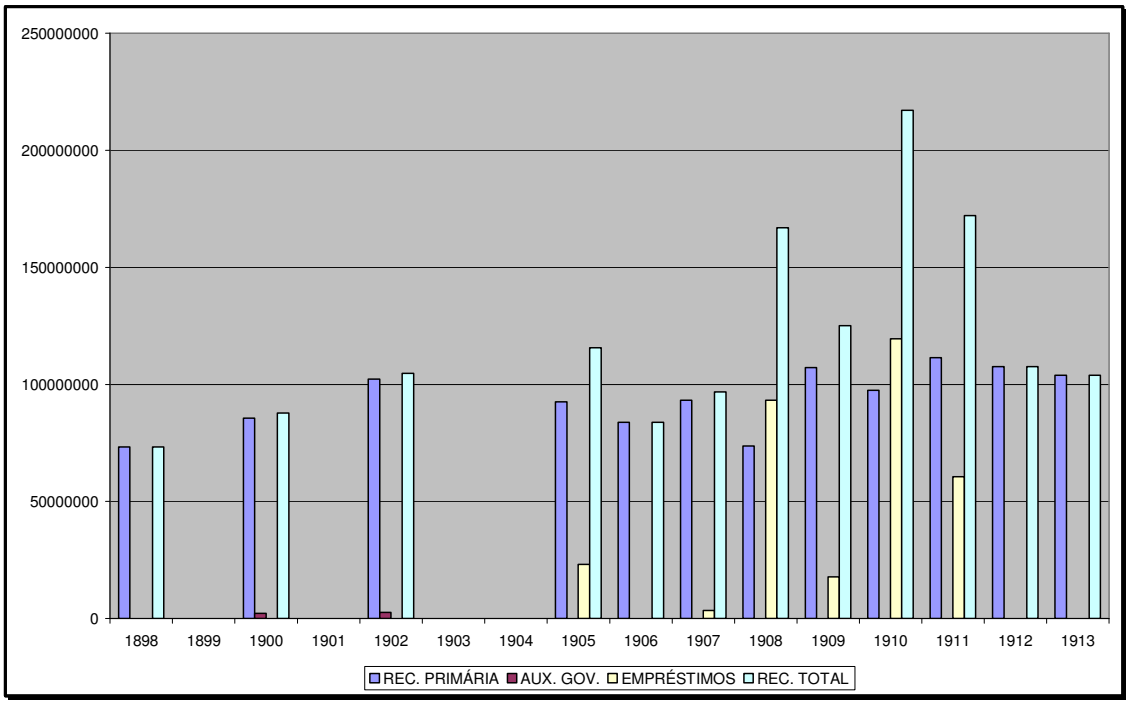


Figura 3.1: Composição da receita total de Mogi Guaçu: 1898 a 1913
Fonte: Tabela A.4.

[16] Utilizamos aqui o termo "primária" conforme designado no Anuário Estatístico.

A receita primária, quanto aos anos iniciais estudados, apresenta um movimento crescente de arrecadação até o ano de 1902, mas, no ano de 1905 a mesma apresenta uma pequena retração e iniciam-se os empréstimos:

Em 1906, a receita primária cai ainda mais, porém o município somente realizaria outros empréstimos entre os anos de 1907 e 1911 – provavelmente para fazer frente a despesa com alguma obra ou melhoramento – apesar da recuperação verificada na arrecadação da receita primária. Sua composição assim se configurava em 1898:

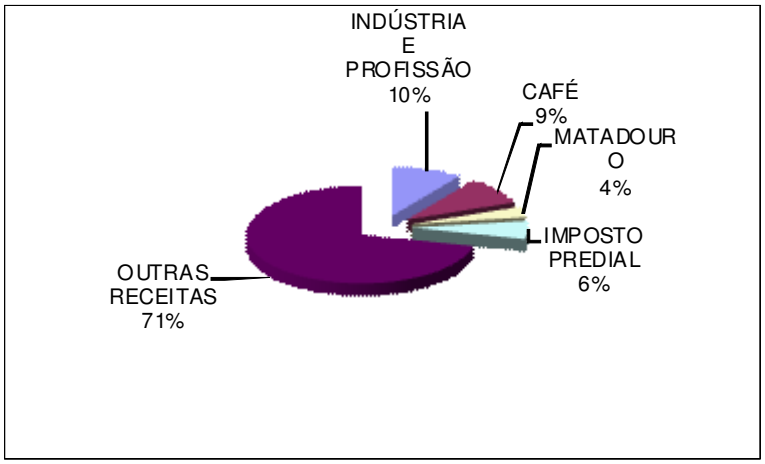


Figura 3.2: Composição da receita primária de Mogi Guaçu: 1898.
Fonte: Tabela A.4.

O Imposto sobre Indústria e Profissão, passado pelo estado para o município em 1896, participava, em 1898, com 10% da arrecadação municipal; o Imposto sobre o Café participava com 9%, a Renda do Matadouro com 4% e o Imposto Predial com 6%. O maior volume de arrecadação neste ano, porém, é observado na categoria Outras Receitas, que contribuiu com 71% do total.

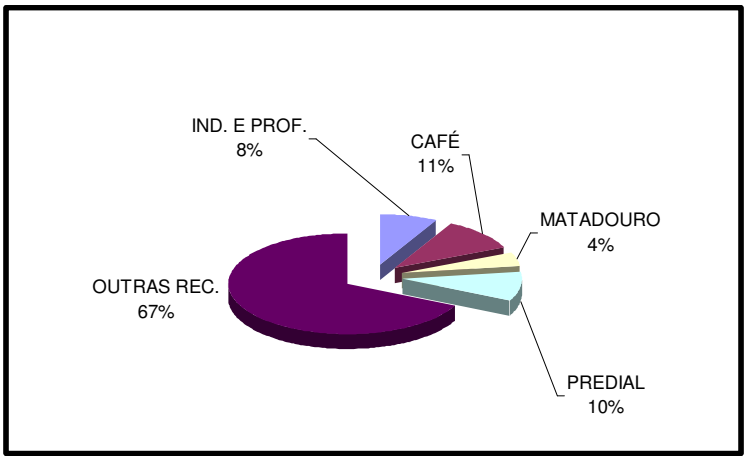


Figura 3.3: Composição da receita primária de Mogi Guaçu: 1913.
Fonte: Tabela A.4.

Comparando-se os dados da figura acima com os do início da série observa-se uma redução na participação do Imposto sobre Indústria e Profissão, de 10% para 8%, enquanto o Imposto sobre o Café aumenta sua participação de 9% para 11%. A categoria Outras Receitas apresenta uma redução de 71% para 67%, enquanto o Imposto Predial conhece um aumento, de 4% para 10%; a Renda do Matadouro mantém-se no nível de 4%.

Agora serão apresentadas as evoluções das principais componentes da receita primária do município, iniciando-se a análise pela arrecadação do Imposto sobre a Indústria e Profissão, que pode ser considerado um índice do comportamento do setor mercado interno, guardadas as devidas ressalvas sobre os valores levantados, uma vez que eram constantes os pedidos de redução ou isenção da cobrança deste imposto devido a problemas diversos alegados pelos contribuintes. Somente uma investigação *in loco* pormenorizada, analisando-se os livros-ata da Câmara Municipal com relação a estes pedidos poderia trazer maior luz a respeito desta questão.

No entanto, nossa análise será baseada na construção de índices capazes de representar o volume arrecadado, mas não significa que estes valores e participações da receita expressem exatamente a renda gerada por estas atividades.

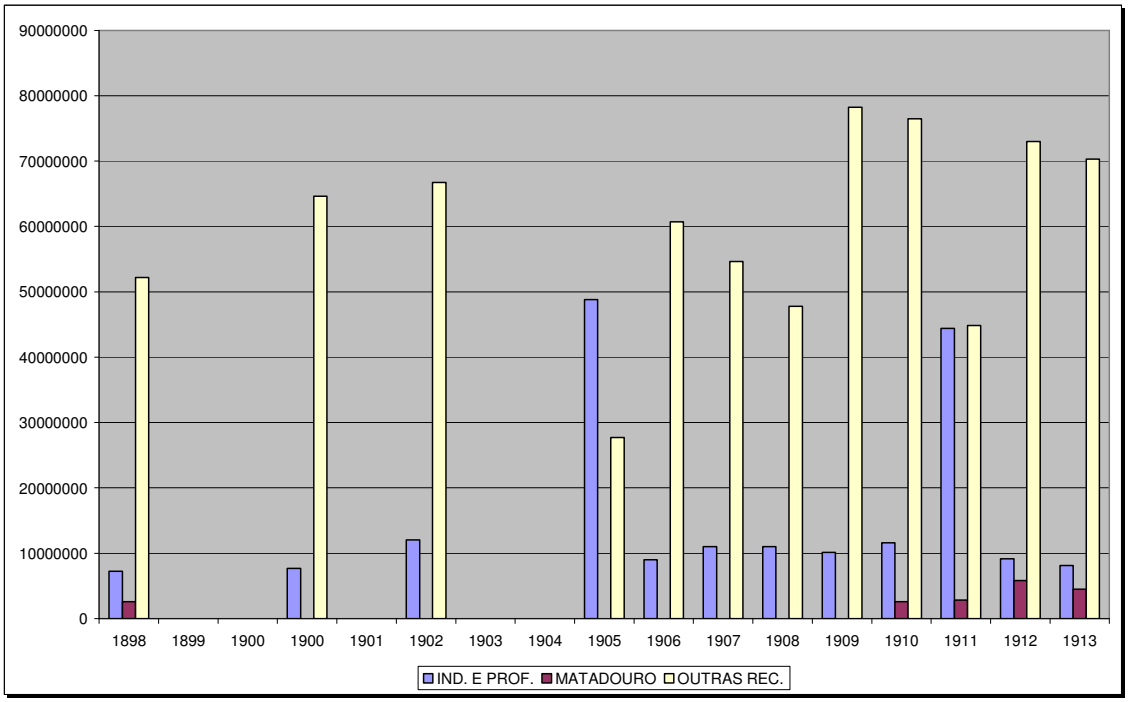


Figura 3.4: Imposto Indústria e Profissão, Renda do Matadouro e Outras Receitas – Mogi Guaçu: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.4.

O gráfico anterior apresenta a evolução da arrecadação dos principais tributos com os dados deflacionados[17] para criarmos índices da evolução dos volumes que estavam sendo produzidos.

É interessante notar, quanto ao comportamento do índice sobre o Imposto de Indústria e Profissão, o volume de arrecadação atingido no ano de 1905. Neste ano, o mesmo atingiu a cifra de 14.743.000 réis; até 1902, estava por volta de 3.500.000 réis. Em 1906, a arrecadação volta àquele nível inicial. Devido à escassez de informações, não é possível saber se as arrecadações dos anos de 1903 e 1904 condizem com volumes crescentes em relação aos anos de 1902 e 1905, ou se este ano realmente é um ano excepcional de arrecadação. Como visto anteriormente, este foi um ano de relativa superprodução geral nos municípios estudados, o que leva a crer que o número de serviços prestados deve ter aumentado em função desta superprodução. Outra arrecadação

[17] Com ano base em 1919 (Villela e Suzigan, 1973, Apêndice A). O ano foi escolhido para se ter uma base de comparação para a série "completa" de dados que vão do ano de 1898 a 1929 (o restante do período será estudado em trabalho posterior).

excepcional ocorre no ano de 1911. No entanto, a arrecadação verificada para o ano de 1912 apresenta-se menor do que a do ano de 1910 e, para o ano de 1913, um declínio em relação a 1912.

A renda proveniente do Matadouro sofre um aumento até o ano de 1912 para depois sofrer um decréscimo, indicando um possível pico de produção antes do conflito bélico. Não existem informações para os anos iniciais da série. A evolução da arrecadação da categoria Outras Receitas apresenta um movimento cíclico, apresentando os anos de 1908 e 1911 com menores arrecadações que os anos de 1909/10 e 1912/13.

A arrecadação do Imposto Predial (Figura 3.5) apresenta um movimento semelhante ao da receita primária do município, a qual cresce até 1902, perde fôlego entre 1905 e 1908 e se recupera a partir de 1909, para atingir sua maior arrecadação em 1913:

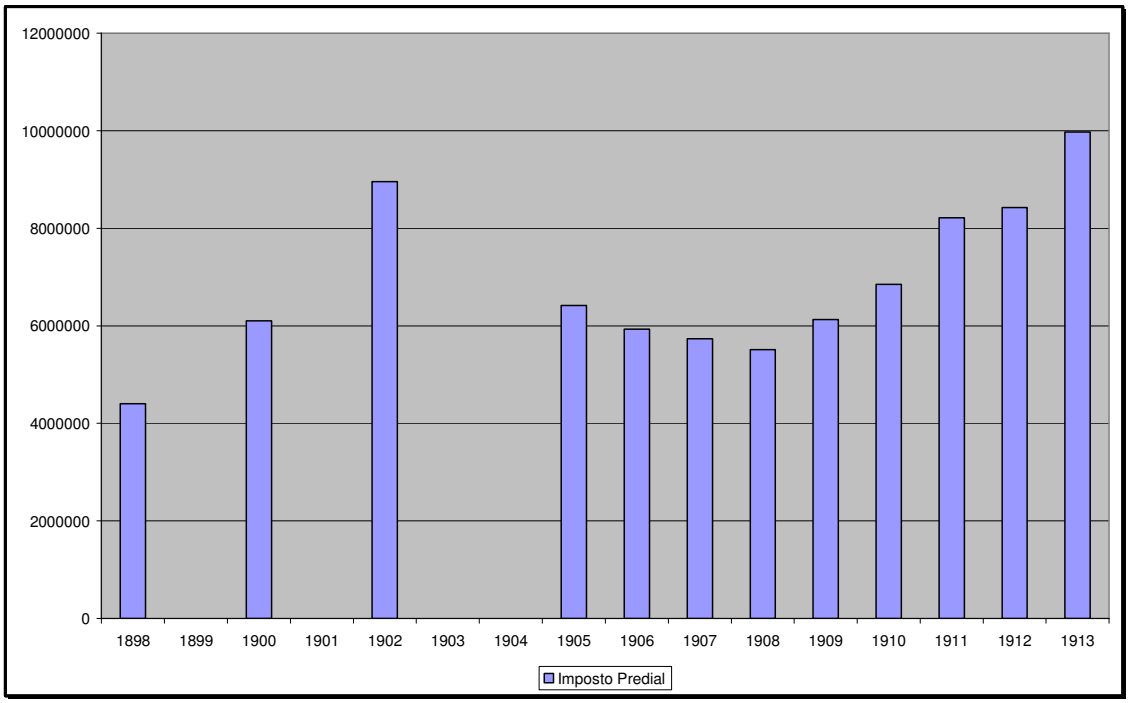


Figura 3.5: Imposto Predial – Mogi Guaçu: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.4.

Para finalizar, o comportamento da arrecadação do Imposto sobre o Café, pode ser considerado com um indicador do setor exportador do município:

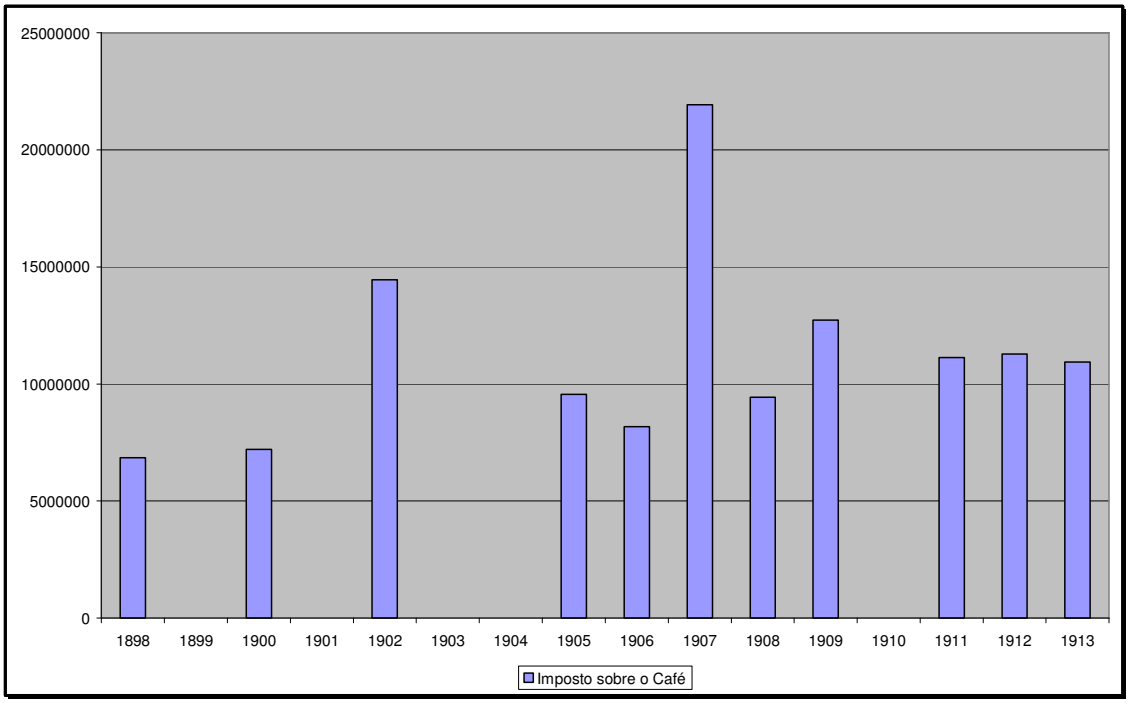


Figura 3.6: Imposto sobre o Café – Mogi Guaçu: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.4.

Este indicador apresenta um movimento cíclico entre 1898 e 1906, verificando-se um pico de arrecadação no ano de 1902. É interessante notar o ano de 1907 e sua excepcional arrecadação, ocorrendo certa estabilização nos anos posteriores.

3.2 Mogi Mirim

A composição da receita total do município, conforme os dados da Figura 3.7, estava assim configurada entre os anos de 1900 e 1913:

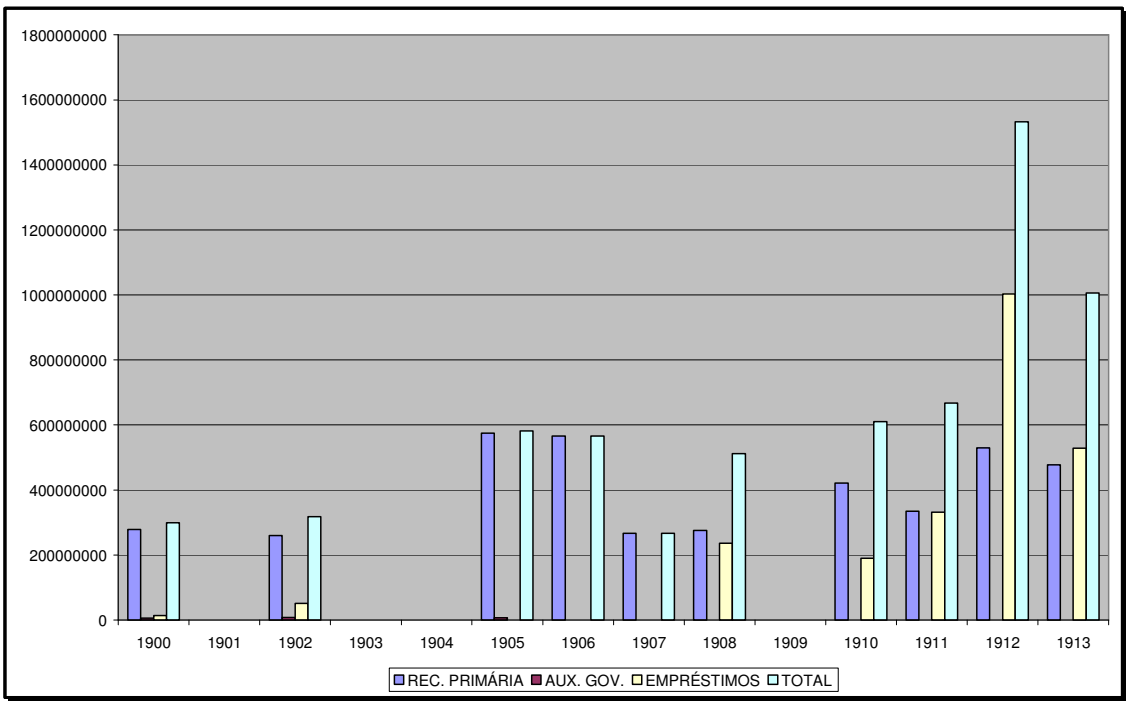


Figura 3.7: Composição da receita total de Mogi Mirim: 1900 a 1913
Fonte: Tabela A.5.

Mogi Mirim recebeu auxílios governamentais nos anos de 1900, 1902 e 1905, respectivamente 2.700.000, 2.495.450 e 2.000.000 réis. Em 1900, contraiu um empréstimo de 6.000.000 réis e, em 1902, 15.908.000. Voltou a se financiar a partir de 1908, com empréstimos bem superiores (84.338.019 em 1908, 59.705.980 em 1910, e 116.647.750 em 1911, valor pouco inferior à sua receita primária); em 1912 contrai um empréstimo de 380.069.264 réis, bem superior à sua receita primaria (por volta de 200.000.000) e em 1913, outro de 196.604.282 réis, também superior à sua arrecadação primária.

A Figura 3.8 apresenta a composição da receita primária de Mogi Mirim, em 1900, cabendo aqui uma comparação entre este município e Mogi Guaçu.

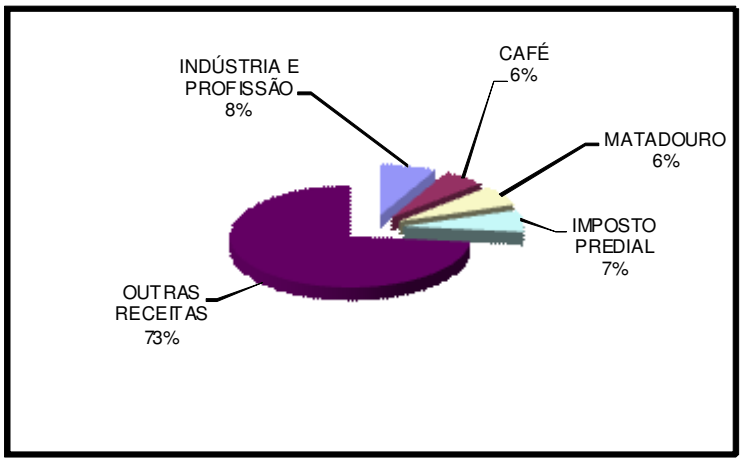


Figura 3.8: Composição da receita primária de Mogi Mirim: 1900.
Fonte: Tabela A.5.

A arrecadação do município para o ano de 1900, analogamente à arrecadação de Mogi Guaçu, em 1898, apresenta como categoria de maior proporção a de Outras Receitas, compondo 72% da receita primária. Já a participação do Imposto de Indústria e Profissão apresenta a percentagem de 8%, menor que a de Mogi Guaçu (11%); o Imposto sobre o Café contribui com apenas 6%, o Matadouro com 7% e o Imposto Predial também com 7%.

Para finalizar a análise a respeito de Mogi Mirim, é apresentada a composição para o ano final da série:

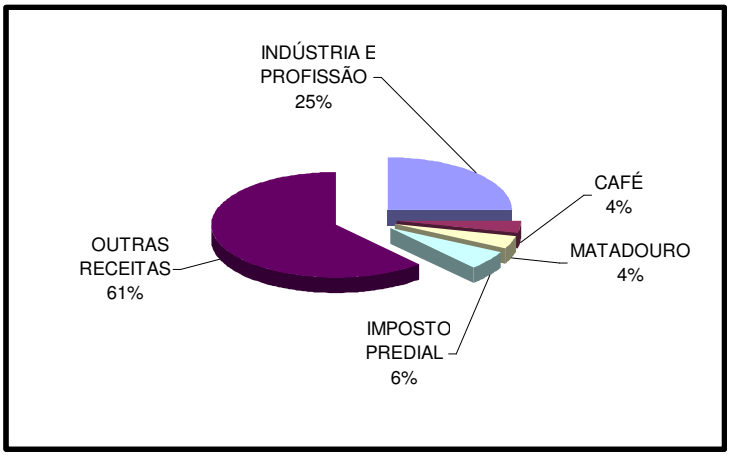


Figura 3.9: Composição da receita primária de Mogi Mirim: 1913.
Fonte: Tabela A.5.

A participação do Imposto sobre Indústria e Profissão sobe para 25% em 1913; a do Imposto sobre o Café cai de 6% no ano inicial da série estudada para 4% no final. Temos também uma queda na participação da categoria Outras Receitas, que representava 72% da arrecadação em 1900 e agora atinge 61% e da Renda do Matadouro que apresenta um decréscimo de 7% para 4%. Com relação ao Imposto Predial, sua participação cai de 7% para 6% no período estudado.

A seguir, é apresentada a evolução dos principais tributos que entram na composição da arrecadação primária deste município:

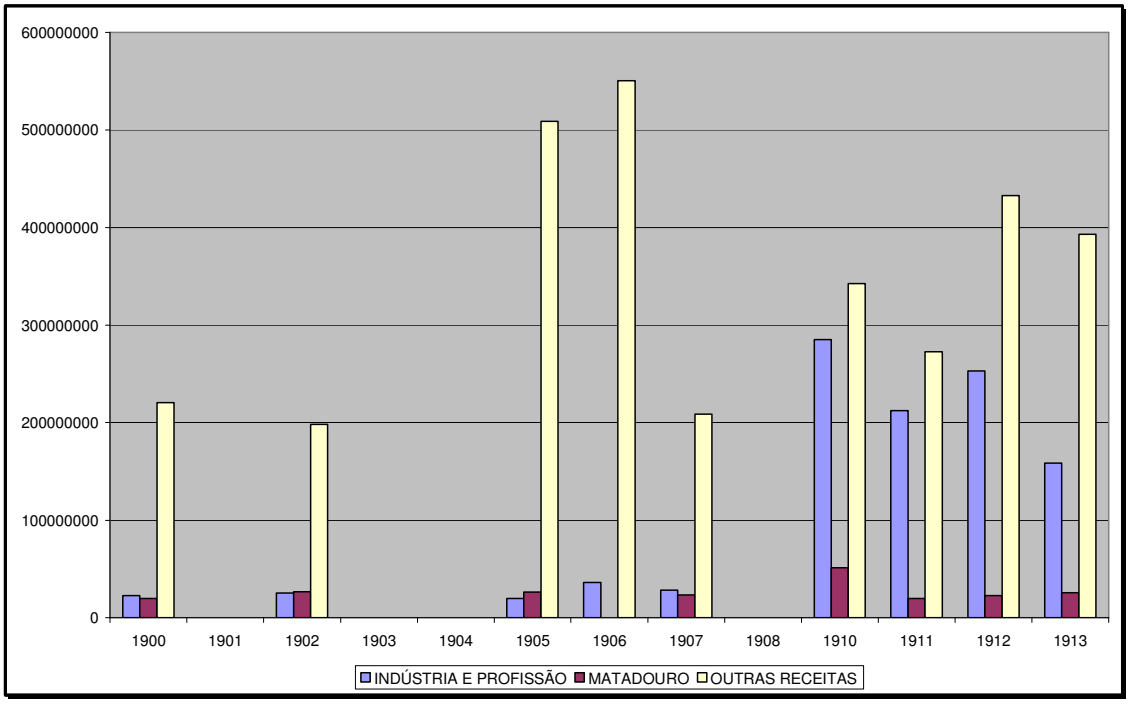


Figura 3.10: Imposto Indústria e Profissão, Renda do Matadouro e Outras Receitas – Mogi Mirim 1900 a 1913.
Fonte: Tabela A.5.

Para o ano de 1900, o valor arrecadado com o Imposto sobre Indústria e Profissão atinge a cifra de 9.346.520 réis, que em 1905 cai para 6.000.000 réis. No entanto, em 1906, atinge o valor ainda não alcançado de 13.305.000 réis. O gráfico acima (Figura 3.10) apresenta estes dados sem o efeito inflacionário, através do qual é possível visualizar certo comportamento cíclico, com um possível pico em 1906.

Observa-se, então, um aumento de patamar na arrecadação do imposto a partir do ano de 1910, quando apresenta um movimento cíclico de arrecadação notando-se uma queda para o ano de 1911, um novo aumento para o ano de 1912 que não atinge o pico de 1910, e uma nova queda para o ano de 1913, ano em que a arrecadação não atinge os valores verificados anteriormente.

Com relação ao índice Renda do Matadouro Municipal, que indica a produção de carne voltada para o consumo interno, percebe-se uma arrecadação até certo ponto constante para os anos iniciais da série (1900, 8.625.217 réis, 1902, 8.307.750 réis e, em 1905, 8.000.000 réis). No entanto, observa-se um pico de arrecadação no ano de 1910 (16.135.155 réis), semelhante ao obtido com o Imposto sobre Indústria e Profissão. No entanto, diferentemente deste último, que apresentou um patamar maior de arrecadação para os anos posteriores a 1910, a Renda do Matadouro retorna, praticamente, a seus níveis anteriores ao pico de arrecadação.

O índice Outras Receitas, por sua vez, representa a maior parcela da arrecadação primária do município e apresenta a seguinte evolução: 1900 – 90.652.725 réis; 1902 – 61.380.453 réis; 1905 – 153.650.000 réis e em 1906 atinge a cifra de 202.550.432 réis. A partir de então, a arrecadação tem uma queda de patamar, a partir do ano de 1910 (107.960.218 réis), verificando-se um pequeno recuo no ano posterior. No entanto, o ano de 1912 surge como outro pico, conjugando um movimento cíclico se observado também o ano de 1913, quando ocorre novo recuo na arrecadação.

Para finalizar, temos à arrecadação do Imposto Predial e do Imposto sobre o Café (Figuras 3.11 e 3.12) para o mesmo período:

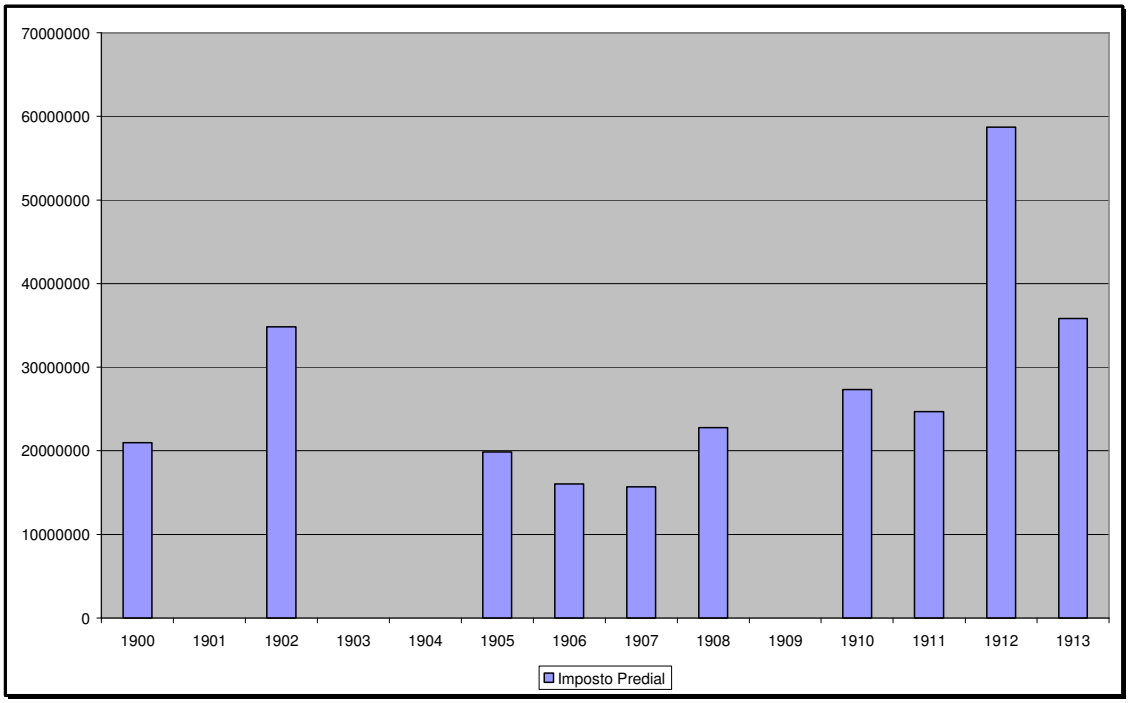


Figura 3.11: Imposto Predial – Mogi Mirim: 1900 a 1913.
Fonte: Tabela A.5.

No caso do primeiro, neste município, também pode ser verificada uma arrecadação ascendente quanto aos anos iniciais da série, com pico em 1902, mas a mesma cai entre os anos de 1905 e 1907. Recupera-se a partir de 1908 e atinge outro pico em 1912, marcado por uma arrecadação excepcional, para recuar, no ano de 1913 aos níveis de 1902. Com relação ao Imposto sobre o Café, mesmo com as lacunas nos anos de 1901, 1902, 1903 e 1904, decorrentes da falta de dados, pode-se entender o seu comportamento entre 1900 e 1905, cujos valores respectivos foram, 7.021.840 réis e 6.000.000 réis.

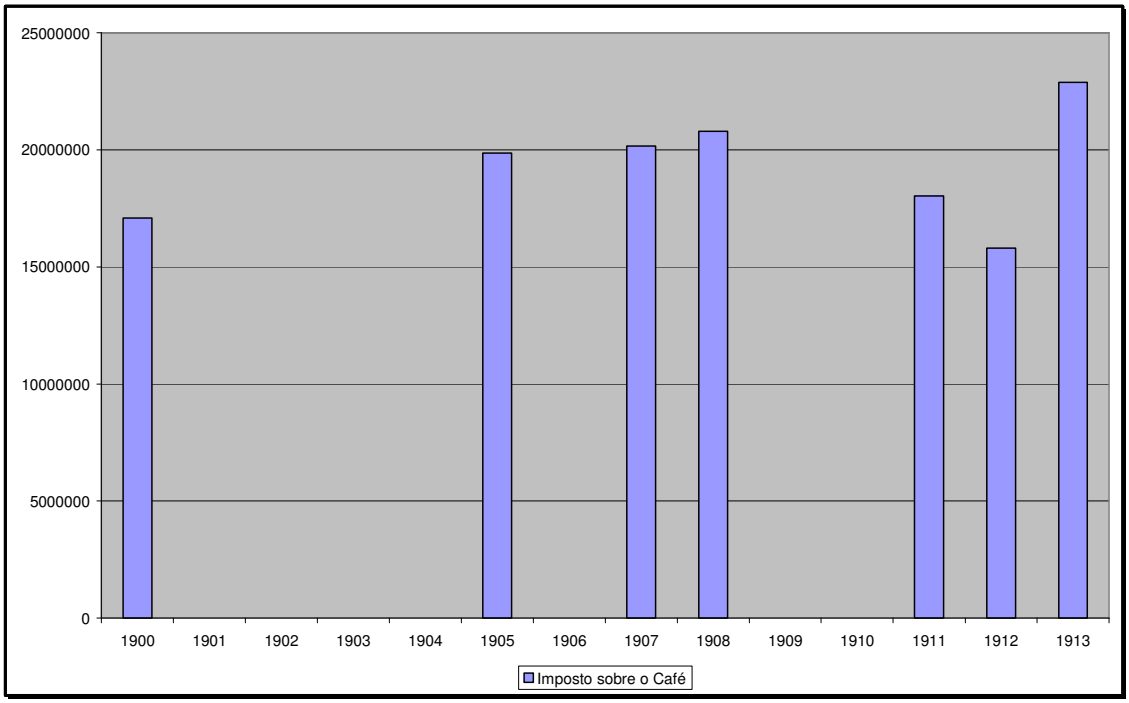


Figura 3.12: Imposto sobre o Café – Mogi Mirim: 1900 a 1913.
Fonte: Tabela A.5.

A arrecadação desse imposto apresenta um movimento ligeiramente crescente até o ano de 1908, quando a arrecadação passa a decrescer até 1912, para atingir sua maior arrecadação em 1913.

3.3 Franca

A receita primária do município apresenta um comportamento bastante interessante no período. Verifica-se uma elevação entre o ano de 1898 e o ano de 1905, mas, a partir de então, a arrecadação mantém-se praticamente constante, por volta de 200.000.000 até 1912; em 1913, nota-se a excepcional cifra de 785.363.110 réis.

Quanto aos auxílios governamentais, o município somente o recebeu em 1912 o valor de 25.000.000, mas no mesmo ano contraiu um empréstimo de vulto no valo de 1.366.884.000 réis, que levou sua receita total chegar a 1.592.825.600 réis. Franca havia contraindo um empréstimo em 1898 (20.661.226 réis) e voltou a se financiar a partir de 1906 e, até 1908, os valores foram, respectivamente, 59.001.584, 46.588.323 e 76.852.500

réis; em 1909, o município emprestou 258.953.000 e, em 1910, 580.599.500 réis, valores bem superiores ao arrecadado com a receita primária. Em 1911 não contraiu empréstimos.

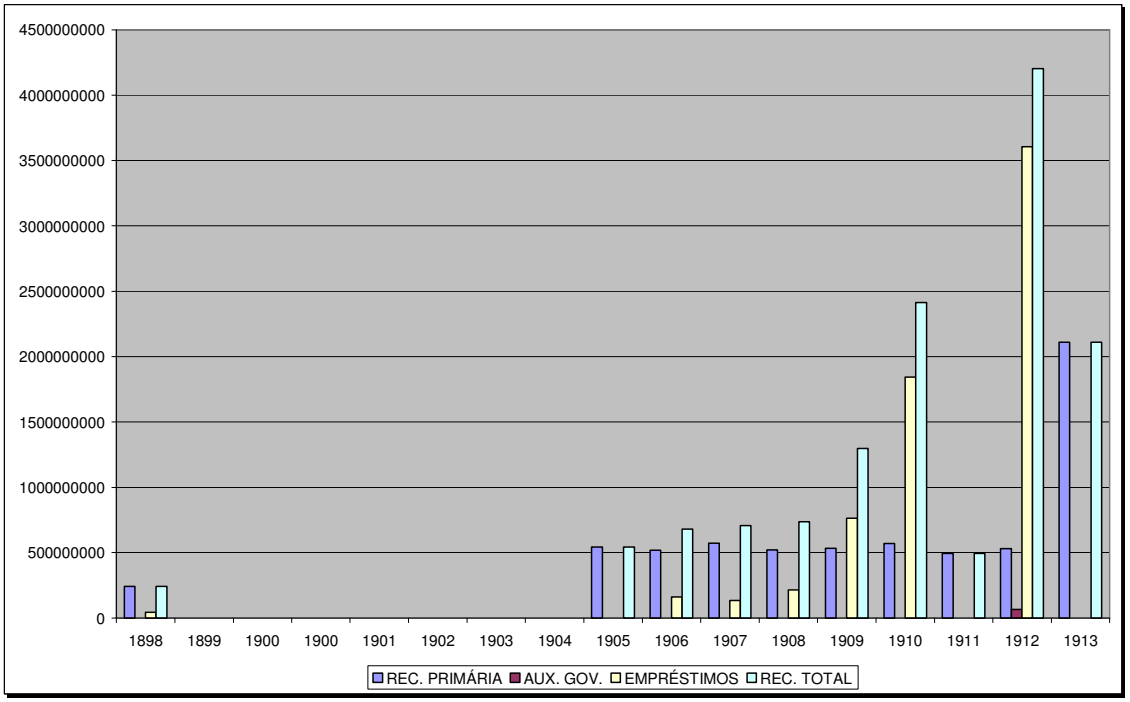


Figura 3.13: Composição da receita total de Franca: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.6.

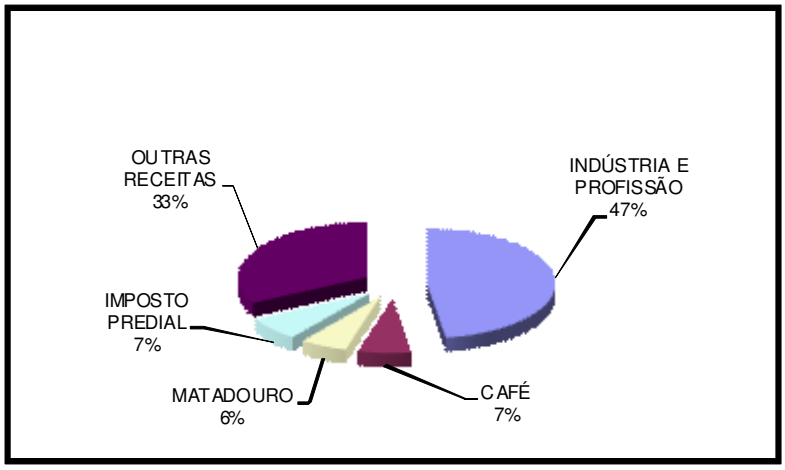


Figura 3.14: Composição da receita primária de Franca: 1898.
Fonte: Tabela A.6.

No que tange a arrecadação primária, para o ano de 1898, a composição da arrecadação (Figura 3.14) indica uma participação de 47% do Imposto sobre Indústria e Profissão, configurando uma maior importância desta categoria na formação da receita, se comparados os dados fornecidos pelos dois municípios da Baixa Mogiana. A categoria Outras Receitas aparece em segundo lugar, com 33% da composição da receita, seguida pelas categorias, Imposto Predial e Imposto sobre o Café, com 7% de participação para cada item, e, por último, a Renda do Matadouro, compondo os 6% restantes.

Na composição da arrecadação da sua receita primária para o ano final da série, verifica-se um fenômeno curioso, pelo que se conclui do exame da Figura 3.15:

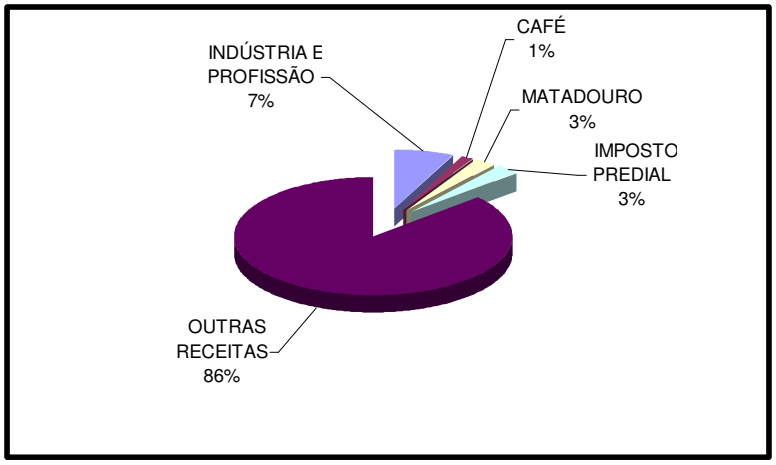


Figura 3.15: Composição da receita primária de Franca: 1913.
Fonte: Tabela A.6.

A arrecadação excepcional verificada neste ano com relação à categoria Outras Receitas, que passa de 33%, em 1898, para 86% em 1913, é acompanhada de uma queda expressiva na participação do Imposto sobre Indústria e Profissão (que cai de 47% para apenas 7%), bem como nas outras arrecadações. Eis a evolução dos índices, apresentados na Figura 3.16:

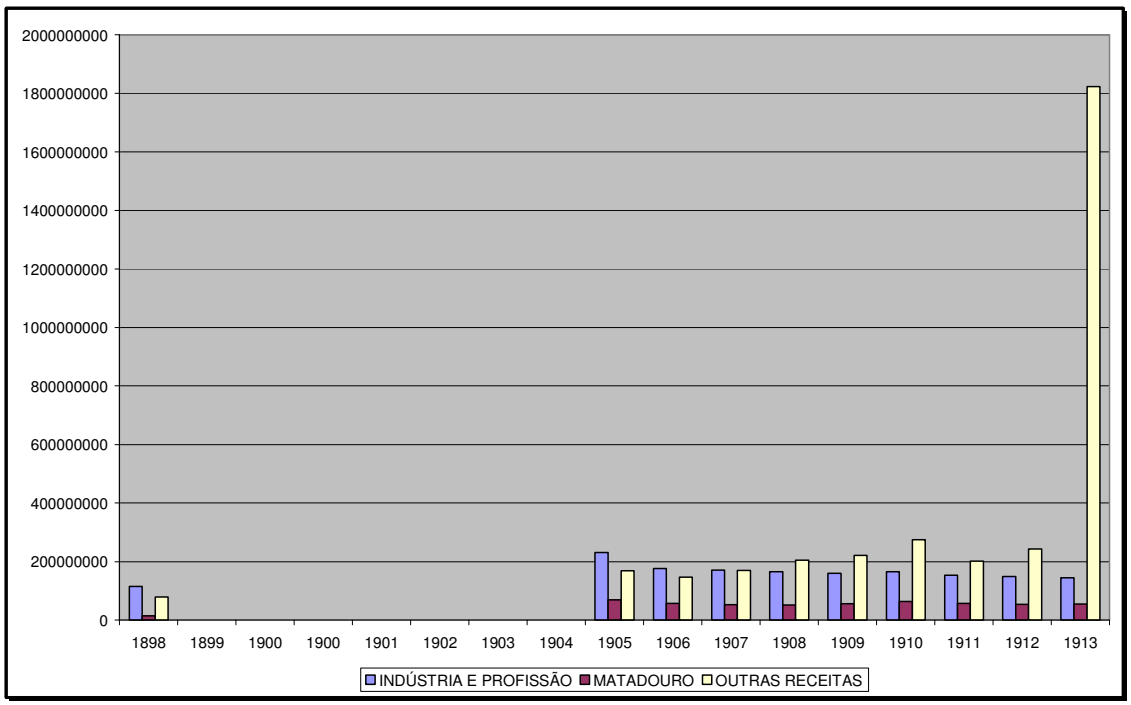


Figura 3.16: Imposto Indústria e Profissão, Renda do Matadouro e Outras Receitas – Franca: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.6.

A série de dados do Imposto sobre Indústria e Profissão para o início do período em análise apresenta somente informações a respeito dos anos de 1898, 1905 e 1906. Em 1898, a cifra verificada arrecadada atinge 55.434.432 réis e, em 1905 chega a 58.631.415 réis. No ano seguinte, o valor verificado chega a 69.750.710 réis. A arrecadação sugere um movimento cíclico para o período, ocorrendo também um pico no ano de 1910, como verificado em Mogi Mirim. É interessante notar que a arrecadação a partir de 1911 se situa um patamar ligeiramente superior a verificada anteriormente a 1910.

No ano de 1898, a cifra recenseada da renda proveniente do Matadouro Municipal de Franca é de 6.895.000 réis e, em 1905 e 1906, os valores registrados são de 20.823.000 réis e 20.936.000 réis. Visualizando os dados deflacionados, através do gráfico acima, constata-se também, em virtude da escassez de dados, o ano de 1905 como um pico de arrecadação. A evolução também apresenta um movimento cíclico com o pico (20.183.000 réis) ocorrendo no ano de 1910. Após este pico a arrecadação diminui, mas se situa num patamar superior à verificada anteriormente.

A evolução da arrecadação da categoria Outras Receitas apresenta um comportamento interessante, apresentando um valor excepcional para o ano de 1913 (677.890.770 réis). Tal arrecadação provavelmente deve estar relacionada com o recebimento de um auxílio do governo no valor de 25.000.000 de réis e um empréstimo de 1.366.884.000 de réis no ano de 1912. No entanto, ao se levar em consideração somente os anos anteriores, torna-se possível a visualização de um pequeno pico de arrecadação no ano de 1910.

Indicando o comportamento da urbanização do município, o Imposto Predial apresenta uma arrecadação crescente entre 1898 e 1907, quando ocorre um pico:

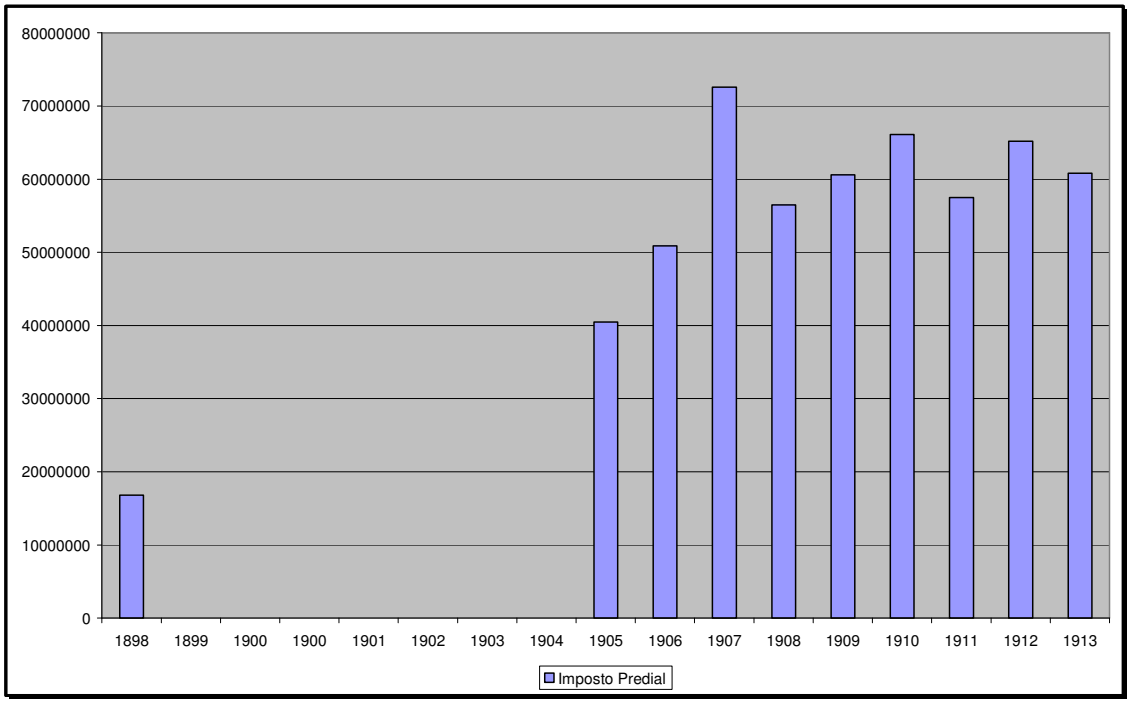


Figura 3.17: Imposto Predial – Franca: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.6.

Em 1908, arrecadação diminui, mas volta a crescer e indica dois movimentos cíclicos, com picos em 1910 e 1912.

No caso do Imposto sobre o Café, verificando-se os dados oferecidos pelo gráfico da Figura 3.18, o comportamento desse índice mostra dois movimentos claros de ascensão (de 1898 a 1907) e queda (entre 1908 e 1912) na arrecadação, com ligeira recuperação em 1913. No entanto, a diferença de patamares indica um possível declínio na

capacidade de produção do município após 1907, já que o imposto incidia sobre o número de cafeeiros em produção.

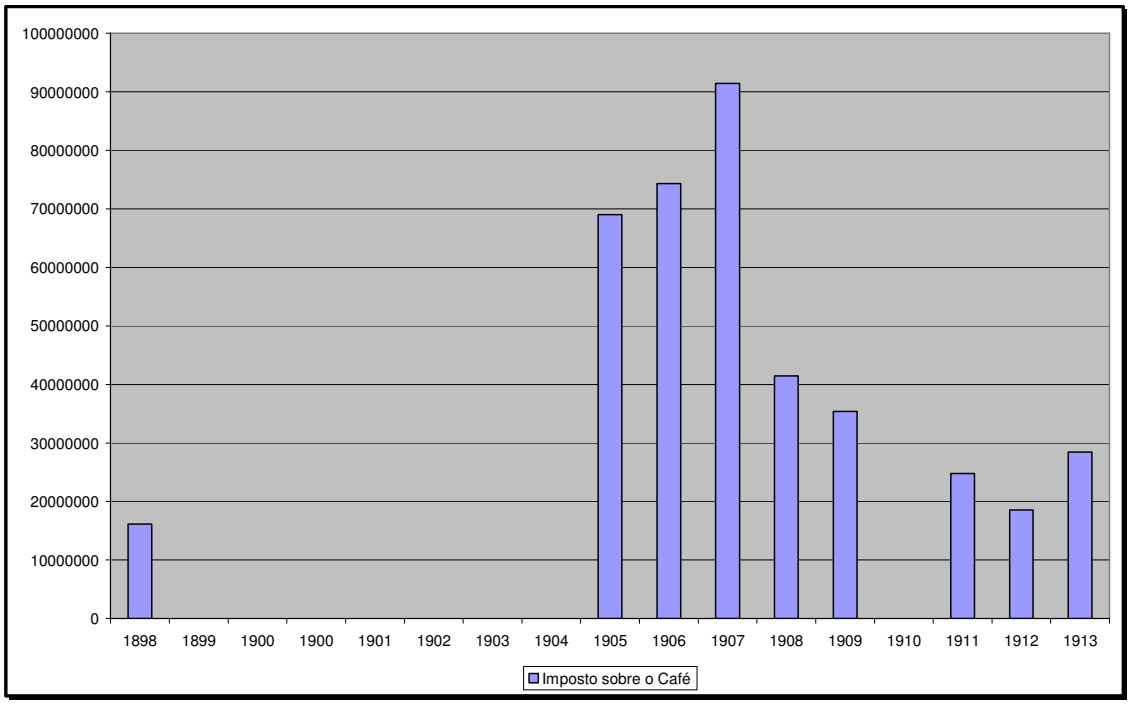


Figura 3.18: Imposto sobre o Café– Franca: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.6.

3.4 Ribeirão Preto

Com relação à receita primária de Ribeirão Preto, é interessante notar certa regularidade na arrecadação. Durante o período estudado ela se situa sempre entre os patamares de 380.000.000 e 600.000.000, aproximadamente.

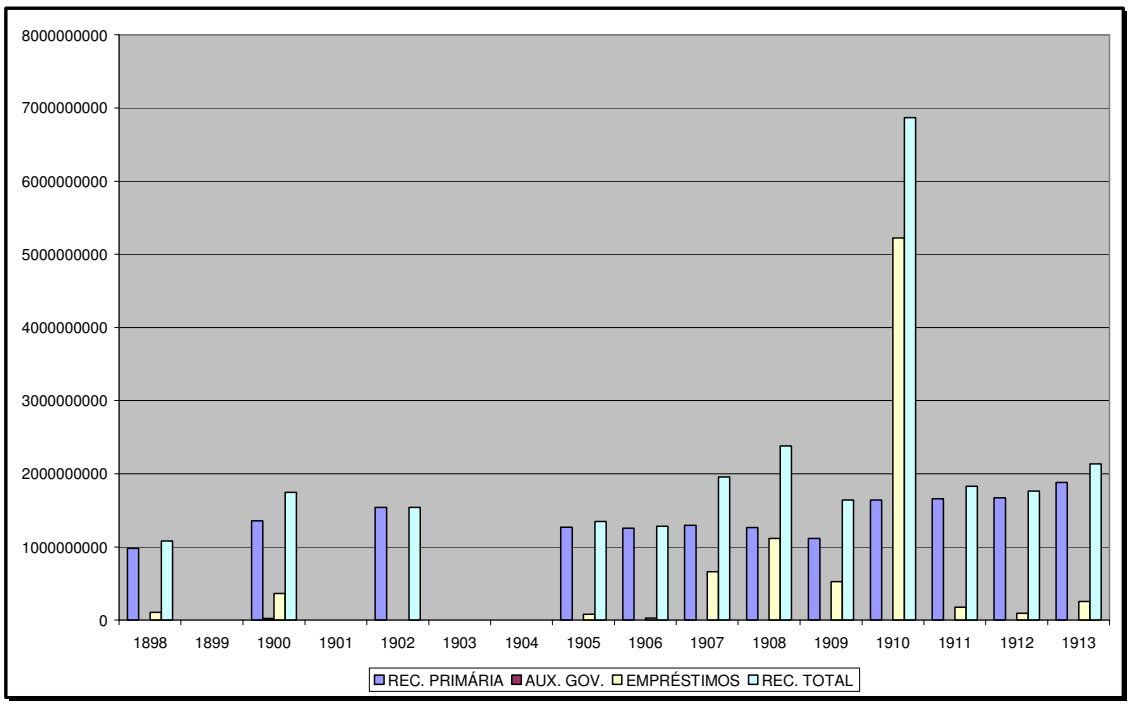


Figura 3.19: Composição da Receita Total de Ribeirão Preto: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.7.

Contudo, visualizando-se a sua receita total, o município recebeu auxílio por parte do governo apenas no ano de 1900 (9.000.000 réis). Mas, quanto aos empréstimos, Ribeirão inicia seu financiamento ainda em 1898 (50.000.000 réis) e, em 1900, se endivida com uma cifra três vezes maior. Em 1905 e 1906, toma empréstimos menores, inferiores a 25.000.000 réis, mas, em 1907, o valor atinge 228.936.750 réis e, em 1908, 397.604.580 réis. Em 1909, o valor emprestado cai para 178.495.300 réis, mas, em 1910, o município se endivida em 1.646.150.000 réis. Nos anos seguintes, foram emprestados, respectivamente, 60.875.800, 35.000.000, 94.678.500 réis.

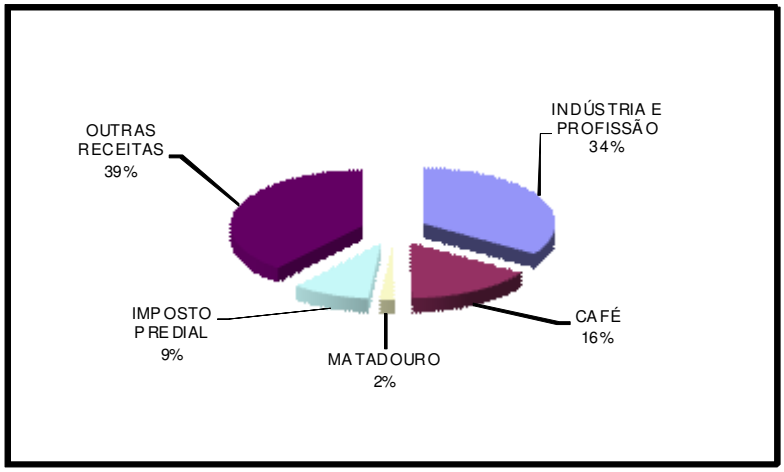


Figura 3.20: Composição da receita primária de Ribeirão Preto: 1898.
Fonte: Tabela A.7.

Com relação a sua arrecadação primária, como se percebe pelo gráfico da Figura 3.20, o Imposto sobre Indústria e Profissão e o item Outras Receitas cujas rendas devem provir, em sua maioria, de atividades voltadas para a demanda interna, respondem, juntas, por mais de 60% da receita do município. Em terceiro lugar vem o Imposto sobre o Café, com 16%; em quarto, o Imposto Predial, com 10% e, por último, a Renda do Matadouro, com 2%. Em 1913:

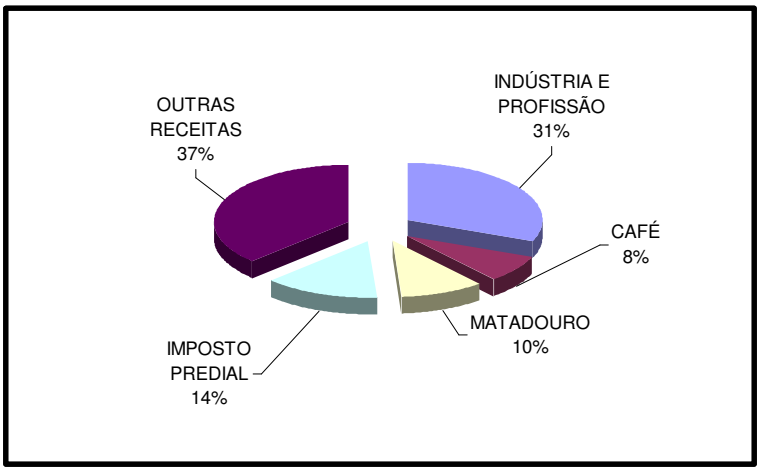


Figura 3.21: Composição da receita primária de Ribeirão Preto: 1913.
Fonte: Tabela A.7.

A participação do Imposto sobre Indústria e Profissão cai de 34%, em 1898, para 31% em 1913. O Imposto sobre o Café cai de 16% para 8%, enquanto que a Renda do Matadouro aumenta no período, atingindo 10% em 1913. A categoria Outras Receitas cai

de 38% para 37%, e a participação do Imposto Predial aumenta de 10% para 14%, em 1913.

Verificando a evolução dos principais indicadores do período (Figura 3.22), temos que, no município de Ribeirão Preto, o pico de arrecadação do Imposto

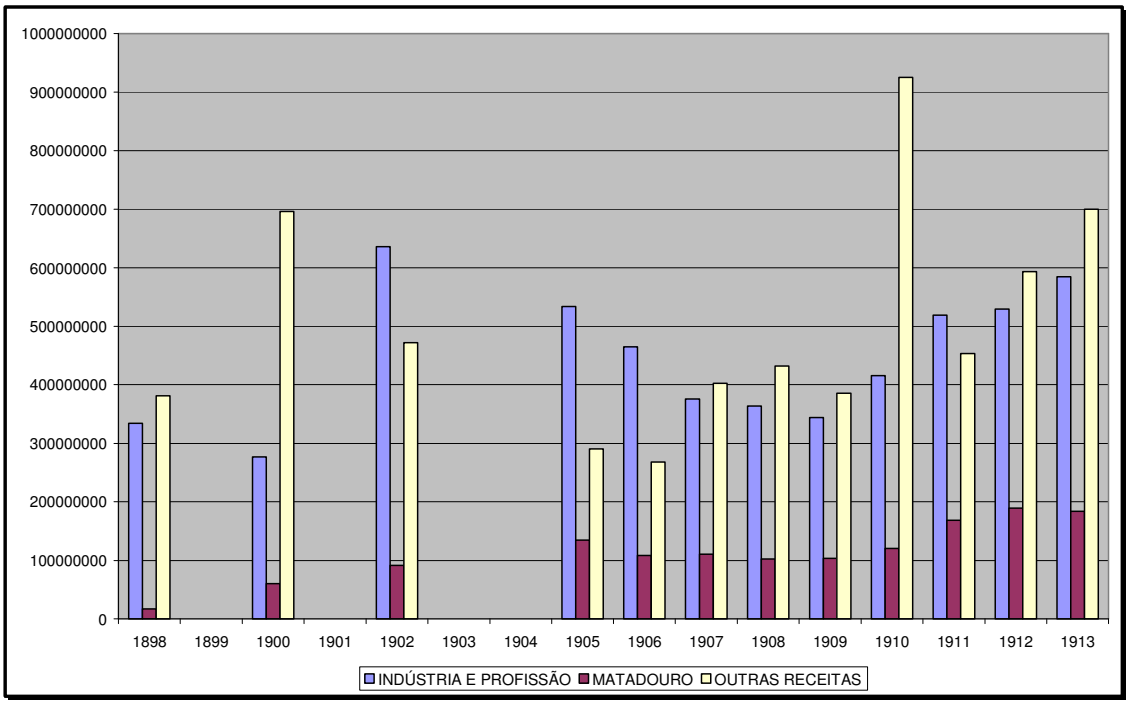


Figura 3.22: Imposto Indústria e Profissão, Renda do Matadouro e Outras Receitas – Ribeirão Preto: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.7.

sobre Indústria e Profissão é verificado no ano de 1902 (198.556.730 réis). As arrecadações referentes aos anos de compreendidos entre 1905 e 1909 também são expressivas, mas indicam um movimento decrescente. No entanto, entre os anos de 1910 a 1913, inicia-se uma recuperação e configura-se um movimento ascendente.

A arrecadação da Renda do Matadouro mostra-se num movimento ascendente, entre os anos de 1898 a 1905, quando atinge 40.675.400 réis, mas retrai-se entre 1906 e 1909, quando inicia uma recuperação para atingir níveis superiores à arrecadação de 1905.

A evolução do índice Outras Receitas revela também um comportamento interessante, pois apresenta o um pico no ano de 1900 (286.171.141 réis), com um movimento descendente sendo verificado até o ano de 1906. Um movimento cíclico

ascendente inicia-se em 1907, quando a arrecadação sobe com relação a 1908, mas cai em 1909. No entanto o ano de 1910 apresenta uma arrecadação excepcional, como verificado em outras variáveis de outros municípios, indicando um possível ano de superprodução. A partir de 1911, arrecadação retoma a sua trajetória ascendente até o ano de 1913, como visto acima.

Revelando um acentuado processo de urbanização de Ribeirão Preto, a arrecadação do Imposto Predial apresentou um movimento crescente a partir de 1898

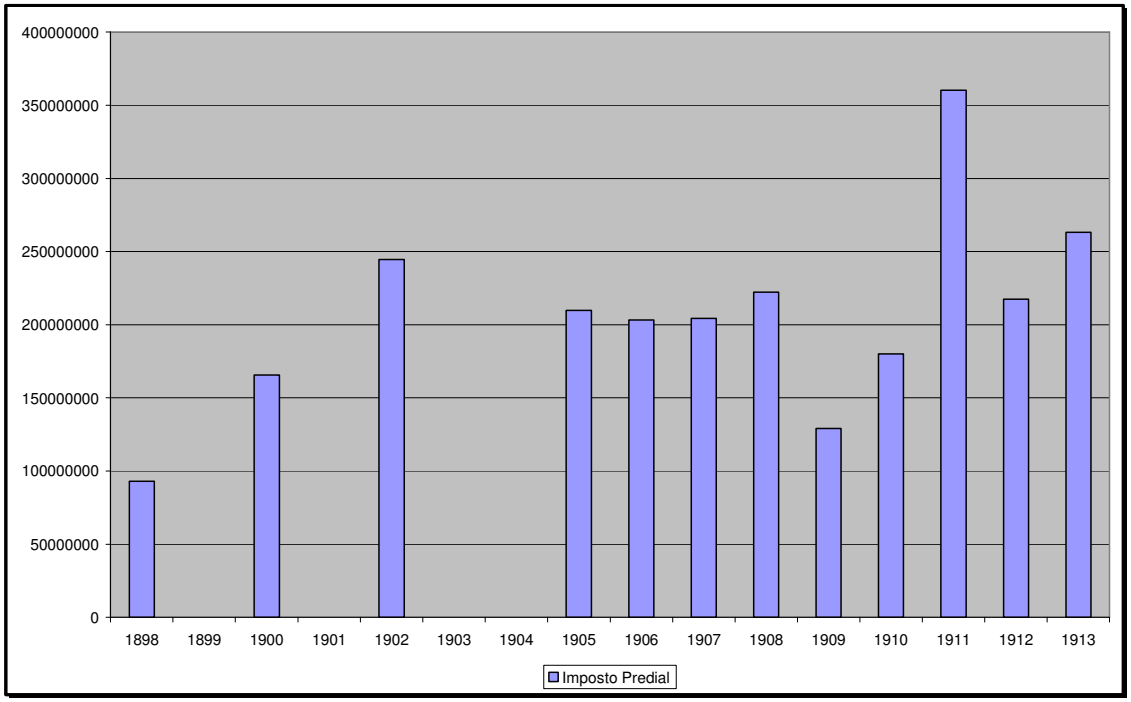


Figura 3.23: Imposto Predial – Ribeirão Preto: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.7.

com possível pico em 1902, apresentando retração até o ano de 1907. Em 1908, se recupera ligeiramente, mas cai acentuadamente no ano seguinte. Em 1910 é verificada nova recuperação e a arrecadação atinge um pico em 1911. Em 1912 cai novamente, para se recuperar em 1913, mas num patamar inferior a 1911.

Para finalizar nossa análise sobre a arrecadação ribeirão-pretana, apresentamos, conforme os dados oferecidos pela Figura 3.24, o comportamento da receita proveniente da tributação dos cafeeiros, que poderíamos entender como um indicador do setor externo do município. Ela indica certa irregularidade no início dessa

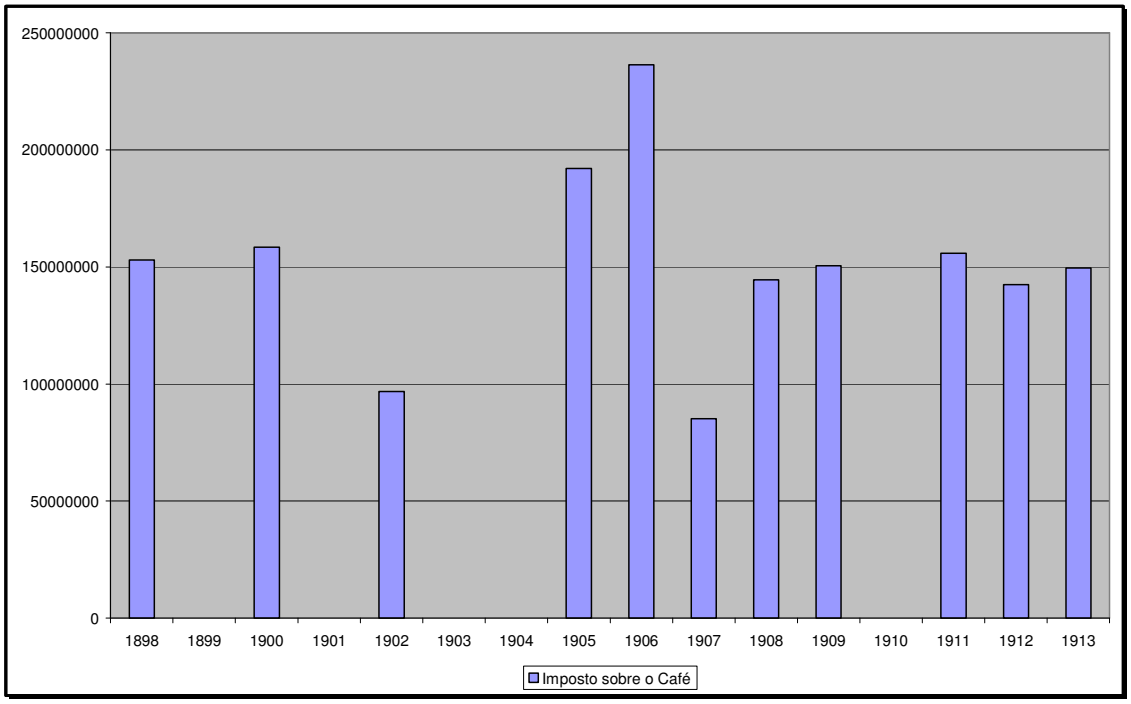


Figura 3.24: Imposto sobre o Café – Ribeirão Preto: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.7.

série, como um equilíbrio nos anos iniciais e uma queda em 1902. Em 1905, temos uma forte recuperação até atingir um pico em 1906, a maior arrecadação do período. Mas, em 1907, apresenta queda significativa para se estabilizar, a partir de 1908, em patamar dos níveis iniciais da série.

3.5. Análise conjunta dos municípios

Para se obter uma comparação da evolução dos principais índices entre os municípios estudados iniciaremos a análise pelo Imposto sobre Indústria e Profissão, considerado como um indicador do dinamismo das atividades industriais iniciais, bem como daquelas voltadas a prestação de serviços. Para tanto, temos o movimento do

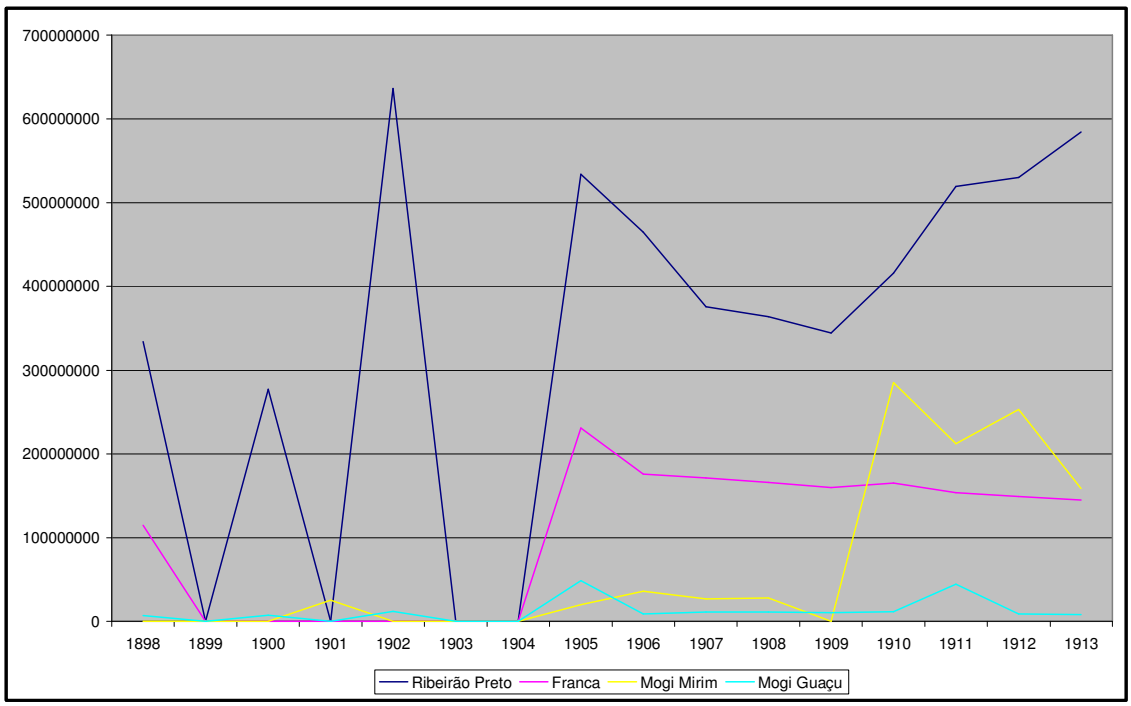


Figura 3.25: Imposto Indústria e Profissão: Ribeirão Preto, Franca, Mogi Mirim e Mogi Guaçu: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.4, A.5, A.6 e A.7.

gráfico contido na figura acima, onde é possível comparar as arrecadações e a visível superioridade dos municípios da Alta Mogiana, com destaque para Ribeirão Preto, cujo patamar de arrecadação revela-se extremamente superior. É possível notar movimentos cíclicos ascendentes, de uma maneira geral, alternando-se entre os municípios os picos de arrecadação: os anos iniciais do século, os anos de 1904/05 e, em alguns casos, a partir de 1909/1910. Para iniciar, vejamos a categoria Outras Receitas dos quatro municípios, onde também é possível aferir um movimento cíclico ascendente, com os

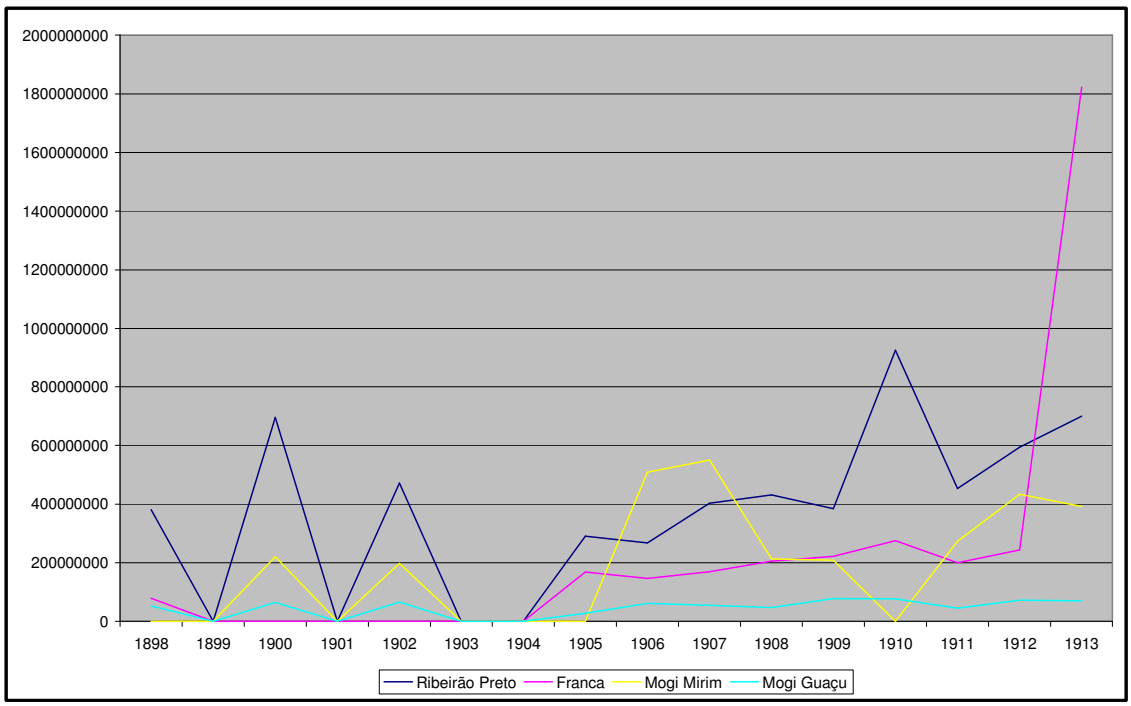


Figura 3.26: Outras Receitas: Ribeirão Preto, Franca, Mogi Mirim e Mogi Guaçu: 1898 a 1913.
Fonte: Tabela A.4, A.5, A.6 e A.7.

picos de arrecadação se alternando. A partir de 1905/06, porém, a arrecadação tende a crescer e mudar de patamar. O problema aqui é que não se podem identificar as atividades voltadas ao mercado interno. No entanto, pode-se considerar este índice como um indicador da atividade econômica do município.

Para finalizar, analisemos a Renda do Matadouro, dos municípios estudados, a partir da Figura 3.27 que, como as outras têm como base as tabelas A.4, A.5, A.6 e A.7. Essa renda pode ser considerada um importante indicador do mercado interno, mas, guardadas as devidas ressalvas:

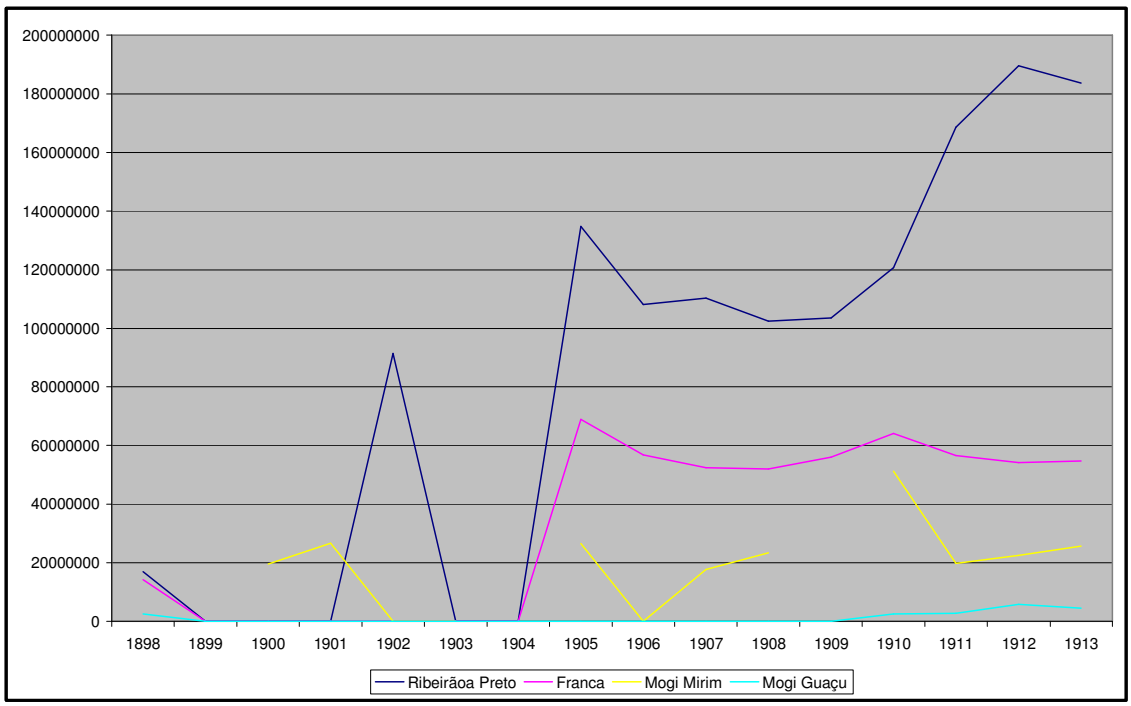


Figura 3.27: Matadouro: Ribeirão Preto, Franca, Mogi Mirim e Mogi Guaçu: 1900 a 1913.
Fonte: Tabela A.4, A.5, A.6 e A.7.

As informações com respeito à sua arrecadação estão mais fragmentadas, o que impede uma melhor análise. Contudo, os dados também sugerem um patamar maior de arrecadação a partir dos anos 1905/06, constatando-se, dentro do possível, que também estas arrecadações apresentaram movimentos cíclicos ascendentes.

A seguir, para finalizar a análise conjunta dos municípios, é apresentada uma média aritmética simples entre os Impostos de Indústria e Profissão e sobre o Café, com intuito de, guardadas as devidas ressalvas, visualizar o comportamento destes dois indicadores levando-se em conta os quatro municípios, com objetivo de, simplesmente, obter indícios de uma possível correlação entre os dados:

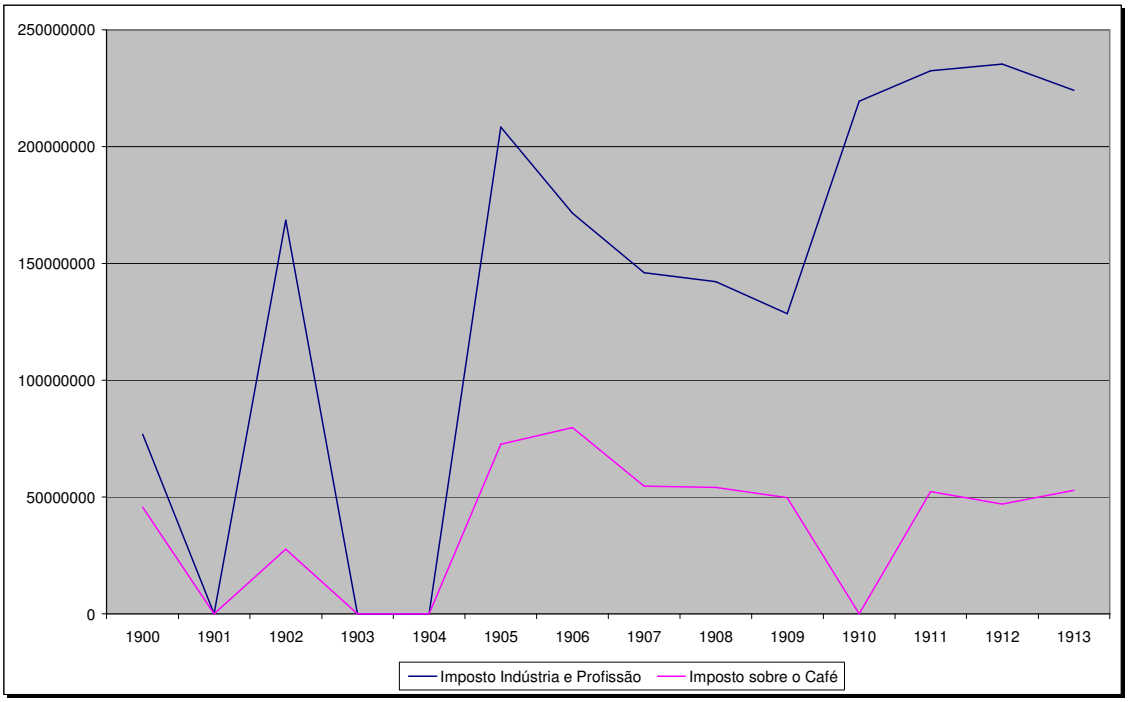


Figura 3.28: Média Aritmética Simples – Imposto Indústria e Profissão e sobre o Café: Ribeirão Preto, Franca, Mogi Mirim e Mogi Guaçu: 1900 a 1913.
Fonte: Tabela A.4, A.5, A.6 e A.7.

Os indícios estatísticos nos permitem deduzir que houve certa correlação entre os indicadores, refletindo movimentos de expansões e quedas nas arrecadações, com o Imposto sobre Indústria e Profissão contribuindo com patamares superiores de arrecadação em relação ao Imposto sobre o Café.

A análise da composição da receita dos municípios no período de 1898 a 1906 mostra uma participação pequena do Imposto sobre o Café na Baixa Mogiana, atingindo por volta de 10% da arrecadação enquanto que na Alta a participação é um pouco maior, chegando perto de 20%. O mesmo pode ser dito do Imposto sobre Indústria e Profissão, cuja participação na arrecadação dos municípios da Alta é de aproximadamente 40% enquanto que na Baixa atinge patamares muitas vezes inferiores a 10%. O papel se inverte com relação à categoria Outras Receitas, cuja importância se aproxima dos 70% na Baixa Mogiana (chegando a 91% em Mogi Mirim) e 30% na Alta, ou seja, em Franca e Ribeirão Preto. Em grau menor de importância podem ser destacados também o Imposto Predial e a Renda do Matadouro, cujas participações chegam a beirar 15% na Alta e não chegam a 10% na Baixa.

Com relação à dinâmica da arrecadação destes componentes da receita dos municípios, nota-se um movimento ascendente partindo-se do ano de 1898, atingindo picos em 1902 e 1905/06, acompanhando o movimento verificado na produção dos municípios, salvo algumas exceções.

No que diz respeito à análise no período de 1907 a 1913, de uma maneira geral, pode-se observar um aumento nas arrecadações dos principais indicadores das atividades voltadas para o mercado interno, em alguns casos a partir de 1910, em outros, a partir de 1912, verificando-se alguns anos de arrecadações excepcionais. Os municípios da Alta Mogiana apresentam um volume de arrecadação bem superior aos da Baixa, com destaque para Ribeirão Preto, o último município a ser fundado e que apresentou o maior crescimento econômico em relação aos demais, provavelmente devido à produtividade de suas terras para o plantio de café. Na Baixa Mogiana, o município que apresentou uma maior arrecadação foi Mogi Mirim.

Os diversos indicadores analisados (Impostos de Indústria e Profissão, sobre o Café e Rendas do Matadouro etc.) apresentam movimentos cíclicos ascendentes, alternando picos de alta e de baixa, dependendo da variável e do município estudado. No entanto, de acordo com o objetivo do presente trabalho, o importante é notar que existe um movimento geral ascendente de arrecadação, de recuperação da atividade econômica em relação aos picos verificados no período anterior de análise (1898-1906).

É preciso enfatizar que tais índices são uma representação aproximada da renda gerada nos municípios, não significando que as percentagens apresentadas representem a composição da renda dos mesmos. A maior incidência da tributação sobre o Imposto sobre o Café, por exemplo, se dava em nível estadual. Seria preciso uma investigação mais rigorosa, feita *in loco*, para que os dados pudessem ser melhor trabalhados.

No entanto, a gama de atividades "não-exportadoras" verificada nos municípios, principalmente na Alta Mogiana, nos permitem levantar a hipótese de que havia certo dinamismo nas atividades voltadas para o mercado interno. Até 1905/06, a produção dos municípios, de uma maneira geral, apresenta um aumento generalizado na produção e diversificação das atividades voltadas para este setor. E como já vimos anteriormente, trata-se de geração de valor e renda, que se transforma em demanda e acaba

estimulando uma maior geração de renda e, conseqüentemente, de demanda interna. Permite-nos também, portanto, pensar a existência de um efetivo multiplicador da renda, mesmo que essa seja bem menor que aquela gerada pelo setor exportador.

O que se constata, e os dados numéricos podem ajudar a entender, é que existiram mecanismos de amenização e amortecimento de eventuais crises que marcaram o setor exportador a partir 1898 e que permitiriam ao que chamaríamos de Setor Mercado Interno continuar sua expansão até 1905/1906.

Em outras palavras, o aumento na arrecadação dos principais indicadores para este último – mercado interno – associado ao aumento da divisão social do trabalho e da diversificação das atividades econômicas, permitem-nos deduzir que com o passar do tempo sua dependência em relação ao setor exportador tornava-se menor, no que diz respeito à geração de demanda e renda.

Obviamente, não é somente esta relação entre ambos os setores que deve ser levada em conta. Toda a economia mogiana dependeu do café, mas estudar toda esta rede complexa de dependência entre estes setores escapa dos limites do presente trabalho, que procura analisar principalmente a relação da demanda dos setores que estão estimulando o desenvolvimento do mercado interno, ou seja, o grau de independência entre os setores, que parece estar diminuindo com o passar do tempo.

Considerações Finais

O objetivo central do presente trabalho diz respeito ao processo de desenvolvimento do mercado interno, englobando a produção agrícola, a atividade comercial, a própria industrialização e a urbanização da região Mogiana. Verificar quais as estruturas produtivas em que os municípios estavam embasados no período de 1898 a 1913 para verificar se existia certo dinamismo do mercado interno antes do conflito bélico.

Atendendo a este objetivo, verificou-se que durante a segunda metade do século XIX ocorreu a potencialização das forças capitalistas que haviam surgido inicialmente na região. A nova estrutura de desenvolvimento surgida na Mogiana, configurou-se como uma estrutura de geração de renda e de valor muito mais dinâmica do que a anterior, a baseada, entre outras, no tropeirismo. O importante a se destacar é que ocorreram mudanças estruturais latentes, que modificaram completamente o panorama fisionômico, sociológico e econômico da região na segunda metade do séc. XIX.

As estruturas produtivas dos municípios estavam principalmente baseadas na produção agrícola e zootécnica, desenvolvendo também algumas atividades artesanais e industriais. Mas a agricultura, especialmente a grande lavoura mercantil, era o principal motor desse desenvolvimento.

Com relação ao período de 1898 a 1906, de uma maneira geral, pode-se indicar, na Baixa Mogiana, uma produção agrícola crescente atingindo dois possíveis picos: os anos de 1902 e 1905. Nos dois casos, posteriormente aos picos, observa-se uma redução nessa produção. Nos dois municípios estudados ocorre uma redução no número de trabalhadores e uma redução da participação dos imigrantes no total de trabalhadores, verificando-se uma redução expressiva no município de Mogi Mirim.

Na Alta Mogiana, o pico de produção foi o ano de 1905, mas em Ribeirão Preto, por exemplo, as culturas de cana-de-açúcar e café apresentaram níveis de produção crescentes para todo o período em questão. O número de trabalhadores alocados nas fazendas diminuiu muito pouco em Franca, mas em Ribeirão o decréscimo foi mais acentuado.

Verificou-se na região como um todo, as criações de lanígeros, caprinos, cavalares, muares, suínos e bovinos, observando-se também, em Mogi Mirim e Ribeirão Preto, a produção de mel e de cera animal. Desta atividade criatória eram extraídos leite, manteiga, queijos, carne, toucinho, lã e ovos. De uma maneira geral, também a produção zootécnica apresentou um movimento crescente em seus diversos gêneros, alternando-se os picos de produção entre os anos de 1905 e 1906. Os municípios da Alta apresentam as produções citadas bem superiores aos da Baixa.

É importante ressaltar a importância da produção zootécnica como geradora de produtos alimentícios e também de um serviço que não foi descartado com o advento da ferrovia, ou seja, o de transporte por muares. Sua utilização passou a ser potencializada, pois a ferrovia resolvia o problema de escoamento de longa distância de pontos estratégicos (as estações de trem) de uma cadeia de produção que, para ser escoada até o porto de Santos, precisava ser transportada até estes pontos. O transporte da produção realizado intra-fazenda e entre as fazendas era feito, ainda, através das tropas de muares, bem como o transporte da área rural para a urbana.

No que diz respeito ao escoamento da produção feita pela ferrovia, obviamente o principal produto transportado era o café, destacando-se também o açúcar, o sal e o algodão. Outros produtos transportados eram animais, fumo, toucinho, bebidas, couros, cereais, frutas etc.

Tanto na Alta quanto na Baixa Mogiana, é possível constatar um aumento na divisão social do trabalho, com o surgimento de profissionais liberais como médicos, farmacêuticos, dentistas, marceneiros, seleiros, pedreiros, sapateiros, guarda-livros, latoeiros, alfaiates, carpinteiros, armadores, capitalistas, modistas, barbeiros, etc. Da mesma forma, pode se verificar a ocorrência de casas de comissões, lojas de fazendas, ferragens e armarinhos, armazéns de secos e molhados, hotéis, restaurantes, bilhares, padarias, olarias, farmácias, sapatarias, selarias, fábricas de bebidas, etc.

A análise da composição da receita dos municípios mostra uma participação pequena do Imposto sobre o Café na Baixa Mogiana, atingindo por volta de 10% da arrecadação enquanto que na Alta a participação é um pouco maior, chegando perto de 20%. O mesmo pode ser dito a respeito do Imposto Indústria e Profissão, cuja participação

na arrecadação dos municípios de Franca e Ribeirão Preto é de aproximadamente 40% enquanto que na Baixa atinge patamares muitas vezes inferiores a 10%. O papel se inverte com relação à categoria Outras Receitas, cuja importância beira 70% na Baixa (chegando a 91% em Mogi Mirim) e 30% na Alta. Em grau menor de importância podem ser destacados também o Imposto Predial e a Renda do Matadouro, cujas participações chegam a beirar 15% na Alta e não chegam a 10% na Baixa.

Com relação à dinâmica da arrecadação destes componentes da receita dos municípios, nota-se um movimento ascendente partindo-se do ano de 1898, atingindo picos em 1902, 1905/06, e 1910/12 acompanhando o movimento verificado na produção dos municípios, salvo algumas exceções.

Os fragmentos de informações apresentados, com respeito à arrecadação dos municípios bem como os referentes às suas atividades industriais iniciais, apenas permitem que algumas hipóteses sejam levantadas, como, por exemplo, a de que, de uma forma direta, no sentido micro, a arrecadação dos municípios era baseada, em sua maior parte, nas atividades voltadas para o mercado interno.

Somando-se isso a gama de atividades "não-exportadoras" verificada nos municípios, principalmente na Alta Mogiana, podemos sem sombra de dúvida levantar a hipótese de que havia certo dinamismo nas atividades voltadas para o mercado interno. Até 1905/06, a produção dos municípios, de uma maneira geral, apresentou um aumento generalizado na produção e diversificação das atividades voltadas para este.

O que se constata, a uma primeira vista, é que existiram mecanismos de amortecimento de eventuais crises do setor exportador na última década do século XIX, e que permitiriam ao setor mercado interno continuar sua expansão até 1905/1906, de forma que a crise do segundo não se refletisse imediatamente sobre o segundo. Constata-se também, no período, que este veio ganhando autonomia em relação ao setor exportador. O número de trabalhadores empregados nas fazendas diminuiu de uma forma generalizada, desde 1898 até 1906. Estes, se ficaram desempregados, diminuíram a sua demanda e, por conseguinte, seus estímulos ao desenvolvimento do mercado interno, provavelmente.

No que diz respeito à análise da arrecadação dos municípios com respeito ao período de 1906 a 1913, pode-se observar um aumento nas arrecadações dos principais indicadores das atividades voltadas para o mercado interno, em alguns casos a partir de

1910, em outros, a partir de 1912, ocorrendo anos de arrecadações excepcionais. Os municípios da Alta Mogiana continuaram apresentando patamares de arrecadação bem superiores aos da Baixa. Os diversos índices analisados apresentaram movimentos cíclicos ascendentes, alternando picos de alta e de baixa, conforme a variável ou o município estudado.

Os municípios mogianos desenvolveram um incipiente setor industrial, voltado para o atendimento da demanda local e também regional, como as atividades coureiro-calçadistas desenvolvidas no município de Franca.

Observou-se também uma gama de atividades prestadoras de serviços, como alfaiatarias, relojoarias, serrarias, restaurantes, hotéis; outras ligadas ao comércio, como botequins, papelarias, farmácias, lojas de calçados, bilhetes de loteria, e algumas de "caráter" industrial, como padarias, confeitarias, marmorarias, torrefação de café, curtume e fábricas de cerveja. Nesse particular, Ribeirão Preto apresentou, em relação aos demais municípios estudados, um notável desenvolvimento em termos gerais.

Portanto, como dito anteriormente, o aumento na arrecadação dos principais indicadores do setor mercado interno, associado ao aumento da divisão social do trabalho/diversificação das atividades produtivas nos permitem deduzir que, com o passar do tempo, o setor mercado interno passou a depender menos do setor exportador, no sentido da geração de demanda e renda. À medida que aumenta a atividade do setor mercado interno, esta gera renda e, portanto, alguma demanda sobre si mesma.

Pode-se sugerir a existência de um multiplicador da renda neste setor, mesmo que infinitamente menor que o do setor exportador. À medida que o tempo passa, no entanto, este multiplicador se torna mais potente e seu dinamismo sinaliza para um aumento ainda maior na década seguinte.

Como as vendas do mercado interno não têm como demanda somente a renda gerada pelo setor exportador, a dependência do primeiro diminui em relação ao segundo na medida em que novas atividades voltadas para o mercado interno também empregam e pagam salários que se convertem parcialmente (ou quase que totalmente!) numa importante massa de renda para alimentar o setor interno.

Pode-se sugerir a existência de um efeito multiplicador da renda deste setor mesmo que infinitamente menor que o do setor exportador, calculado por Furtado, mas que

possui um caráter “amplificador” ao longo do tempo, ou seja, o efeito multiplicador do mercado interno aumenta ao longo do tempo para atingir um grau considerável na década de 1920.

Fontes

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. Vls. ref. anos de 1898 a 1913.

Boletim da Directoria da Industria e do Commercio, 1909-1930.

Câmara Municipal de Mogi Guaçu. Livro de Impostos Municipais de Mogi Guaçu. Vls. ref. anos de 1900 a 1913.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto. *Tabelas em vigor dos impostos e taxas municipais.* Ribierão Preto: Nogueira, Carvalho e Cia, 1923.

Jornal "A Comarca" de Mogi Mirim – vls. ref. anos de 1898 a 1913.

Jornal "A Cidade" de Ribeirão Preto – 12 de agosto de 1908.

Relatório Nº 53 da Directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a Assembléa Geral de 27 de junho de 1906. Campinas: Typ. Livro Azul, 1906.

Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Estatistica Agricola e Zootechnica no Anno Agricola de 1904-1905. S.Paulo: Typ. Brazil, 1907.

Recenseamento Geral do Brasil de 1920*,* Vol III 2ª parte.

Muller, Daniel Pedro – Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo.

Bibliografia

ABREU, M. P. et ali *A ordem do progresso.* Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ARTIGIANI, R. *Mogi Guaçu – Três Séculos de História.* São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

BACELLAR, C. A. P. & BRIOSCHI, L. R. *Na estrada do Anhangüera.* São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo, SP: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BENTIVOGLIO, J. C. *Igreja e urbanização em Franca.* Franca: UNESP-FHDSS: Amazon Prod. Calçados S/A, 1997.

CANABRAVA, A. P. *O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875).* São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S/A, 1951.

CANABRAVA, A. P. *Uma economia em decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67.* Revista Brasileira de História, Rio de Janeiro, v. 26, n.4 p. 94-123, out/dez. 1972.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. SãoPaulo: Hucitec, 1990.

CARDOSO, E. A. *Desvalorizações cambiais, indústria e café: Brasil, 1862-1906*. Revista Brasileira de Economia*,* 35(2): 85-106, 1981.

CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependency and Development in Latin America.* Berkeley, University of California Press, 1979.

COSTA, E.V. *Da senzala à colônia.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo.* 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1976.

DELFIM NETTO, A. *O problema do café no Brasil.* São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1959. (Reimpresso pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, na série Ensaios Econômicos, nº 16 (1981)).

FALEIROS, R. N. *Homens do café.* Ribeirão Preto, SP: Holos Editora, 2008.

FISHLOW, A. "Origens e Conseqüências das substituição de importações no Brasil" *in Estudos Econômicos,* 2(6), 7-75, 1972.

FRITSCH, W. *External constraints on economy policy in Brazil, 1889-1930.* Londres: Macmillan Press, 1988.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil.* 5.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GIANNI, T. P. *Italianos em Franca.* Franca: UNESP-FHDSS: Amazon Prod. Calçados S/A, 1997.

HAFFNER, C. C. A. *A economia cafeeira e o desenvolvimento dos municípios de Mogi Guaçu e Mogi Mirim.* Araraquara, 2.000. 60 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

HANLEY, A. Business Finance and the São Paulo Bolsa, 1886 - 1917. In: COASTWORTH, J. H., TAYLOR, A. M. *Latin America. and the world economy since 1800.* Boston: Harvard University Press, 1995.

LAPA, J.R. Amaral. *A cidade; os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900,* São Paulo: Editiora da USP, 1995.

LEGASPE, A. C. B. *Mogi Guaçu – Breve relato histórico.* Pinhal: Gráfica Pinhal, 1993.

LIMA, C. C. *A construção da cidade Franca século XIX.* Franca: UNESP-FHDSS: Companhia Açucareira Vale do Rosário, 1997.

MALAN, P.S., BONELLI, R. ABREU, M. P., PEREIRA, J. E. C. *Política Econômica externa e industrialização do Brasil (1939/52).* Coleção Relatórios de Pesquisas, 36. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MARTINI, S. M. *Urbanização não cafeeira; Mogi Guaçu, um estudo de caso: 1890 a 1930.* Araraquara, 1994. 307p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista.

MATOS, O. N. *Café e ferrovias – a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.* Campinas: Pontes, 1990.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio.* 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MENDES JR., J. *Revista histórica do município de Mogi Mirim.*São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A., 1971.

MILANO FILHO, A. O. *Coordenações históricas de Moji Mirim.* Museu Histórico P.J.T. Xavier, Mogi Mirim: Datilografado, 1986.

MILLIET, S. *O Roteiro do Café.* São Paulo: s. ed., 1938.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MULLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

NAVARRO, V. L. *A origem da indústria de calçados de couro em Franca – SP.* Franca: *Estudos de história, v.6, n.1, p. 37-53*, 1999.
OLIVEIRA, L. L. *Economia e história – Franca – Século XIX.* Franca: UNESP-FHDSS: Amazon Prod. Calçados S/A, 1997.
PELÁEZ, C. .M. *História da industrialização brasileira.* Rio de Janeiro: APEC, 1972.
PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo – expansão e declínio (1765-1851).* São Paulo: Difusão européia do livro, 1968.
PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
RAMOS JR, J. A. S. *Mogi Guaçu Champion – A colheita dos melhores frutos*. São Paulo: Pancrom Indústria Gráfica Ltda, 1995.
RIBEIRO, A. *Monografia da cidade de Mogi Mirim*. Mogi Mirim: Casa Cardona Paccini & Piccolomini. 1949.
SAINT-Hilaire, Auguste de. Viagem a província de São Paulo. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1972.
SILVA, Cesar Mucio. Poder político e distribuição orçamentária em São Paulo na Primeira República – 1890-1920. São Paulo, SPP: Tese de Doutorado, USP, 2006.
SILVA, S. S. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa Omega, 1976.
SUZIGAN, W. *Indústria brasileira – origem e desenvolvimento.* São Paulo: Editora Brasiliense, l986.
TARTAGLIA, J. C. *Agricultura e urbanização em São Paulo.* Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia. Rio Claro, 1993.
TAVARES, M.C. "O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina" *In* Tavares, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
TOSI, P.G. *Cultura do café e cultura dos homens em Franca: a influência da ferrovia para a sua urbanização.* Franca: *Estudos de história,* v. 5, n. 2, p. 113-148, 1998.
VILELA, A. V. & SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889 - 1845.* Série Monográfica, 10. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.
VILELA, A. V. *Política do governo e crescimento da economia brasileira.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1986.

APÊNDICE

Tabela A.1 – Estatística Agrícola para o ano de 1904-1905.

	Rib. Preto	Franca		M. Mirim
	261	384	92	248
Sendo:				
	91	9	9	48
“ 25 “	39	25	15	64
“ 50 “	27	83	29	43
“ 100 “	27	117	18	39
“ 250 “	46	115	12	39
“ 500 “	11	21	2	6
“ 1000 “	10	9	4	4
Mais de 1000 “	10	5	3	5
Pertencentes a:				
Brasileiros	156	369	80	213
Italianos	38	2	4	17
Portuguezes	30	1	7	9
Hespanhóes	-	-	-	4
Francezes	-	-	-	-
Allemães	15	1	1	5
Austriacos	21	-	-	-
Inglezes	1	-	-	-
Diversos	-	11	-	-
	54.010:633$000	11.514:530$000	3.606:300$000	4.101:525$000
Brasileiros	36.762:251$500	11.121:930$000	3.462:800$000	4.101:525$000
Italianos	372:000$000	14:000$000	7:300$000	77:420$000
Portuguezes	328:500$000	7:000$000	127:200$000	34:000$000
Hespanhóes	-	-	-	14:550$000
Francezes	-	-	-	-
Allemães	10.360:381$500	200:000$000	9:000$000	37:700$000
Austriacos	187.500$000	-	-	-
Inglezes	6.000:000$000	-	-	-
Diversos	-	171:000$000	-	60:000$000
	50.296	57.758	13.964	28.945,50
Cultivada	15.307	4.630	1.696	6.178,75
Em matas	21.329	8.565	1.981	7.447
Em capoeiras, cerrados,	1.675	13.774	1.133	2.089,75
Em campos e pastos	11.793	30.711	9.075	12.302
Em brejos e terras	192	78	81	928
E cabendo a:				
Brasileiros	37.203	56.785	13.720	26.205
Italianos	584	61	71	899
Portuguezes	321	22	93	265,50
Hespanhóes	-	-	-	74
Francezes	-	-	-	-
Allemães	4.052	159	80	302
Austriacos	136	-	-	-
Inglezes	8.000	-	-	-
Diversos	-	731	-	1.200

Discriminação da área cultivada: (alq.)				
Em cafezal	15.210	3.834	1.584	3.641,50
“ cannavial	72	208	17	493,25
“ algodoal	-	2	-	-
“ arrozal	1.189	76	13	308,50
“ milharal[1]	4.228	102	310,5	1.335,50
“ feijoal[2]	3.886	47	-	370
“ fumal	-	-	-	5
“ videiras	1,5	-	-	-
“ maniçoba	-	-	-	-
“ batatal	-	-	-	-
“ mandiocal	-	-	-	-
“ alfafa	-	-	-	-
“ pomocultura	-	-	-	-
“ outras culturas	34	4	-	-
Pessoal empregado nas propriedades:				
Nacionaes	4.717	1.985	383	1.046
Estrangeiros	16.805	1.720	631	1.773
Total	21.522	3.075	1.014	2.819
Producção Agricola das				
Nº total de cafeiros	29.094.365	7.380.088	2.303.500	6.114.500
Producção café	2.040.036@	510.030@	95.380@	326.082@
“ assucar	1.920@	33.105@	-	3.810 @
“ aguardente	646.000 lit.	617.200 lit.	154.000 lit.	2.085.600 lit.
“ algodão	-	50@	-	-
“ arroz	2.941.100 lit.	325.500 lit.	37.700 lit.	611.800 lit.
“ milho[3]	13.359.200 lit.	445.200 lit.	1.649.200 lit.	7.305.000 lit.
“ feijão[4]	8.696.800 lit.	165.500 lit.	-	185.800 lit.
“ fumo[5]	-	-	-	45@
“ uvas	30@	-	-	-
“ vinho	-	-	-	-
“ alfafa	-	-	-	-
“ farinha de mandioca	-	-	-	-
“ diversos	-	-	-	-

Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Estatistica Agricola e Zootechnica no Anno Agricola de 1904-1905. S.Paulo: Typ. Brazil, 1907.

[1] Está comprehendida a area já occupada no cafezal pelo mesmo genero.
[2] Está comprehendida a area já occupada no cafezal e milharal pelo mesmo genero.
[3] Está comprehendida a produção da plantação feita no cafezal.
[4] Está comprehendida a produção da plantação feita no cafezal e milharal.
[5] Está comprehendida a produção da plantação feita no cafezal.

Tabela A.2 – Estatística Zootécnica

	Rib. Preto	Franca	M. Guassú	M.
	224	401	92	248
Sendo:				
Brasileiros	147	393	80	213
Italianos	26	5	4	17
Portuguezes	19	1	7	9
Hespanhóes	-	-	-	4
Francezes	-	-	-	-
Allemães	15	1	1	5
Austríacos	16	-	-	-
Inglezes	1	-	-	-
Diversos	-	1	-	-
Assim discriminados:				
De 1 até 10 cabeças	82	16	7	43
“ 11 “ 25 “	20	25	11	33
“ 26 “ 50 “	26	73	26	59
“ 51 “ 100 “	32	150	26	50
“ 101 ” 200 “	24	98	15	40
“ 201 ” 500 “	27	34	5	17
Mais de 500 “	13	5	2	6
	47.200	57.758	13.964	28.945,5
	14.518	4.630	1.696	6.178,75
	11.470	30.711	9.073	12.302
Brasileiros	34.430	56.785	13.720	27.723
Italianos	434	61	71	599
Portuguezes	268	22	93	309,5
Hespanhóes	-	-	-	61
Francezes	-	-	-	-
Allemães	3.953	159	80	253
Austríacos	115	-	-	-
Inglezes	8.000	-	-	-
Diversos	-	731	-	-
	36.275	41.055	7.832	21.985
Aminaes de criação[2]	30.198	27.358	5.092	14.149
Aminaes de trabalho[3]	6.077	13.697	2.740	7.845
E cabendo a:				
Brasileiros	30.457	40.789	6.661	20.767
Italianos	190	158	145	622
Portuguezes	260	10	965	351
Hespanhóes	-	-	-	75
Francezes	-	-	-	-
Allemães	3.029	44	61	170
Austriacos	190	-	-	-
Inglezes	2.149	-	-	-
Diversos	-	54	-	-

[1] Não comprehende aves domésticas.
[2] Inclusive 1.152 vaccas produzindo leite.
[3] Menos 1.152 vaccas produzindo leite.

Assim discriminados:				
Gado cavallar:				
Para criação	426	783	287	1.318
Para trabalho	2.070	2.000	339	2.515
Importado	-	-	-	2
Total	2.496	2.783	626	2.835
Gado vaccum:				
Para criação	4.180	15.607	2.820	844
Para trabalho	2.145	10.651	2.209	6.971
Importado	15	-	1	-
Total	6.970	26.258	5.030	7.815
Gado muar:				
Para criação	3	17	2	4
Para trabalho	1.862	1.046	192	1.042
Importado	-	-	-	-
Total	1.865	1.063	194	1.046
Gado lanigero:				
Total	479	829	260	809
Importado	-	-	-	-
Gado caprino:				
Total	6.276	388	25	2.740
Importado	-	4	-	-
Gado suino:				
Total	18.189	9.734	1.697	7.010
Importado	-	-	6	-
Aves domesticas	91.330	38.775	3.505	26.802
Producção animal:				
Leite	1.119.960	4.294.000	150.180	1.303.700
Manteiga	200 kilos	31.900	360 kilos	735 kilos
Queijos	46.330	67.500	5.548	3.153
Carne	11.410@	81.000@	-	8.561@
Toucinho	21.603@	12.916@	2.851@	8.288@
Lã	-	-	-	63@
Ovos	-	-	-	502.711
Mel	-	-	-	74 kilos
Cera	-	-	-	51 kilos

Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Estatistica Agricola e Zootechnica no Anno Agricola de 1904-1905. S.Paulo: Typ. Brazil, 1907.

Tabela A.3 – Tráfego de mercadorias transportadas pela Cia. Mogiana de Estradas de Ferro: 1905.

Companhia Mogyana					
Linha tronco e ramaes				Rio Grande e Caldas	
Estações	Rib. Preto	M. Guacu	M. Mirim	Franca	Rib. Preto
Trafego de mercadorias					
Café					
Peso em kilogrammas	20.583.306	71.297	245.709	5.490.606	661.362
Producção em Réis	958:775$490	1:223$920	4:284$630	82:386$42	1:906$01
Sal					
Peso em kilogrammas	129.725	62753	145.269	1.439.735	46.278
Producção em Réis	3:110$710	622$270	1:724$520	20:673$22	169$350
Acúcar					
Peso em kilogrammas	641.247	140.650	308.540	406.268	97.482
Producção em Réis	37:842$960	2:329$820	5:738$550	8:736$880	1:130$40
Algodão					
Peso em kilogrammas	480	-	439	205	853
Producção em Reis	24$020	-	3$970	7$970	23$500
Generos Diversos					
Fumo kilos	33.839	709	10.035	12.543	9.761
Cereaes k.	4.938.897	223.400	710.743	2.604.454	1.575.658
Toucinho k.	76.797	988	752	26.898	171.926
Aguardente kilos	93.147	5.744	170.424	70.102	99.762
Couros k.	19.014	4.540	5.244	68.772	64.689
Diversos k.	6.833.350	2.221.813	1.752.542	3.891.578	8.564.597
Produto Gên. Diversos Réis	395:738$660	12:738$990	21:763$340	94:681$35	32:378$1
Peso total mercadorias kilos	33.349.802	2.731.894	3.364.697	14.011.161	11.292.36
Produto total mercads. Réis	1.395:491$8	16:924$000	33:515$010	206:485$8	35:607$4
Animais em trens de carga					
Tab. I Quantidade	617	34	2.377	6.521	647
Tab II					
Gado Quantidade	110	-	-	-	130
Montaria Quantidade	4	-	-	6	-
Total das cabeças	731	34	2.377	6.527	777
Producto Réis	1:991$820	4$100	2:973$260	6.875$890	1:799$50
Total produtos de mercads.	1.397:483$6	16:928$100	36:488$270	213:361$7	37:406$9
Receitas diversas Réis	4:482$250	670$400	1:701$150	2:880$200	817$750
Total geral prod. Réis	1.676:988$1	36:334$050	104:233$080	330:941$1	160:906$
Exportacão	24.300.512	2.287.182	1.914.209	7:613$202	8:063$56
Importação	9.049.290	444.712	1.450.488	6:397$959	3:228$80
Diferença 1905/1904					
Para mais Réis	240:766$330	554$140	-	-	13:143$0
Para menos Réis	-	-	2:302$970	38:458$99	-

Fonte: Relatório Nº 53 da Directoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a Assembléa Geral de 27 de junho de 1906. Campinas: Typ. Livro Azul, 1906.

Tabela A.4 – Composição da receita de Mogi Guaçu: 1898 a 1928

ANO	INDÚSTRIA E PROFISSÃO	CAFÉ	MATADOURO	IMPOSTO PREDIAL	OUTRAS RECEITAS	REC. PRIMÁRIA	AUX. GOV.	EMPRÉSTIMOS	TOTAL
1898	3.492.000	3.309.380	1.252.500	2.126.900	25.216.147	35.396.927			35.396.927
1900	3.164.000	2.964.400		2.507.960	26.546.695	35.183.055	914.000		36.097.055
1902	3.758.000	4.508.400		2.794.780	20.827.267	31.888.447	801.840		32.690.287
1905	14.743.000	2.886.800		1.938.480	8.372.554	27.940.834		7.000.000	34.940.834
1906	3.323.000	3.007.800		2.183.620	22.341.425	30.855.845			30.855.845
1907	3.803.750	7.589.000		1.983.808	18.904.090	32.280.648		1.200.000	33.480.648
1908	3.933.000	3.365.200		1.969.330	17.053.326	26.320.856		33.266.840	59.587.696
1909	3.440.000	4.313.400		2.079.184	26.518.483	36.351.067		6.043.900	42.394.967
1910	3.650.000		810.000	2.158.038	24.096.280	30.714.318		37.661.390	68.375.708
1911	15.587.500	3.903.960	995.500	2.883.370	15.747.756	39.118.086		21.279.000	60.397.086
1912	3.461.500	4.274.360	2.212.000	3.193.535	27.662.010	40.803.405			40.803.405
1913	3.025.000	4.065.210	1.680.000	3.710.410	26.149.630	38.630.250			38.630.250
Dados deflacionados com ano base em 1919									
1898	7229813,66	6851718,4	2593167,7	4403519,7	52207343,7	73285563,15	0	0	7328556
1899	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1900	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1900	7698296,84	7212652,1	0	6102092,5	64590498,8	85603540,15	2223844,3	0	87827384,4
1901	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1902	12044871,8	14450000	0	8957628,2	66754060,9	102206560,9	2570000	0	104776561
1903	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1904	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1905	48817880,8	9558940,4	0	6418807,9	27723688,7	92519317,88	0	23178807,9	115698126
1906	9029891,3	8173369,6	0	5933750	60710394	83847404,89	0	0	83847404,9
1907	10993497,1	21933526	0	5733549,1	54636098,3	93296670,52	0	3468208,09	96764878,6
1908	11016806,7	9426330,5	0	5516330,5	47768420,2	73727887,96	0	93184425,8	166912314
1909	10147492,6	12723894	0	6133286,1	78225613,6	107230286,1	0	17828613,6	125058900
1910	11587301,6	0	2571428,57	6850914,3	76496127	97505771,43	0	119559968	217065740
1911	44408831,9	11122393	2836182,34	8214729,3	44865401,7	111447538,5	0	60623931,6	172071470
1912	9133245,38	11277995	5836411,61	8426213,7	72986833,8	107660699,2	0	0	107660699
1913	8131720,43	10927984	4516129,03	9974220,4	70294704,3	103844758,1	0	0	103844758

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo

Tabela A.5 – Composição da receita de Mogi Mirim: 1898 a 1928

ANO	INDÚSTRIA E PROFISSÃO	CAFÉ	MATADOURO	IMPOSTO PREDIAL	OUTRAS RECEITAS	REC. PRIMÁRIA	AUX. GOV.	EMPRÉSTIMOS	TOTAL
1900	9.346.520	7.021.840	8.076.000	8.625.217	90.652.725	114.375.782	2.700.000	6.000.000	123.075.782
1902	7.929.250		8.307.750	10.874.584	61.830.453	81.012.787	2.495.450	15.908.000	99.416.237
1905	6.000.000	6.000.000	8.000.000	6.000.000	153.650.000	173.650.000	2.000.000		175.650.000
1906	13.305.000			5.901.000	202.550.432	208.451.432			208.451.432
1907	9.295.000	7.038.100	6.165.000	5.488.400	74.308.500	93.000.000			93.000.000
1908	10.085.000	7.427.000	8.357.000	8.133.480	74.494.134	98.411.614		84.338.019	182.749.633
1910	89.824.880		16.135.155	8.604.528	107.960.218	132.699.901		59.705.980	192.405.881
1911	74.527.795	6.329.190	6.933.000	8.663.323	95.683.411	117.608.924		116.647.750	234.256.674
1912	95.940.754	5.989.690	8.533.000	22.253.420	164.077.734	200.853.844		380.069.264	580.923.108
1913	59.057.200	8.515.794	9.556.500	13.325.192	146.225.888	177.623.374		196.604.282	374.227.656
Dados deflacionados com ano base em 1919									
1900	22740924,57	17084768,86	19649635,04	20985929,44	220566240,9	278286574,2	6569343,066	14598540,15	299454457,4
1901	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1902	25414262,82	0	26627403,85	34854435,9	198174528,8	259656368,6	7998237,179	50987179,49	318641785,3
1903	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1904	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1905	19867549,67	19867549,67	26490066,23	19867549,67	508774834,4	575000000	6622516,556	0	581622516,6
1906	36154891,3	0	0	16035326,09	550408782,6	566444108,7	0	0	566444108,7
1907	26633237,82	20166475,64	17664756,45	15726074,5	212918338,1	266475644,7	0	0	266475644,7
1908	28249299,72	20803921,57	23408963,59	22782857,14	208667042	275662784,3	0	236240949,6	511903733,9
1910	285158349,2	0	51222714,29	27315961,9	342730850,8	421269527	0	189542793,7	610812320,6
1911	212329900,3	18031880,34	19752136,75	24681831,91	272602310,5	335068159,5	0	332329772,1	667397931,6
1912	253141831,1	15803931,4	22514511,87	58716147,76	432922781	529957372	0	1002821277	1532778649
1913	158755914	22891919,35	25689516,13	35820408,6	393080344,1	477482188,2	0	528506134,4	1005988323

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo

Tabela A.6 – Composição da receita de Franca: 1898 a 1928

ANO	INDÚSTRIA E PROFISSÃO	CAFÉ	MATADOURO	IMPOSTO PREDIAL	OUTRAS RECEITAS	REC. PRIMÁRIA	AUX. GOV.	EMPRÉSTIMOS	TOTAL
1898	55.434.432	7.784.000	6.895.000	8.122.980	38.151.715	116.388.127		20.661.226	116.388.127
1905	58.631.415	20.843.746	20.823.000	12.220.118	50.950.357	163.468.636			163.468.636
1906	69.750.710	27.349.328	20.936.000	18.731.290	54.087.590	190.854.918		59.001.584	249.856.502
1907	64.719.155	31.633.380	18.140.000	25.105.044	58.738.300	198.335.879		46.588.323	244.924.202
1908	59.246.490	14.799.800	18.551.000	20.156.820	73.124.765	185.878.875		76.852.500	262.731.375
1909	54.122.340	12.000.000	19.006.000	20.544.840	74.997.370	180.670.550		258.953.000	439.623.550
1910	52.010.740	0	20.183.000	20.824.140	86.655.730	179.673.610		580.599.500	760.273.110
1911	54.011.290	8.686.600	19.851.000	20.177.330	70.451.540	173.177.760		0	173.177.760
1912	56.423.030	7.034.000	20.525.000	24.707.060	92.252.510	200.941.600	25.000.000	1.366.884.000	1.592.825.600
1913	53.942.810	10.568.850	20.342.000	22.618.680	677.890.770	785.363.110		0	785.363.110
Dados deflacionados com ano base em 1919									
1898	114771080,7	16115942	14275362,32	16817763,98	78989057,97	240969207	0	42776865,42	240969207
1899	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1900	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1900	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1901	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1902	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1903	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1904	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1905	230962615,9	69019026,5	68950331,13	40463966,89	168709791,4	541286874,2	0	0	541286874,2
1906	175867269	74318826,1	56891304,35	50900244,57	146977146,7	518627494,6	0	160330391,3	678957885,9
1907	171232630,1	91425953,8	52427745,66	72557930,64	169763872,8	573225083,8	0	134648332,4	707873416,2
1908	165956554,6	41456022,4	51963585,43	56461680,67	204831274,5	520669117,6	0	215273109,2	735942226,9
1909	159652920,4	35398230,1	56064896,76	60604247,79	221231179,9	532951474,9	0	763873156,3	1296824631
1910	165113460,3	0	64073015,87	66108380,95	275097555,6	570392412,7	0	1843173016	2413565429
1911	153878319,1	24748148,1	56555555,56	57485270,66	200716638,2	493383931,6	0	0	493383931,6
1912	148873430,1	18559366,8	54155672,82	65190131,93	243410316,6	530188918,2	65963060,7	3606554090	4202706069
1913	145007553,8	28410887,1	54682795,7	60802903,23	1822287016	2111191156	0	0	2111191156

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo

Tabela A.7 – Composição da receita de Ribeirão Preto: 1898 a 1928

ANO	INDÚSTRIA E PROFISSÃO	CAFÉ	MATADOURO	IMPOSTO PREDIAL	OUTRAS RECEITAS	REC. PRIMÁRIA	AUX. GOV.	EMPRÉSTIMOS	TOTAL
1898	161.445.893	73.903.375	8.217.600	44.896.500	184.113.990	472.577.358		50.000.000	522.577.358
1900	113.863.145	65.147.864	24.779.400	68.030.132	286.171.141	557.991.682	9.000.000	150.000.000	716.991.682
1902	198.556.730	30.184.365	28.532.800	76.312.844	147.274.365	480.861.104			480.861.104
1905	133.052.850	58.010.071	40.675.400	63.351.000	87.755.262	382.844.583		23.985.870	406.830.453
1906	161.244.200	86.960.853	39.802.100	74.764.600	98.666.092	461.437.845		10.000.000	471.437.845
1907	171.114.700	29.464.020	38.165.400	70.692.240	139.178.041	448.614.401		228.936.750	677.551.151
1908	129.907.000	51.585.560	36.602.400	79.342.000	154.380.330	451.817.290		397.604.580	849.421.870
1909	116.742.450	51.039.900	35.097.200	43.730.050	130.613.558	377.223.158		178.495.300	555.718.458
1910	130.990.200	0	38.025.500	56.686.500	291.500.494	517.202.694		1.646.150.000	2.163.352.694
1911	182.218.200	54.699.400	59.184.500	126.445.900	159.100.172	581.648.172		60.875.800	642.523.972
1912	200.800.500	53.986.700	71.831.000	82.412.000	224.902.200	633.932.400		35.000.000	668.932.400
1913	217.411.080	55.654.800	68.350.200	97.863.600	260.467.800	699.747.480		94.678.500	794.425.980
Dados deflacionados com ano base em 1919									
1898	334256507,2	153009058	17013664,6	92953416,15	381188385,1	978421031,1	0	103519668,7	1081940700
1899	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1900	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1900	277039282,2	158510618	60290510,95	165523435,5	696280148,4	1357643995	21897810,22	364963503,6	1744505309
1901	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1902	636399775,6	96744759,62	91451282,05	244592448,7	472033221,2	1541221487	0	0	1541221487
1903	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1904	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1905	533921192,1	192086327,8	134686755	209771523,2	290580337,7	1267697295	0	79423410,6	1347120705
1906	464985597,8	236306665,8	108157880,4	203164673,9	268114380,4	1253907188	0	27173913,04	1281081101
1907	375453757,2	85156127,17	110304624,3	204312832,4	402248673,4	1296573413	0	661666907,5	1958240321
1908	363885154,1	144497366,9	102527731,1	222246498,6	432437899,2	1265594650	0	1113738319	2379332969
1909	344373008,8	150560177	103531563,4	128997197,6	385290731,6	1112752678	0	526534808,3	1639287487
1910	415841904,8	0	120715873	179957142,9	925398393,7	1641913314	0	5225873016	6867786330
1911	519140170,9	155838746,4	168616809,1	360244729,3	453276843,3	1657117299	0	173435327,6	1830552627
1912	529816622,7	142445118,7	189527704,5	217445910,3	593409498,7	1672644855	0	92348284,96	1764993140
1913	584438387,1	149609677,4	183737096,8	263074193,5	700182258,1	1881041613	0	254512096,8	2135553710

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo